



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Departamento de Serviço Social – DESSO

Verônica Cristina Campos

**FORMAÇÃO SOCIO HISTÓRICA BRASILEIRA E A PRECARIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO - UMA RELAÇÃO DIRETAMENTE PROPORCIONAL:
Análise da educação do ensino médio no município de Mariana/MG**

Mariana/MG
2019

Verônica Cristina Campos

**FORMAÇÃO SOCIO HISTÓRICA BRASILEIRA E A PRECARIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO - UMA RELAÇÃO DIRETAMENTE PROPORCIONAL:
Análise da educação do ensino médio no município de Mariana/MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Dra. Kathiúça Bertollo

Mariana/MG
2019

C198f

Campos, Verônica Cristina.

Formação socio histórica brasileira e a precarização da educação - uma relação diretamente proporcional [manuscrito]: análise da educação do ensino médio no município de Mariana/MG / Verônica Cristina Campos. - 2019.

103f.:

Orientadora: Profª. Drª. Kathiúça Bertollo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Educação. 2. ensino médio em Mariana-MG. 3. disciplina de sociologia e filosofia. 4. jovens marianenses. . I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 37.02(815.1)

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Verônica Cristina Campos

FORMAÇÃO SOCIO HISTÓRICA BRASILEIRA E A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO - UMA RELAÇÃO DIRETAMENTE PROPORCIONAL:**Análise da educação do ensino médio no município de Mariana/MG**

Membros da banca

Kathiuça Bertollo - Dra. Serviço Social - UFOP
Marlon Garcia da Silva - Dr. Serviço Social- UFOP
Rodrigo Fernandes Ribeiro - Dr. Serviço Social - UFOP
Késia Silva Tosta - Dra. Políticas Sociais - UFOP

Versão final

Aprovado em 02 de dezembro de 2019

De acordo

Kathiuça Bertollo
Professor (a) Orientador (a)



Documento assinado eletronicamente por **Kathiuça Bertollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/12/2019, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0028616** e o código CRC **83FD2A06**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204023/2019-05

SEI nº 0028616

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

Dedico este trabalho e conquista...

Ao meu Pai Amaro (eternamente em minha memória e coração) e minha Mãe Marli por todo apoio e carinho que tiveram durante a minha caminhada até chegar aqui e por sempre acreditarem em mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me conduzir até esse momento e me dá força para seguir na caminhada.

Agradeço imensamente a meu Pai Amaro (hoje não está mais presente em vida, mas sei que de alguma forma e em algum lugar esse agradecimento chegará até ele), obrigada por sempre estar ao meu lado, me apoiar e confiar em mim, você percorreu comigo a maior parte dessa jornada, mas sua missão nessa Terra foi cumprida antes de poder chegar até esse momento, serei eternamente grata por tudo que fez por mim. Agradeço a minha Mãe Marli, por todo amor e carinho que teve comigo, por acreditar em mim, e sempre ser presença em minha vida. Aos meus pais, obrigada por tudo, sem vocês não conseguiria chegar até aqui. Amo vocês!

Agradeço também a minha irmã Vânia e meus irmãos Tiago e Wanderley, por estarem comigo nessa caminhada sempre me incentivando a seguir em frente.

Aos meus “pequenos”, meus sobrinhos Kaio e Bernardo, que me inspira a vislumbrar um horizonte societário na qual sejamos livres.

Ao meu namorado Heder, pelo companheirismo, carinho e incentivo durante essa fase da minha vida e pelas palavras de tranquilidade para tentar me acalmar quando achava que não conseguiria, agradeço também a sua família que sempre me recebeu e apoiou de forma carinhosa.

Aos amigos que a vida me permitiu conhecer, verdadeiros anjos na Terra: Jessica Mendes, Jessica Aymine, Cintia, Débora, Tatiana, Taynara e Roberta e todos que contribuíram para minha formação humana. Gratidão por ter vocês em minha vida.

Aos colegas da turma do Serviço Social do 14.2, que ingressei pela primeira vez no curso.

Aos colegas da turma do 16.1 do curso de Serviço Social que pude acompanhar por um tempo. De forma especial a Amanda, Angélica e Lidinês, obrigada, por fazer meu retorno ao Serviço Social mais harmonioso e pelas contribuições com os conteúdos em sala de aula, mas apesar de tudo gratidão pela amizade que construímos nessa caminhada.

Aos professores do curso de Serviço de Social, pelo comprometimento com uma formação humana. Grata pelos ensinamentos que levarei para a vida.

A professora Dra. Kathiuça Bertollo, que desde o início aceitou me orientar nesse trabalho. Obrigada por ter acreditado em mim e na pesquisa na qual nos propusemos a fazer, tenho certeza que ela não se encerra neste trabalho. Obrigada pela paciência e dedicação que teve comigo.

Aos professores: Marlon Garcia, Rodrigo Fernandes e Kesia Tosta, por aceitarem participar da banca de defesa desse TCC e assim contribuir com esse estudo.

Aos professores e professoras do ensino médio do município de Mariana/MG que aceitaram participar da entrevista, vocês contribuíram fortemente para a realização desse estudo.

A Bernadete Pilar por me supervisionar no campo estágio e assim contribuir para minha formação e aprendizado. E a toda equipe do CRAS Distritos.

A todos que de alguma forma foi presença em minha vida e me deu apoio. Que colaborou para minha formação tanto profissional quando humana.

*“Educação não transforma o mundo. Educação muda as
pessoas. Pessoas transformam o mundo.*

(Paulo Freire)

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

EaD – Ensino a Distância

E.E. – Escola Estadual

MG – Minas Gerais

MPC – Modo de Produção Capitalista

PNE – Plano Nacional de Educação

REUNI- – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

TMD- Teoria Marxista da Dependência

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto.

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo geral de analisar os impactos da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) nas escolas de educação pública de Mariana/MG a fim de compreender como estas alterações incidem na formação dos jovens marianenses. Para tanto, evidencia a formação social brasileira e a precarização da educação, compreendendo o Brasil como um país de capitalismo dependente e que esta condição impacta diretamente na política de educação e na realidade do Ensino Médio do município de Mariana. Será estudada a influência da Lei 13.415/2017 na educação em nível médio a partir de bibliografias que versam sobre o tema, do que a legislação estabelece e da coleta de dados junto aos docentes das disciplinas de Filosofia e Sociologia. Localizamos a educação como uma importante mediação da sociabilidade e acreditamos que, no sistema capitalista, ela tende a servir aos interesses do capital. Consequentemente, a reforma do Ensino Médio não se configura como uma mudança progressista, mas vem para reforçar a premissa da formação de força de trabalho minimamente qualificada para ser requerida pelo capital. Assim, é importante repensar o modelo educacional para que possa ser uma ferramenta da classe trabalhadora na compreensão da realidade e do seu papel no mundo e na sua organização. Afirmamos que as disciplinas de Filosofia e Sociologia são de fundamental importância para a formação dos jovens marianenses.

Palavras-chave: Educação; Ensino Médio em Mariana/MG; Disciplinas de Sociologia e Filosofia; Jovens marianenses.

ABSTRACT

This research aims to analyze the impacts of the Brazilian High School Reform and the “Common Core” Curriculum Reform (*Base Nacional Curricular Comum – BNCC*, in Portuguese) in public schools from Mariana, in the state of Minas Gerais, to understand how these changes interfere in the education of the young people from this city. For that purpose, it highlights the Brazilian social formation and the precariousness of the education, conceiving Brazil as a country relying on dependent capitalism and understanding that this condition impacts directly in the education policy and in the reality of the High Schools from the municipality of Mariana. We will study the influence of the Law 13.415/2017 on the High School education from the perspective of bibliographies that deal with this theme, of what is established by the legislation, and of the data collected from Philosophy and Sociology teachers. We see education as a key to the mediation of the sociability, and we believe that it tends to serve the interests of the capital. Therefore, the High School Reform does not represent a progressive change. Instead, it reinforces the premise of the formation of the poorly qualified labor force so that it can be required by the capital. Thus, it is important to rethink the educational model in order for it to be a tool for the working class understanding the reality and their role in the world, as well as for their organization. We stress that subjects such as Philosophy and Sociology are the key to the education of young people from Mariana.

Keywords: Education; High Schools from Mariana, in the state of Minas Gerais; Philosophy and Sociology subjects; Young people from Mariana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A EDUCAÇÃO NO BRASIL	19
1.1 A formação social brasileira: o alicerce para compreender a política de Educação.....	21
1.2 A Política de Educação no Município de Mariana/MG	36
CAPÍTULO 2: PROJETOS DE EDUCAÇÃO EM DISPUTA.....	43
2.1 A reforma do ensino médio e a BNCC: O que muda?	45
2.2 A importância da sociologia e filosofia para formação dos jovens em Mariana/MG.....	59
2.3 Necessidade de um novo modelo educacional.	66
CAPÍTULO 3: UM LONGO CAMINHO: POSSIBILIDADES APÓS A CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO	73
3.1 Universidade versus mercado de trabalho	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	92
APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ	94
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS/AS PROFESSORES/AS DE FILOSOFIA.	95
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA OS/AS PROFESSORES/AS DE SOCIOLOGIA.....	99

INTRODUÇÃO

Essa monografia é o resultado de uma pesquisa¹ que surgiu a partir de uma inquietação com relação à educação pública no Brasil e particularmente em Mariana/MG, pois é perceptível que os alunos que terminam o ensino médio, não tem em maioria, uma consciência crítica que permita uma efetiva e real apreensão da realidade social, cotidiana, e que disciplinas como sociologia e filosofia - as disciplinas das ciências humanas (que deveriam discutir essas questões) - não dão conta de fornecer todo o conteúdo necessário para uma formação que de fato compreenda a realidade concreta de suas vidas e existência. A não apreensão da realidade social, cotidiana, não ocorre de forma premeditada ou intencional por parte dos estudantes, tem múltiplos fatores que contribuem para isso, tais como: a precarização do trabalho docente, a precarização das escolas, o próprio modelo escolar que tende a não acolher e nem instigar os alunos à reflexão, a falta de capacitação para os professores e até mesmo a formação deles, uma vez que o que predomina é o saber fragmentado, compartimentado e alinhado à perspectiva conservadora. Contudo, a educação é um direito social garantido na Constituição Federal, artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Estamos na atualidade, vivenciando um período de profundos retrocessos econômicos, políticos, sociais, ideológicos, entre outros. Está posto um grotesco ataque à classe-trabalhadora que se sente cada dia mais perdida, desamparada e sem informação, ou seja, as expressões da exploração da força de trabalho estão cada vez mais fortes e incisivas sobre os homens, mulheres e os jovens principalmente. Nesses momentos torna-se necessário fazer uma análise profunda da realidade concreta levando em conta as particularidades locais. Uma análise que de fato, explique os fenômenos que estão acontecendo para assim podermos pensar nas estratégias de enfrentamento e superação desse contexto, uma vez que “[...] o acesso ao conhecimento é uma ferramenta absolutamente indispensável para que os trabalhadores possam compreender o mundo e orientar as suas lutas.” (TONET, 2018, p. 2). Diante dessa estrutura societária e conjuntura é emergencial rever criticamente a política educacional. Principalmente

¹ Essa pesquisa está vinculada à disciplina de Seminário de Trabalho Conclusão de Curso do curso de Serviço Social da UFOP.

com a atual política de ataque e ofensiva do Estado, subserviente aos interesses do capital, que propõe a todo momento reformas e leis que afetam a vida de todos e, que com a política de educação não é diferente, exemplo disso é o sancionamento no ano de 2017 da Lei 13.415 que propõe reformas na educação básica e uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Recentemente o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, utilizou suas redes sociais para divulgar informações perturbadoras. Afirmou que pretende restringir os investimentos para as áreas das ciências humanas, atingindo diretamente a filosofia e sociologia, o que é um grave ataque ao pensamento crítico e à educação. As consequências desse ato será um ainda maior sucateamento do ensino.

O objetivo seria focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como veterinária, engenharia e medicina. “A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”, apontou o presidente em um segundo tweet. (BASILIO, 2019).

Ou seja, o atual Governo é conivente, apoia e financia a educação para o Capital, para ele o que importa é formação de força de trabalho tecnicista, formar para o trabalho assalariado, precarizado, superexplorado. As disciplinas das ciências humanas o incomodam porque na realidade os governantes sabem qual a importância dessa área dos saber para a compreensão da realidade, e em um governo autoritário não tem espaço para formação de pensamento crítico. Diante disso, e em linha geral este estudo visa evidenciar e problematizar esse modelo de educação que não permite a liberdade dos sujeitos.

As medidas que o atual Governo está propagando como necessárias são medidas que violam os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. “PEC de Guedes desobriga poder público de construir escolas” (CARAM, 2019), esse foi o título de uma notícia ligada ao Governo de Bolsonaro que ainda afirmava que esta é uma iniciativa que busca ampliar o setor privado. Ou seja, é explícita a tentativa e ações do Governo de retirar os investimentos do setor público e transferi-los para o privado. Vemos claramente o Estado cumprindo seu pacto com a burguesia. A grande questão dessa medida, bem como de tantas outras desse governo, é que não há uma clareza nos fatos, não sabemos o que vai ser dos alunos onde tiver pouca oferta de vagas e nem como será o diálogo entre os pais e alunos com as escolas de ensino privado para receber esse aluno, uma vez que a educação é um direito garantido por lei. Está claro e posto o ataque à educação e a falta de respeito do presidente da república com relação ao tema, e pelo o que se concretiza a cada dia a tendência é de mais retrocessos e perdas.

É necessário compreender essas leis para não cairmos nas armadilhas de achar que essas mudanças são benéficas para a sociedade, pois o que está em jogo vai para além de uma Lei, decreto, medida provisória etc... O que está em jogo são projetos societários e a permanência deles, ou seja, o projeto de sociedade da burguesia é propenso a ser o projeto hegemônico, e um campo que tende a manter restrito e organizado pela lógica dos privilégios é o da educação, por isso a necessidade de reivindicar uma educação de qualidade pra toda a classe trabalhadora, para compreender a lógica dessa sociabilidade, bem como para pensar formas de superação da dominação de uma classe sobre outra. É fundamental pensarmos uma educação que vá para além da lógica mercadológica, que dê a oportunidade dos sujeitos se potencializarem enquanto gênero humano, que possuem necessidades além das materiais.

O tema que perpassa essa pesquisa é a Reforma do ensino médio e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) em Mariana/MG. Sendo assim busco responder a seguinte questão: Quais os impactos da Reforma do ensino médio e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) nas escolas de educação pública de Mariana/MG e como isso incide na formação dos jovens marianenses? A hipótese assumida é que a Reforma do ensino médio e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) tendem a serem restritivas, com isso, a formação dos jovens marianenses nas escolas de educação públicas será diretamente afetada e tende a perder a referência da integralidade da formação dos indivíduos.

O objetivo geral deste estudo é “analisar os impactos da Reforma do ensino médio e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) nas escolas de educação pública de Mariana/MG afim de compreender como estas alterações incidem na formação dos jovens marianenses.” Lei que está sendo implementada e que ainda geram algumas dúvidas e dividem opiniões, e que, portanto, torna-se necessário fazer uma análise de forma crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora e com o caráter universal e gratuito de acesso à educação. A proposta desse debate busca alcançar a compreensão mais ampla, totalizante da educação e da formação social brasileira, sendo assim os objetivos específicos são: i) compreender a política de educação, dando ênfase ao ensino médio, a partir da formação socio-histórica brasileira e do município de Mariana/MG; ii) compreender as particularidades do ensino e aprendizagem destinados aos estudantes do ensino médio das escolas públicas de Mariana/MG; iii) estudar a reforma do ensino médio e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) afim de explicitar as alterações ao que se refere às disciplinas de sociologia e filosofia; iv) refletir a importância da educação pública, gratuita e de qualidade, especificamente das disciplinas de sociologia e filosofia, para reivindicar uma formação universalista aos sujeitos; v) explicitar a realidade da

educação do ensino médio em Mariana/MG afim de refletir sobre as possibilidades que se põem aos jovens após a conclusão do ensino médio..

A educação é uma política social pública de grande importância para a sociedade, e precisamos estar atentos aos crescentes ataques que sofre cotidianamente. Por isso a importância de estudar esse tema. “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato até quase a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender” (PARACELSO, apud. MESZÁROS, 2008, p. 21).

É necessário também, compreender a importância desse estudo para o curso de serviço social e para os/as assistentes sociais, sendo assim precisamos entender que a precarização da educação está relacionada à “questão social”, que ela constitui uma expressão da “questão social”, ou seja, um dos objetos de trabalho dos/das assistentes sociais. Evidente e infelizmente a educação não é o maior campo de atuação desses profissionais. A inserção deles nesse espaço socio-ocupacional caminha a passos lentos, mas por isso mesmo, é preciso que a profissão esteja atenta e discutindo tal temática. Está explícito que tanto para formação de assistentes sociais como para qualquer outra profissão, a formação básica é primordial, é onde começam as expectativas dos alunos e sua formação para a vida.

Entendemos que este estudo é de fundamental importância para os tempos atuais em que estamos vivenciando muitos retrocessos, perdas de garantias de direitos historicamente conquistados. Diante disso, é mais do que necessário lutar por uma educação de qualidade e de caráter crítico, que consiga captar a realidade e explicá-la, visto que, uma grande frente de oposição para os retrocessos é a educação, é a possibilidade de os sujeitos entenderem a sociabilidade em que vivem, entenderem às exigências que esta põe como centrais. Assumimos a premissa de que diante desse cenário, grande parte da população desconhece os seus direitos mais elementares porque não teve uma educação de qualidade e porque nesta sociabilidade é impossível acessá-los de forma plena, ampla. E para que haja uma mudança profunda na forma de organização da sociedade é necessário que todos compreendam qual o lugar que ocupam, quais os seus direitos e como podem se organizar para provocar as mudanças necessárias para o bem comum, para uma sociabilidade com justiça social e verdadeiramente livre.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégia apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente os indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2008. p. 65).

É a partir da educação que podemos compreender quais os projetos societários estão postos para a sociedade, e quais as ferramentas que a classe trabalhadora, historicamente restringida de um acesso efetivo e amplo à educação, tem para superar as amarras desta sociabilidade que a assim molda e para conseguir forjar uma nova forma de organização, que seja realmente justa e igualitária, que a emancipação humana de fato ocorra.

Este estudo pretende uma aproximação com os professores de sociologia e filosofia, para compreender como está o ensino médio em Mariana/MG. É necessário estarmos atentos à essas disciplinas pois são elas que fornecem, mesmo que minimamente, um estudo da formação social e da organização da sociedade, de seus dilemas e questões de perspectiva societária. Sendo assim, é necessário prestar atenção aos possíveis ataques a estas disciplinas para compreender o “porquê” ocorrem e quais as formas de resistência.

Como já mencionado, esta pesquisa² partiu de uma inquietação que surgiu ainda no início da graduação em Serviço Social. A inscrevemos como um grande percurso para conseguir alcançar os objetivos estabelecidos e poder finalizar o estudo neste momento enquanto uma etapa da minha formação. É evidente que não posso dizer ter chegado a um ponto final real sobre essa temática, pois temos muito o que apreender, sem contar que não esgotamos todas as possibilidades desse estudo. Assim, o inscrevemos também como um processo inacabado, em fermentação e com possibilidade de se desdobrar em publicações e um projeto de mestrado.

Para a realização deste percurso foram utilizadas a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Foi estudado e refletido sobre as seguintes fontes documentais: lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional); lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.); lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. (Que altera a lei 9.394 entre outras) e outros documentos que tratam da educação no Brasil e em Mariana/MG. Também foram utilizados artigos acadêmico-científicos publicados em revistas eletrônicas do Serviço Social, tais como: *Katálysis*, *Temporalis*, *Argumentun*, e em revistas da área da Educação, tais como: revista *Perspectiva*, *Educação em Revista*, além de artigos e livros de autoria de Ivo Tonet, Florestan Fernandes; István Mészáros, dentre outros.

² Segundo GIL A. C. (2008, p.26) Pode-se definir pesquisa como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. É necessário salientar que este TCC trata-se de uma pesquisa social. o autor também afirma que: [...] pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. (GIL, 2008, p. 26)

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. [...] Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D. T. 2009, p. 31-32).

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento a entrevista semiestruturada aos professores e professoras de sociologia e filosofia das escolas públicas do ensino médio do município de Mariana/MG. A partir desse instrumental foi possível obter de forma mais ampliada e qualificada as informações. Porém, em decorrência das adversidades da vida cotidiana não foi possível entrevistar o número total de professores mapeados no início da pesquisa, que inicialmente foi mapeado em 12 professores. Conseguimos contato com a maioria deles, porém nem todos conseguiram conciliar o tempo e horário necessários para a coleta de dados, e em alguns casos, os sujeitos a serem entrevistados sequer responderam sobre a disponibilidade de horário e aceitação em participar desta pesquisa. Outro empecilho foi o curto período de tempo para a realização da coleta de dados e posterior tratamento e análise das informações coletadas. A ação foi executada em meados de outubro o que dificultou em muito a realização deste estudo, isso decorreu da demora de devolutiva e aprovação ao que se refere à autorização para realização desta etapa do estudo por parte do CEP-UFOP. Sendo assim, foram realizadas somente cinco entrevistas presenciais, e duas foram respondidas no próprio questionário pelos professores. Convém explicitar que tomar essa medida de redução do número de entrevistados foi necessário para que se mantivesse a qualidade do tratamento dos dados das entrevistas, pois além de aplicá-las seria necessário também transcrevê-las e analisá-las. Mesmo não alcançando o número inicial estipulado de entrevistas apontamos que o material coletado é extremamente denso, e já sinalizamos aos leitores que o fato de o semestre letivo ter uma data final, o que implica diretamente na ação de me graduar ou não em 2019, desencadeou implicações à possibilidade de contemplar de forma integral neste momento todo o conteúdo coletado nas entrevistas, uma vez que, como dito, se trata de assuntos densos, complexos e da vida cotidiana da educação e do trabalho docente. Por fim, explicitamos que as entrevistas presenciais foram gravadas (somente em áudio) e transcritas, de forma a garantir o sigilo e o posicionamento dos entrevistados. A nomenclatura para localizar a fala das pessoas entrevistadas

neste trabalho se dará por letra e números, utilizando as letras: F e S para sinalizar que a fala é de um professor(a) de filosofia ou sociologia respectivamente, para diferencia-los foi utilizado números que foram sorteados no momento da entrevista, sendo assim não será possível a identificação das pessoas entrevistadas, garantindo a oficialidade e preservando o sigilo das informações, uma vez que este trabalho orienta-se pelas questões éticas de realização de pesquisa com seres humanos, pois não tem como objetivo a exposição individual, mas sim, a análise ampla das informações coletadas a fim de produzir novo conhecimento acerca da temática educação, educação de nível médio e reforma do ensino médio em Mariana-MG. As citações das falas dos professores foram utilizadas tal qual elas pronunciaram, ou seja, na linguagem informal.

Trata-se de uma pesquisa exploratória³ pois será um trabalho de busca por referencial teórico e aproximação do campo de pesquisa, tentando assim construir e confirmar as hipóteses sobre o assunto. Segundo Gil (2002, p. 41)

“Estas pesquisas tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.”

Reconhece-se que o delineamento da pesquisa é um estudo de caso, pois iremos estudar e buscar melhor compreender o ensino médio da rede pública de Mariana-MG.:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33 apud GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D. T. 2009, p. 39)

Em termos do método assumido por esta pesquisadora, explicitamos que esse estudo se alinha a uma perspectiva transformadora do mundo, que contempla o gênero humano e que objetiva contribuir na libertação deste das amarras da exploração e das opressões que o capitalismo impõe. Por isso é necessário fazer a análise das disciplinas de sociologia e filosofia de forma seria, reivindicando a teoria marxista como aporte teórico.

³ Segundo GIL 2008, p. 27: “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas como objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipótese precisas e operacionalizáveis.”

Partimos do pressuposto de que as classes sociais, por sua natureza, que resulta de sua posição no processo de produção, são os sujeitos fundamentais da história. E são, também, os sujeitos fundamentais do conhecimento. Ou seja, para realizar os objetivos que decorrem da sua natureza, elas precisam se apropriar, teoricamente, da realidade para intervir nela e orientá-la segundo seus objetivos. Se nos referirmos à sociedade burguesa, quais as classes fundamentais? A classe burguesa e a classe trabalhadora. [...], estas duas classes têm objetivos radicalmente diferentes. Por isso mesmo, elas também têm demandas teóricas radicalmente diversas. A burguesia precisa de um conhecimento da realidade que contribua para a reprodução de sua própria ordem. Tanto a concepção de mundo, quanto os pressupostos metodológicos mais gerais e a construção das diversas áreas do saber são expressão desses interesses. Ora, o ponto de vista gerado a partir do solo social burguês é essencialmente limitado uma vez que ele orienta o conhecimento no sentido de manter e reproduzir uma ordem social voltada ao atendimento dos interesses de apenas uma parte da sociedade. (TONET, 2019, p. 7)

Ao defender a permanência e importância das disciplinas de filosofia e sociologia, defendemos também que seja um conhecimento que vislumbra a perspectiva de uma nova forma de organização da sociedade, que atenda aos interesses da classe trabalhadora, sendo assim é necessário um conhecimento que explique os fundamentos dessa sociabilidade, por isso a necessidade de ter como norte e referência a teoria marxista, neste trabalho reivindicamos também a TMD- Teoria Marxista da Dependência, pois precisamos compreender além dos fundamentos da sociabilidade capitalista as particularidade que possuímos nesse modo de produzir a vida, pois somente a partir do conhecimento da realidade concreta que poderemos construir coletivamente alternativas para a sua superação.

CAPÍTULO 1: A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação é um âmbito de extrema importância para o conjunto da sociedade. É somente através dela que podemos compreender o mundo no qual vivemos, porém vivenciamos um processo em que a cada dia que passa essa dimensão, que também é conformada como política social, está sendo sucateada. A educação, nos moldes que assume e é conformada atualmente não cumpre o seu papel de uma formação generalista, que forme pessoas para além do mercado de trabalho e que compreenda a realidade na qual estão inseridas, pelo contrário, há uma tentativa de mascarar a realidade, para que assim se possa reproduzir somente o que for cabível ao e no sistema do capital. Por isso, precisamos reivindicar uma educação que de fato seja pública, gratuita e de qualidade, contudo, a “qualidade” da educação não pode ser vista somente como “a porta de entrada” para o mercado de trabalho, mas que de fato compreenda os interesses da classe trabalhadora e a impulsione no movimento e intenção de superação desta sociabilidade constituída sob os preceitos do capital.

A educação em vigência, enquanto direito e política social, como podemos observar é extremamente focada no trabalho. O artigo 2º do Plano Nacional de Educação (PNE), inciso II diz que: “formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;” (BRASIL, 2014). O referido plano tem vigência de 10 anos e também traz algumas metas a serem alcançadas, em que podemos perceber a importância dada à formação para buscar emprego, prioritariamente. A Meta 10 do PNE vem sinalizando isso “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.” (BRASIL 2014). E dentre as estratégias está:

estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas. (BRASIL, 2014).

De acordo com a Lei 9.394 a seção IV irá tratar com mais propriedade do ensino médio, etapa final da educação básica. Os incisos do artigo 35, que trata as finalidades, explicitam:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL 2014).

É interessante destacar que esses incisos não foram alterados pela Lei 13.415 de 2017 (que podemos considerar como a lei da reforma do ensino básico). Podemos perceber que a lei 13.415 não surgiu do nada, já haviam sinalizações dela no PNE elaborado no ano de 2014. Ela chega à população com o discurso de que irá padronizar o ensino, pois segundo a referida lei os conteúdos programáticos serão de acordo com a BNCC e os itinerários formativos. De acordo com o artigo 3º da Lei 13.415:

A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento.” (BRASIL, 2017)

E de acordo com o artigo 4º:

O art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017)

Como podemos visualizar há uma possibilidade de flexibilizar o ensino, e isso ocorrerá de acordo com cada local de ensino. É extremamente necessário estarmos atentos, pois atualmente a educação pública já está fragilizada, precarizada. Esta reforma, além de propor mudanças no currículo dos alunos e alunas, propõem também mudanças na carga horária, sendo a mesma aumentada gradativamente. O artigo 1º trata desse assunto:

O art. 24 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 24.

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. (BRASIL, 2017)

Sendo assim, precisamos analisar de forma crítica e comprometida com a imensa maioria dos sujeitos quais são as reais possibilidades de efetivação dessa lei e quais os impactos dela para o conjunto da população, para os professores, para os alunos e alunas que estão envolvidos nesse contexto considerando a particularidade de capitalismo dependente e de constantes contrarreformas e retiradas de direitos. “Portanto para entender a localização da educação no capitalismo é crucial entender a dialética contraditória e ao mesmo tempo decadente da sociedade capitalista” (DANTAS, 2016, p. 6).

É urgente analisar como é a estrutura escolar do ensino público e se ele dará conta de acompanhar de fato todas as mudanças, bem como, quem são os sujeitos que serão beneficiados com elas. Precisamos também, compreender qual o impacto disso para a formação dos jovens marianenses, uma vez que a educação pública se encontra sucateada.

1.1 A formação social brasileira: o alicerce para compreender a política de Educação.

O Modo de Produção Capitalista (MPC) é uma relação social que no atual estágio interfere em todas as esferas da vida das mulheres e dos homens. Não influencia somente nas relações econômicas, de mercado, mas também em como a sociedade se organiza nas relações de cultura, lazer, educação entre outras. Sendo assim, penetra na vida das pessoas e enraíza seus valores conservadores e alienantes, o que “impede” uma manifestação contra o sistema colocando em xeque todas as contradições que se aprofundam e surgem a partir do seu surgimento e desenvolvimento. Segundo István Mészáros:

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição. (MESZAROS, 2009 p. 55)

O MPC é perpassado por contradições, se por um lado produz uma riqueza incalculável, por outro, desenvolve uma grande massa de pobreza e desigualdade que é inerente à sua estrutura de existência, funcionamento e perpetuação. É a partir dessa lógica organizativa do capital que surgem as expressões da “questão social”, contradição entre capital e trabalho. É

uma relação desigual onde os capitalistas detêm a propriedade privada dos meios de produção e os trabalhadores possuem somente sua força de trabalho para vender, ou seja, no capitalismo as relações sociais são relações mercantis em que todas as esferas da vida tendem a ser tornar uma mercadoria. Não se pensa no desenvolvimento do ser humano como um ser complexo, que possuiu necessidades e que é pertencente ao meio social. Veem o ser humano como um ser complexo cujas necessidades devem ser supridas através do mercado, da troca, da compra e venda de mercadorias.

Por mais que exista hoje o discurso que apregoa um “capitalismo humanizado”, o desenvolvimento sustentável e formas de minimizar os impactos da produção e do desenvolvimento capitalista, o que de fato ocorre é a tentativa de mascarar a realidade, para que apareça de forma alienada. O capitalismo é uma forma de relação social incontrolável e irreformável, não possuiu as bases necessárias para a emancipação humana uma vez que o capital se desenvolve a partir das contradições, da exploração e das desigualdades entre as classes sociais fundamentais. De acordo com Dantas (2016, p.6) “O capitalismo reproduz e desenvolve em escala universal e em todas as esferas, a mercantilização da vida. É da sua natureza desenvolver cotidianamente tal tendência.”

Partindo do pressuposto afirmado por MARX e ENGELS (2007), de que “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes de uma época”, podemos inferir que a sociedade está em constante conflito de interesses, que se evidencia e é desencadeado pelas lutas de classes.

A história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial-artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrocada comum das classes em luta. (MARX, ENGELS, 2005, p. 40)

O modo de produção capitalista é uma relação social que surgiu a partir de um processo revolucionário, a partir da luta de classes travada para derrubar o Antigo Regime, que podemos compreender como o modo de produção feudal existente na Europa. Em decorrência desse conflito emergiram duas classes sociais fundamentais e que compõem estruturalmente o modelo societário capitalista: Burguesia e Proletariado. A princípio a Burguesia tinha ideais progressistas, com o lema de igualdade, liberdade e fraternidade, mas ao conseguir se consolidar como a classe hegemônica, tomando para si o poder, configurou-se em uma nova forma de

dominação de classe. A burguesia assume para si uma postura conservadora, deixando para traz seu caráter progressista, buscando apenas se consolidar enquanto classe dominante.

[...] a emancipação possível sob o regime burguês, que se consolida nos principais países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX, não é a emancipação humana, mas somente a emancipação política. Com efeito, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele, a igualdade jurídica (todos são iguais perante a lei) nunca pode se traduzir em igualdade econômico-social – e, sem esta, a emancipação humana é impossível. Portanto, a Revolução Burguesa, realizada, não conduziu ao prometido reino da liberdade: conduziu a uma ordem social sem dúvida muito mais livre que a anterior, mas que continha limites insuperáveis à emancipação da humanidade. Tais limites deviam-se ao fato de a revolução resultar numa nova dominação de classe – o domínio de classe da burguesia. E não é preciso dizer que a existência daqueles limites contradizia as promessas emancipadoras contidas na cultura ilustrada. (BRAZ; NETTO, 2012, p. 31-32).

Como explicitado, o MPC é um sistema permeado de contradições que ao mesmo tempo em que produz riqueza, produz também uma grande massa de pobreza. A partir do avanço das forças produtivas a humanidade chega a um novo patamar de organização e de produção/reprodução da vida, porém, todo esse avanço não é em prol da humanidade ou buscando a emancipação humana, mas em busca de lucros cada vez maiores uma vez que este avanço é de posse e controlado por um pequeno grupo, uma determinada classe social, a burguesia. É a partir do desenvolvimento do capitalismo que a “questão social⁴” surge, compreendida como a contradição entre capital e trabalho, em que a burguesia detentora do capital e inscrita no sistema como classe hegemônica, está em conflito com a os trabalhadores que possuem somente sua força de trabalho para vender. Cabe salientar que na sociedade capitalista há uma tendência a coisificar as relações sociais, em que tudo se torna mercadoria, em que o desenvolvimento do mercado é mais importante que o desenvolvimento humano. “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [erscheint] como uma ‘enorme coleção de mercadoria’”. (MARX, 2017, p. 113). Nesse sentido a força de trabalho se torna uma mercadoria.

⁴ “O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’- diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando-se potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo. (NETTO, 2001, p. 45)

“Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho se torna mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não se altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente como meio de subsistência [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2017, p. 113)

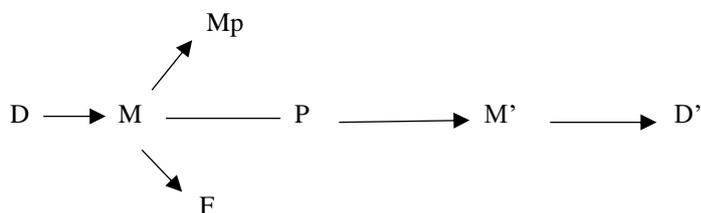
O trabalho⁵ é uma categoria central, porém não única e exclusiva, para compreensão do capitalismo e da forma de organização da sociedade, pois é somente pelo trabalho que é possível “criar” os produtos que satisfazem as nossas necessidades humanas, estas, denominadas sob os marcos do capital, de mercadoria. No capitalismo há uma apropriação dessa categoria (trabalho) para que se enquadre no sistema, uma vez que o processo de trabalho é uma relação social dos homens com a natureza e entre eles. No cotidiano da vida social a partir do capitalismo essa relação se apresenta de forma alienada, o sujeito trabalhador é alheio a esse processo e lhe é negado inclusive a possibilidade de compreender a importância de sua ação (domínio da natureza).

A força de trabalho pode ser considerada uma mercadoria peculiar, uma vez que o lucro do capitalista provém dela. Para ocorrer o processo de trabalho é necessário: o capital, a matéria prima/objeto de trabalho, os meios de produção e a força de trabalho, os dois primeiros elementos somente transferem seu valor à mercadoria final, a força de trabalho diferentemente das outras gera o mais-valor⁶, uma quantidade extra de valor que será apropriado pelo capital. “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit] na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2017,

⁵ O Trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento forças naturais pertencentes a sua corporeidade: de seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Pressupomos trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. (MARX, 2017, p. 255)

⁶ A respeito dessa categoria Marx formulou que no processo de trabalho, ao comprar a mercadoria “força de trabalho” o capitalista paga um valor pré-estabelecido ao funcionário, porém ao final do processo essa mercadoria cria um valor excedente, que é apropriado pelo capital, diante disso, esse capitalista buscará meios para aumentar essa taxa de mais-valor, a princípio aumentando a jornada de trabalho, que configurará em um mais-valor relativo, porém com inviabilidade desse procedimento, utilizará de tecnologias, investimento no capital constante, investindo em tecnologia para aumentar a produtividade podem assim extrair o mais-valor (mais-valor relativo). Evidente que essa explicação está de grosso modo e bem simplista. Marx as formula de forma detalhada no O Capital, Livro I. Cabe lembrar que a categoria mais-valor é amplamente conhecida como mais-valia, tendo os dois o mesmo sentido.

p. 242). O capital necessita explorar cada vez mais os homens para manter suas altas taxas de lucro.



Observe-se: o dinheiro (D) de que dispõe o capitalista converte-se em capital produtivo (ou seja: sai da circulação) quando seu possuidor compra a mercadoria (M) – máquinas e matérias primas, que constituem os meios de produção (Mp) e a força de trabalho (F) – e, com elas, implementa o processo de produção (P), obtendo assim uma nova mercadoria (M') que será trocada, voltando a circulação, por um dinheiro (D'). a diferença entre D e D', que constitui a mais-valia, é o acréscimo de valor que surgiu no processo de produção, valor criado pela força de trabalho que, como vimos, produz, um valor maior (excedente) a que custa. A apropriação, pelo capitalista, desse excedente configura a exploração do trabalho pelo capital. (BRAZ; NETTO, 2012, p. 132)

Essa breve explicação de Marcelo Braz e Jose Paulo Netto, ilustra de forma sucinta a fórmula geral do capital, evidencia onde ocorre a exploração da força de trabalho. Evidentemente que para esse ciclo se tornar completo é necessário que as mercadorias produzidas sejam realizadas, ou seja, vendidas. E assim pode-se reinvestir parte do lucro obtido através da mais-valia, nos meios de produção, investindo em mais tecnologia. Porém, o interesse em explicar este processo nesse estudo é de evidenciar a mercadoria força de trabalho como uma mercadoria peculiar.

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para a sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de produção subsistência. Assim o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou dito, de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. Porém, a força de trabalho só se atualiza [verwirklicht] por meio de seu acionamento, o trabalho, gasta-se determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro etc. humanos que tem de ser reposta. Esse gasto aumentado implica uma renda aumentada. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força. A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação, etc., são diferentes de acordo com o clima e outras

peculiaridades naturais de um país. [...] Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país é algo dado. (MARX, 2017, p. 245-246).

Procuramos demonstrar que o capitalismo é uma relação socialmente e historicamente construída, incontrolável, porém mesmo sendo um sistema mundial, que rege as relações entre as pessoas e também entre os países do globo terrestre, que influencia na construção dos valores da sociedade e na forma como se organiza, não surgiu e se constituiu em todos os locais da mesma forma e ao mesmo tempo.

Compreender o surgimento do capitalismo desde sua gênese e compreender as particularidades em que surge nos mais diversos locais do globo terrestre é de grande importância e necessidade para melhor compreensão dos processos sociais. Sendo assim, é fundamental entender o que são essas particularidades. Por isso, intenta-se neste capítulo refletir e se aproximar da realidade latino-americana para assim poder melhor e mais detalhadamente compreender a realidade brasileira e nesta, como se configura a política educacional, bem como os impactos e consequências desse contexto econômico-social em sua configuração. Florestan Fernandes explicita em sua análise sobre a Revolução Burguesa:

Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa. A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contém somente os germes desse poder e dessa dominação. O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico, não é propriamente um “colapso”, mas início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder burguês e dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade no Brasil, e praticamente separa (com um quarto de século de atraso, quanto às datas de referência que os historiadores gostam de empregar – a Abolição, a Proclamação da República e as inquietações da década de 20), a “era senhorial” (ou o antigo regime) da “era burguesa” (ou a sociedade de classes). (FERNANDES, 2005, p. 239)

Fernandes intitula um de seus livros *A Revolução Burguesa no Brasil*, (2005) mas no intuito de explicar o surgimento e consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, Revolução Burguesa entendida como o processo pelo qual transformações significativas

ocorreram na sociedade. Mas é preciso atentar-se que no Brasil não ocorreu de fato uma revolução⁷ nos moldes das revoluções burguesas europeias.

A revolução apenas como e enquanto transformação estrutural da sociedade capitalista representa uma fronteira da qual as classes trabalhadoras (e especialmente suas vanguardas) não poderão fugir sem consequências funestas. Uma sociedade capitalista semidemocrática é melhor que uma sociedade capitalista sem democracia alguma. Nesta, nem os sindicatos nem o movimento operário podem se manifestar com alguma liberdade e crescer naturalmente. Por isso a “revolução dentro da ordem” possuiu um conteúdo bem distinto do que ela assumiu na órbita histórica dos países capitalistas centrais. (FERNANDES, 2005, p. 59-60).

O Brasil é um território historicamente saqueado, expropriado, violentado. A colonização do Brasil ocorreu de forma violenta. Os portugueses ao chegarem neste chão visualizaram a oportunidade de explorá-lo, e para isso subjugarão os povos que aqui existiam ao seu domínio, escravizando-os, forçando-os a longas jornadas de trabalho, retirando-lhes o direito à vida, impondo os costumes e crenças europeias. O mesmo ocorreu com os povos africanos, que foram roubados de sua terra natal e trazidos para a América como escravos, seres humanos que tiveram sua dignidade e humanidade violadas, vistos somente como força de trabalho descartáveis. A “vinda”, isto é, a diáspora dos africanos ao território americano se deu fortemente pela não adaptação e resistência dos índios às extensas jornadas de trabalho. Essa forma de exploração do ser humano acarretou mortes prematuras desses povos escravizados⁸. Evidentemente que a ânsia por maior exploração dos seres humanos era para conseguir explorar mais os recursos naturais do Brasil: pau-brasil, cana-de-açúcar, café, prata, ouro, dentre outros, produtos para atender as necessidades do mercado europeu, contribuindo assim para sua expansão e desenvolvimento.

Forjada no calor da expansão comercial promovida o século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário Europeu, sustentaram o sistema manufatureiro

⁷ Segundo Caio Prado Junior (2005, p. 25) “No sentido que é ordinariamente usado, ‘revolução’ quer dizer o emprego da força e violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social, ou outra força qualquer na oposição. ‘Revolução’ tem aí o sentido que mais apropriadamente caberia ao termo ‘insurreição’. Mas ‘revolução’ tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser, e em regra tem sido historicamente desencadeada ou estimulada por insurreições. Mas que necessariamente não o é. O significado próprio se concentra na transformação.”

⁸ O recurso inicial que utilizaram os portugueses foi a escravidão dos indígenas, combinada com a utilização de portugueses degradados. Esta solução se mostrou muito limitada e se abriu uma fantástica e terrível etapa histórica de deslocamento da população africana para a América, utilizando e intensificando até o limite máximo o velho comércio escravista árabe na África. (SANTOS, 1994, p. 23).

Europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2011, p. 133-134).

Segundo Theotonio dos Santos (1994, p. 24) são três as características fundamentais das formações socioeconômicas coloniais.

- 1) As sociedades coloniais são um produto de fortalecimento e expansão do poder monárquico e estão organizados e administrados por ele. A terra, as minas e as populações nativas das colônias legalmente pertenciam ao rei. Também o direito de comercializar com as colônias era monopólio legal da Coroa. As burguesias mercantis se achavam sob a sua proteção e tinham que pagar altos tributos pelas concessões monárquicas para que explorassem as riquezas coloniais.
- 2) Todo o rico comércio e a enorme produção colonial eram um monopólio da Coroa, que cedia, em troca de um alto tributo, sua exploração a particulares, quando não podia ela mesma fazê-lo. Este monopólio incluía a mão-de-obra indígena, o que indica o segundo aspecto das formações socioeconômicas coloniais: o trabalho era necessariamente servil (no caso do Brasil, Caribe e sul dos Estados Unidos, era escravo), não por tradicionalismo, e sim por ser funcional, audaz e “empreendedor” ajuste às necessidades da produção colonial.
- 3) O terceiro aspecto essencial destas formações é a determinação externa da sua produção, destinada a atender às necessidades do mercado colonizador europeu. O Brasil passa por vários ciclos de produção no período colonial, sendo os principais: o pau-brasil, no século XVI, o açúcar e o ouro, nos séculos XVII e XVIII, seguindo uma sucessão histórica mais ou menos rígida. Esta economia é necessariamente monoprodutora, organizada em enormes extensões de terra cedidas pela Coroa, em usufruto dos nobres locais, sob a forma de grandes unidades produtoras, baseadas na mão-de-obra escrava e servil.

Ou seja, o desenvolvimento econômico e social do Brasil se deu pelas vias da exploração do trabalho escravo e dos recursos naturais, assim foi possível expandir as exportações. O período escravista no Brasil durou até 1888, quando finalmente foi assinada a Lei Áurea, em que extinguiu a escravidão, porém isso não fez com que a condição de vida dessas pessoas melhorasse, uma vez que a sociedade era perpassada pelas mais diversas formas de preconceito e não tinham condições mínimas de manutenção da vida, tinham dificuldades de encontrar trabalho.

Cabe lembrar que no Brasil não houve uma política e efetiva reforma agrária, a terra era e continua sendo um dos bens mais preciosos resguardados e apropriados pela oligarquia e atualmente pela burguesia agroindustrial. Sendo assim os ex-escravos não tinham para onde ir, onde morar, o que culminou no surgimento de moradias precárias, em aglomerados. Muitos dos antigos “senhores de escravos” não aceitaram de forma pacífica a abolição, ocorreram fortes repressões para esse grupo. Imigrantes europeus, vindos principalmente da Itália, chegaram ao

Brasil ocupando os postos de trabalho assalariado que surgiam decorrentes do processo de industrialização que vinha tomando espaço no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Com o processo de industrialização, a estrutura de classe no Brasil tendeu a se tornar mais complexas.⁹

Cabe salientar que para o modo de produção capitalista se manter como modo de produção hegemônico era necessário que a transição ocorresse a nível mundial, sendo assim a partir do final do século XIX e início do século XX no Brasil começam a surgir os primeiros passos para a industrialização, que iram ter seu auge em meados da década de 1930 para a década de 1940. Porém, é necessário compreender que a transição para o modo de produção capitalista que ocorrera no Brasil não foi no sentido de rompimento com as bases antes existentes.

É evidente que mudanças na forma como a sociedade se organizava ocorreram, mas os ideais nacionalistas não resistiram ou nem existiram por aqui. A burguesia local, não era impregnada pelos interesses nacionalistas ou de formar uma classe burguesa nacional hegemônica que buscasse primeiramente seus interesses enquanto classe burguesa brasileira, que tivesse em certo grau um cunho revolucionário (evidente que essa propensão às ideias revolucionárias por parte da burguesia encontrou limites, uma vez que pretendia manter a dominação de classe e se consolidar como classe dominante).

A partir desse contexto é importante compreender que o Brasil tinha um “papel” a desempenhar no âmbito da “ordem mundial” e que estava e permanece até os dias de hoje atrelado à sua condição de ser um território riquíssimo em recursos naturais, minerais e um grande solo para a plantação e criação de animais, sendo assim configurado em grande fornecedor de matérias primas para os países de capitalismo central. Assim, mantêm-se as bases econômicas voltadas para a agro exportação e segundo Marini (2011, p. 136) “é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho”. Fernandes também afirma:

[...] a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por

⁹ Já no final do século XIX o Brasil deu origem a uma estrutura de classes bastante complexa. No topo estava a oligarquia agrário-exportadora, logo abaixo uma burguesia agrário-latifundiária, mas sem contato com o setor exportador. Nas regiões urbanas já aparece uma média burguesia, baseada na indústria e no comércio interno, e uma classe média assalariada ou profissionais com algum acesso aos donos do poder que lhes compram seu trabalho. Sustentando essas classes dominantes encontra-se no campo a maioria da população, submetida às relações de parceria, ao colonato e à meia (e eventualmente assalariado). (SANTOS, 1994, p. 39).

igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustara às situações segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição de uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. (FERNANDES, 2005 p. 240-241)

Essa forma pelo qual emerge o capitalismo no Brasil, trará consequências avassaladoras para a sociedade, principalmente para a classe trabalhadora. Segundo Marini (2011, p. 132) o capitalismo na América Latina está inscrito enquanto capitalismo completo em sua formação, desenvolvimento e consolidação, porém possuiu particularidades, “o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplarmos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2011, p. 132). Ou seja, essas especificidades da formação social e econômica dos países latino-americanos são de fundamental importância para a compreensão da realidade brasileira e vice-versa, considerando que na contemporaneidade se torna cada vez mais complexa.

Assumindo o pensamento de Ruy Mauro Marini, que traz importantes formulações e contribui no entendimento histórico e contemporâneo sobre a realidade latino-americana, nos deparamos com a categoria “dependência”. Esta formulação explicita que a divisão internacional do trabalho vai ditar o sentido em que a América Latina se inscreverá no modo de produção capitalista. Dependência compreendida pelo autor como:

[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2011, p. 134).

De acordo com Theotonio dos Santos (1994, p. 15-16) outro expoente da TMD:

Por dependência entendemos uma situação econômica na qual certas sociedades têm a sua estrutura condicionada pelas necessidades, as ações e os interesses de outras economias que exercem sobre elas um domínio. O resultado é que estas sociedades se definem de acordo com esta situação condicionante, que estabelece o marco para o seu desenvolvimento e para as respostas diferenciadas que elas oferecem, sempre submetidas aos estímulos produzidos pela economia e sociedade dominantes. Entretanto, em última instância, elas não estão determinadas por esta situação condicionante, e sim pelas forças internas que as compõem. É o caráter destas forças internas que explica a sua situação dependente e também a sua capacidade de enfrentamento ou submissão aos impulsos externos que as condicionam.

Assumimos o entendimento de que o Brasil é em um país de capitalismo dependente, ou seja, subordinado aos países de capitalismo central, às grandes potências mundiais. A partir disso traz, porta e perpetua características, condições particulares de ocorrência desse processo, assim não podemos cair no erro de acreditar que o modo de produção capitalista é igual em todos os lugares e funciona do mesmo jeito, pois ele se adapta para assim conseguir maiores taxas de exploração/lucro. Isso não pode ser considerado como uma anomalia do sistema, ou que esses países dependentes não sejam países capitalistas propriamente ditos, ou que são países subdesenvolvidos e que podem, numa escala evolutivo-econômica chegar a ser países desenvolvidos - uma vez que eles cumprem o “papel” ao qual foram destinados, muito menos pode-se considerar que tal contexto é um erro do sistema que precisa ser corrigido e/ou aceito.

Em uma linha objetiva de reflexão, não há como fugir à constatação de que o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um capitalismo difícil, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo de parteiras e amas-secas. Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. [...]. Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vai para as diversas situações criadas pela “expansão do capitalismo no mundo moderno”. Certas burguesias não podem ser instrumentos, ao mesmo tempo para “a transformação capitalista” e a “revolução nacional democrática”. (FERNANDES, 2005, p. 251)

A partir de Marx podemos compreender o que é trabalho, o que é força de trabalho, como se determina seu valor e compreender como acontece a exploração da força de trabalho. A partir disso assumimos o entendimento de que o Brasil é um país de capitalismo dependente e uma das características-condições que determina essa dependência é a superexploração da força de trabalho, que volto a afirmar, não é uma irregularidade-desvio do sistema, mas algo funcional a ele, à sua perpetuação, considerando que as burguesias latino-americanas estão em posição de perda de lucratividade na corrida comercial/industrial em âmbito internacional.

Prioritariamente a América Latina exporta matérias-primas industriais e produtos alimentícios e importa tecnologia, produtos manufaturados, com alto valor agregado.

Esta relação se dá por meio de uma troca desigual entre países, o que reafirma a condição de dependência entre os países de capitalismo central e os de capitalismo dependente. A América Latina não possuiu um forte parque industrial de transformação, não produz a ciência e a tecnologia de ponta e que é requerida pelo capitalismo e sua perpetuação. Esses âmbitos são “pertencentes” aos Estados Unidos, a alguns países Europeus, ao Japão, ou seja, aos países

ditos desenvolvidos – imperialistas. Em relação direta à essa conformação econômica e societária a condição da força de trabalho dos homens e mulheres que vivem na América Latina é de superexploração. Em suma, a América Latina vende produtos com preço baixo e pouco valor agregado para o exterior e compra produtos manufaturados, tecnologia industrial, produtos mais caros, pois não produz e não possui ela mesma a tecnologia necessária para desenvolver-se, mesmo que se referindo ao desenvolvimento capitalista, dentro da ordem. Isso acarreta uma troca desigual no mercado internacional e a perpetuação da condição de dependência.

Nesse contexto, uma das características da economia brasileira é ser agroexportadora, ao ponto de chegarmos no século XXI e o lastro de exploração da natureza permanecer central. A princípio se explorou o pau-brasil, depois o ouro, a cana-de-açúcar, o café, mais tarde o minério de ferro, o petróleo, a soja, etc. Toda essa exploração das nossas riquezas naturais tem ocasionado a destruição do meio ambiente única e exclusivamente para benefício e enriquecimento dos países de capitalismo central. Ao desempenhar esse papel a América Latina proporciona aos países centrais seu pleno desenvolvimento capitalista-monopolista, dialeticamente, contribui para o “atraso” e dependência aqui existente. Segundo Marini (2011, p. 140):

A oferta de alimentos que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais cofiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta [...] será de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevada. Em outras termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salários, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

Essa relação de dominação entre países terá um rebatimento em toda a sociedade, em especial à classe trabalhadora. É preciso considerar que o MPC encontra alternativas para se sustentar e se manter enquanto sistema mundial internacional, bem como para manter as altas taxas de lucro. Sendo assim, podemos dizer que uma das características mais marcantes da reprodução ampliada e avassaladora do MPC é a superexploração da força de trabalho.

Marx (2017) enfatiza que a valor da força de trabalho é determinado pela sua reprodução, ou seja, o salário que o trabalhador recebe teria que ser suficiente para suprir sua subsistência, suas necessidades básicas de alimentação, habitação, educação etc. Porém, quando voltamos nosso olhar para a América Latina o que se configura e ocorre é uma “violação do

valor” da força de trabalho. Segundo Marini, no texto “*A Dialética da Dependência*” são três os mecanismos que configuram a superexploração da força de trabalho.¹⁰

a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latinoamericana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho.” (MARINI, 2011, p 149-150).

A partir desta longa, mas extremamente relevante, citação podemos afirmar que a burguesia local para não ficar em desvantagem lucrativa no contexto das trocas desiguais, rebaixa o valor da força de trabalho e isso vai penalizar ainda mais o trabalhador, que mal conseguirá os recursos básicos para se manter. Isso implicará em trabalhadores com dupla jornada de trabalho - para assim poderem ter um complemento no salário, endividamento da classe trabalhadora, pessoas aposentadas (idosos) voltando ao mercado de trabalho- uma vez que a aposentadoria não supre as necessidades básicas de subsistência, trabalho infantil, dentre outras manifestações cotidianas que a superexploração assume.

Esse cenário é decorrente do fato de que a América Latina deve atender as exigências do mercado mundial:

¹⁰ Marini não explicita o quarto mecanismo da superexploração da força de trabalho nesta obra citada (*Dialética da dependência*), porém é importante enfatizar a existência desse quarto mecanismo, uma vez que está diretamente ligado a vida cotidiana dos trabalhadores e especialmente dos docentes. De acordo com Martins (2013, p. 17) a partir da leitura dos textos de Marini o quarto mecanismo é “o aumento da qualificação do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho.”

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada, portanto, sobre o mercado mundial. A produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. (MARINI, 2011, p. 155).

Nessa passagem Marini deixa claro qual é a função da América Latina e porque a superexploração da força de trabalho se configura como um mecanismo necessário ao capitalismo.

Segundo o mesmo autor, alguns países da América Latina conseguem chegar a um certo grau de desenvolvimento que lhes permitirá executar a função, ocupar o posto de Nação subimperialista. É o caso do Brasil, que pelo grau de desenvolvimento capitalista alcançado torna-se possível explorar outros países em condições piores de desenvolvimento econômico, porém, isso não faz com que deixe de ser um país dependente, pelo contrário é por causa dessa condição de dependência que lhe é permitido ser e que assume a condição de um país subimperialista.

[...]o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. E certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente. (MARINI, 2011, p. 171-172)

É evidente que ao assumir essas características-conformação as contradições do capitalismo são mais agudas nos países dependentes. De acordo com Netto e Braz (2012, p. 182) o “Capital [...] é relação social e as relações sociais são antes de mais, relações de essência histórica: são mutáveis, transformáveis.” O capital se desenvolve a partir do solo socio histórico, ao longo do seu surgimento e desenvolvimento buscou e busca formas de se fortalecer, se transformar e se perpetuar.

Além das formulações pela via da crítica da economia política este cenário foi retratado na literatura, em ensaios jornalísticos. Destacamos os dizeres que aparecem em uma importante obra deste segundo campo, o livro *Veias abertas da América Latina* em que GALEANO nos diz que:

A industrialização da América Latina se identifica cada vez menos com o progresso e com a libertação nacional. O talismã foi despojado de poderes nas decisivas derrotas do século passado, quando os portos triunfaram sobre os países e a liberdade de comércio arrasou a indústria nacional recém-nascida. O

século XX não engendrou uma burguesia industrial forte e criadora que fosse capaz de reempreender a tarefa e levá-la a suas últimas conseqüências. Todas as tentativas ficaram a meio caminho. À burguesia industrial da América Latina ocorreu a mesma coisa que acontece com os anões: chegou à decrepitude sem terem crescido. Nossos burgueses são, hoje em dia, representantes ou funcionários das corporações estrangeiras todo-poderosas. Em honra da verdade, nunca tiveram méritos para merecer outro destino (GALEANO, 2017, p. 147).

Considerando o contexto econômico, político e social que marca e conforma a vida de milhões de pessoas e articulando essa situação ao tema em estudo - que é política educacional e os sujeitos que têm direito à ela, podemos inferir que o destino de vários jovens é conformado a partir da dominação e da exploração.

Entendemos que a precarização da educação está intimamente ligada a esse processo. Os expoentes do capital compreendem e assumem a posição de que não é necessário formar pessoas que consigam compreender essa sociabilidade e que a partir desse entendimento podem refutar o que está posto. Para a manutenção tanto do capitalismo, como da relação de dependência e dominação entre países é necessário que a educação seja cada vez mais precária e que a dita ‘educação de qualidade’ seja somente para poucos privilegiados, e mesmo quando se tem acesso à ela é preciso questionar o que isso significa, qualidade para quem e do quê?

A educação sob os moldes societários do capitalismo forma jovens para serem seres humanos ‘completos’ ou somente uma boa e domesticada força de trabalho? É a segunda alternativa que o sistema do capital espera do modelo educacional. Para alguns indivíduos será permitido e requerido uma formação minimamente qualificada e terão empregos com melhores remunerações e benefícios, no entanto, para a grande massa de trabalhadores o destino será marcado pela precarização e superexploração. São jovens e adultos que em sua maioria concluíram o ensino médio com baixa qualidade ou nem concluíram, alguns podendo até mesmo possuir outros níveis de formação como cursos profissionalizantes, técnicos ou até mesmo curso superior, que conformarão o exército industrial de reserva – “ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontram compradores para a sua força de trabalho” (BRAZ; NETTO, 2012, p. 145). Nas palavras do autor literário e poeta já mencionado, são os ninguéns.

Os Ninguéns

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.
(Eduardo Galeano 2019)*

Atualmente temos uma grande massa de *ninguéns* desprovidos dos direitos mais elementares, sem educação nem saúde, sendo cotidianamente criminalizados e culpabilizados pela sua condição de vida e existência, que não tem quem se preocupe com eles, que estão jogados à sua própria sorte. O MPC é uma máquina de produz *ninguéns*, que os explora, que suga toda a energia e tempo dos indivíduos, que expulsa uma grande massa de *ninguéns* dos processos de trabalho, que os utiliza como exército industrial de reserva, ou então os descarta. Vidas não importam, o que impera é a busca por lucro. Esse contingente de *ninguéns* se constitui de homens e mulheres que possuem somente a sua força de trabalho para vender e que enquanto viverem continuarão sendo superexplorados.

1.2 A Política de Educação no Município de Mariana/MG

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda a intervenção intelectual não se pode separa o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui um linha consiente conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI apud MÉSZÁROS, 2016, p. 265).

Mariana/MG é conhecida como a primaz das Gerais, a primeira cidade do Estado de Minas Gerais, Desde seu “surgimento” a principal atividade econômica do município foi a exploração das riquezas naturais para a exportação. Inicialmente a prata e o ouro foram as principais fontes de arrecadação de riquezas. Passados 323 anos e continua-se a exploração desenfreada das riquezas naturais, a mineração de ferro tornou-se hoje a principal fonte de

arrecadação da cidade e a maior fonte de emprego, conseqüentemente a educação acaba sendo influenciada com oferta prioritária de cursos profissionalizantes, técnicos e superiores que tem como horizonte formar mão de obra para as mineradoras. Os alunos que concluem o ensino médio tendem a buscar essa conformação da continuidade de estudos. Segundo o artigo 1º, parágrafo 2º da Lei 9.394 “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” (BRASIL, 1996).

Para compreender a educação em Mariana/ MG é necessário entender a conjuntura econômico-social, quais as bases de formação dessa cidade. Assim, é necessário salientar que a atual conjuntura econômica e social do município de Mariana/MG é de crise¹¹, que se aprofundou ainda mais depois do rompimento-crime da barragem de Fundão da empresa Samarco (pertencente as empresas Vale e BHP Billiton). O resultado decorrente foi o expressivo aumento do desemprego na cidade e queda do padrão de vida, maiores buscas pelos serviços da rede socioassistencial e das políticas públicas em geral.

Entendemos que é preciso considerar e inscrever o rompimento da barragem de Fundão à lógica irracional do sistema produtivo mineral extrativista em vigência no País. Há evidências de que tal acontecimento esteja relacionado aos períodos denominados de *boom* e *pós-boom* das *commodities*, uma vez que em ambos os contextos ocorre uma superprodução, ou uma intensiva extração de minério das minas, o que acaba por sobrecarregar as (precárias e não fiscalizadas) estruturas de contenção dos rejeitos. (BERTOLLO,2017, p. 199).

A compreensão da política educacional de Mariana é perpassada pelos conflitos e interesses divergentes, nesse estudo, será abordada a educação em nível médio, mais propriamente das escolas estaduais, compreendendo como os três últimos anos de obrigatoriedade do ensino e sua responsabilidade por parte do Estado. Mariana/MG possuiu 36 bairros e 26 distritos e subdistritos e, somente 7 escolas públicas de ensino médio regular¹² para atender aos jovens marianenses, que são: Escola Estadual Dom Benevides e Escola Estadual Dom Silvério (localizadas no centro da cidade); Escola Estadual João Ramos Filho (localizada no bairro Cabanas); Escola Estadual Dona Reparata Dias De Oliveira (localizada no distrito de

¹¹ Podemos compreender essa crise como uma expressão da crise do capital, que perpassa a vida de todos, ou seja o que vivenciamos em Mariana/MG é um rebatimento de uma crise que é estrutural do capitalismo. Cabe destacar que de acordo com Mészáros, (2009, p. 65) a partir da crise enfrentada pelo capital na década de 1970 entramos em uma nova etapa do capital, uma crise estrutural, em que todas as esferas da vida humana tendem a sofrer os impactos, até mesmo o meio ambiente passa a ser destruído como uma necessidade para a reprodução do capital. De acordo com o autor: “a crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade”

¹² Ensino médio regular compreende-se as escolas que seguem um “padrão” em que os alunos estão dentro da faixa etária para o nível escolar. Sendo assim não serão entrevistados os professores que dão aulas para os alunos matriculados no EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Cachoeira do Brumado); Escola Estadual Conego Braga (localizada no distrito de Monsenhor Horta); Escola Estadual Benjamim Guimarães (localizada no distrito de Passagem de Mariana) e Escola Estadual Monsenhor Morais (localizada no distrito de Furquim).

Aparentemente o número de escolas/vagas ofertadas é suficiente para atender a toda população do município, porém o que podemos perceber é que as estruturas dessas escolas não são satisfatórias para atender aos estudantes de forma qualitativa e nem lhes proporcionar um ambiente escolar adequado. Além disso, destacamos como ponto negativo desse contexto escolar o fato de que é necessário que alguns estudantes dos distritos tenham que realizar um expressivo deslocamento de suas moradias para chegar até a escola, uma vez que em sua comunidade não tem escola de ensino médio regular.

Segundo a Lei 13.845, que dá nova redação ao inciso V do art. 53 do Estatuto de Criança e Adolescentes (ECA) que passou a vigorar com a seguinte redação: “acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.” (BRASIL, 2019), ou seja, esses alunos deveriam estudar em local próximo à sua residência, o que na prática não ocorre e está longe de ocorrer. Destaca-se que Mariana tem uma extensão territorial grande e muitos distritos e subdistritos tendem a serem ‘esquecidos’ pelas políticas públicas, já que estão afastados do centro.

Além do acima exposto, é preciso considerar que segundo os professores da rede estadual do ensino médio, a estrutura da escola não é satisfatória em sua completude: “A estrutura com relação a atendimento de números de alunos é adequada, só não é adequada para o desenvolvimento desses alunos né” (PROFESSORF7), de acordo com o PROFESSORS2: “Escola pequena para o número de alunos – salas pequenas”. Então o que podemos perceber é que há um consenso entre os professores entrevistados no que diz respeito a essa questão.¹³

Como a escola é um prédio cedido ela tem um padrão, as salas são pequenas, então tipo acabou excedendo, e hoje as salas estão bem mais cheias. Então acho que talvez a principal questão da infraestrutura hoje seja a uma escola, de fato né, o prédio no formato de uma escola e tal, a construção pra que a gente pudesse ter um sala de aula maior, uma sala de aula mais arejada, porque algumas salas são muito quentes, principalmente lá em cima, a tarde ou agora esse horário que a gente vai pra lá de 10:30; 11:00 horas é superquente pros alunos né. (PROFESSORS8).

¹³ As citações referenciadas como “PROFESSOR”, seguido da letra “F” ou “S” seguida e de um numeral, são das pessoas entrevistadas, ou seja, a partir desse momento inicia o diálogo com os professores entrevistados.

A falta de investimento e recursos em educação é algo que prejudica o trabalho do professor e conseqüentemente o ensino e aprendizado dos estudantes, pois investir em políticas públicas é visto como ‘gasto’ pelo Estado. É necessário enfatizar que o fundo público também é um espaço de disputa “No capitalismo contemporâneo, o fundo público exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas, sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais.” (SALVADOR, 2012, p.5). Então, os investimentos destinados às políticas sociais estão diretamente dependentes das decisões do governo, caso seja um governo com ideais mais progressistas há uma tendência a maiores investimentos nessa área, por outro lado, em governos como o atualmente em vigência no âmbito federal no Brasil, no âmbito estadual em Minas Gerais e no âmbito municipal em Mariana, governos conservadores e neoliberais, a tendência é que se reduza cada vez mais os direitos sociais conquistados. A educação precisa ser vista como um investimento. É preciso pensar a educação como um mecanismo importante da nossa luta nesta sociabilidade.

A falta de investimento em estrutura sistemática do Governo, o sucateamento da escola, é vista claramente, salas com buracos, quadra sem cobertura, quadra sem pintura, pouco material na biblioteca, salas superlotadas, buracos em sala de aula, não tem um ventilador pras salas de aula. São diversos fatores. (PROFESSORS11)

O que se pode perceber a partir da fala dos professores é que são inúmeros os problemas por falta de recursos, e também pode-se perceber que os recursos destinados às escolas são de ordem diferente, algumas escolas possuem laboratórios (de informática ou de química), outras possuem mais recursos como *data shows* (o que facilita a realização da dimensão didático-pedagógica pelos professores), em algumas escolas a biblioteca possui uma estrutura melhor, já em outras escolas todas essas questões aparecem de modo bem reduzido ao que se refere à sua oferta e disponibilidade. Segundo o PROFESSORS9 “*se aqui na sala tivesse por exemplo, tivesse um equipamento de vídeo, talvez eu arriscaria, mas é só um equipamento que a gente tem que agendar, porque são entorno de 50 professores e todo mundo pra usar o mesmo equipamento*”. De acordo com o PROFESSORS8, em uma das escolas que atua:

[...] a escola tem um laboratório de informática, que dá pra usar, alguns computadores as vezes apresentam falhas, mas lá, já consegui realizar atividade de pesquisa com os meninos utilizando o laboratório. Lá a escola tem acho que uns quatro data shows então a gente também consegue usar com mais facilidade.

Ainda de acordo com o PROFESSORS9 na escola em que trabalha: “*tem o laboratório, mas de química né, para as ciências humanas não tem laboratório. Aí como são a utilização desse*

laboratório para as aulas de química e biologia eu não sei não.” A partir destas falas compreendemos que a disponibilidade ou não desses recursos é algo que vai interferir diretamente no cotidiano de trabalho dos professores, na estrutura das aulas e na metodologia delas, uma vez que cada escola possui diferentes recursos didáticos. Podemos inferir que além de não ter uma igualdade entre as escolas sobre os recursos disponibilizados, que eles não dão conta de atender a demanda dos professores e alunos quando existentes no âmbito escolar. Vivemos hoje na era em que a tecnologia ganha proporções cada vez maiores, que é propagado que precisamos estar em constante inovação, mas quais as possibilidades desses jovens acompanharem essa tendência se a escola não oferta o mínimo necessário? Então vemos que se exige algo que não pode ser cumprido, ou melhor dizendo: nesta sociabilidade são criadas e afirmadas referências que apenas uma pequena parcela da população pode acessar, a classe dominante.

A escola não tem uma sala de informática né, e é o/ hoje é necessário, se a gente quiser tá reagindo/ a gente hoje é cobrado pra que a gente utilize novos recursos, multimídia e tal, e a gente não consegue fazer porque não tem, simplesmente não tem, acho que hoje a escola tem três ou quatro computadores pra atender uma demanda assim, né de vários alunos do bairro, então assim a gente não tem. Assim como o data show é um dilema pra usar porque só tem dois data shows, um tá com problema agora chegou um terceiro data show. Mas tipo, pra gente realiza trabalho, fazer seminário, a gente fica prejudicado, tem que tentar fazer aqui um malabarismo, pra vê quem que vai usar tal dia, pra que eu possa usar no outro, em tal horário. Então assim, as nossas aulas também são afetadas pela ausência desse recurso multimídia. Se fosse maior talvez a gente conseguisse ampliar e tal, fazer outras coisas na sala de aula. E eu acho que voltando pra infraestrutura. (PROFESSORS8).

Como já abordado anteriormente, para compreendermos a educação no município de Mariana-MG, bem como, quais os impactos que incidem sobre esse âmbito, precisamos compreender este município a partir da condição de capitalismo dependente. Podemos ver claramente nas falas dos professores, mesmo que não enfatizem verbalmente as categorias da TMD, a compreensão de que os “problemas” educacionais não são por acaso, mas são frutos da realidade socialmente construída a partir de um modo de produzir a vida que está desgastado e desgastando a todos, ou seja é dependente, subimperialista e nos superexplora.

Mas assim se você for considerar Mariana de uma maneira geral. Mariana teve uma pungência econômica, baseada nas mineradoras né, e a gente fica olhando pra cidade tentando entender pra onde foram essas riquezas que essas mineradoras produziram aqui, a gente não vê isso na estrutura sanitária, a gente não vê isso nas escolas públicas, a gente não vê isso na promoção de cultura, nada. Se a gente for levar em consideração esse quadro político, que atende as necessidades da escola em relação ao público eu acho que deixa a desejar. (PROFESSORS9)

Entendemos que é necessário que esse debate seja feito em sala de aula, precisamos saber qual o nosso papel no mundo. A questão da educação, tanto em Mariana-MG, quanto no Brasil de forma geral tem características muito próximas: aqui não formamos pessoas, intelectuais, formamos mercadorias - força de trabalho, e isso é muito complexo de se compreender, uma vez que são valores enraizados, visto como naturais. Mesmo que sentimos cotidianamente os seus efeitos somos levados a naturalizar esse tipo de exploração. Então como levar o debate aos alunos?

Botando os argumentos em mesa, por exemplo, o caso da Vale:

- E aí meninos o que cês acham da Vale?

Vai ensinar neoliberalismo pra eles. Ensina neoliberalismo/. A Empresa vem né, é individualiza, privatiza o lucro né, e socializa os prejuízos. E eles sabem muito bem isso porque viveram isso na pele. Não é? (PROFESSORS11)

A teoria não pode ser deslocada da prática, do cotidiano de vida como se não houvesse uma ligação entre os dois âmbitos. Também, a prática, o cotidiano precisam alimentar e fomentar a teoria. É preciso tratar e compreender os fenômenos a partir da perspectiva da totalidade, e o caso da Samarco, o rompimento-crime da barragem de Fundão evidenciam isso, “o rompimento da barragem de Fundão não é apenas um desastre ambiental, é um crime, é uma manifestação da superexploração da força de trabalho” (BERTOLLO, 2017, p.193). O que estamos evidenciando nesse estudo é justamente isso, que a formação destinada aos jovens, de forma precária, é para isto: ocupar um posto de trabalho que diariamente serão superexplorados, destinados a empregos cada vez mais precários e incertos. E a política de educação tal qual como temos hoje contribui para isso, pois o objetivo dela é formar trabalhadores, sem maior capacidade de entender a sua própria existência e que se submeta à venda da força de trabalho. Todos esses aspectos interferem na vida dos jovens estudantes. Ao questionar o PROFESSORF10 sobre qual o maior problema da educação no município de Mariana/MG, ele respondeu que:

O aspecto social. Eu colocaria o aspecto social, porque muitas vezes o aluno não tem o capital cultural, não é culpa dele, mas pela realidade, por exemplo, é ... Aqui mesmo o público que eu atendo é uma escola de periferia? Sim, mas as vezes o menino até ele tem boa vontade, oferece o que tem de melhor, mas falta uma questão que é o quê? Financeira.

Para os jovens estudantes não basta simplesmente ter boa vontade, não é simplesmente uma questão de escolha e de esforço pessoal como as teorias meritocráticas vão evidenciar, são questões estruturais, que perpassam a nossa vida, de um sistema que monopoliza os meios de produção, que transforma seres humanos em mercadorias, apenas e também. E são questões

que estão enraizadas no seio da sociedade, são vistas de forma natural. Creio que um dos maiores “problemas” da educação em Mariana/MG seja o fato de vivenciarmos cotidianamente o capitalismo dependente, a superexploração da força de trabalho, que suga o tempo, a vida, os sonhos, que não permite que os jovens (principalmente de baixa renda) não tenham outro objetivo além de trabalhar na mineração ou em setores a ela vinculados. Então, a educação em sentido generalista torna-se cada vez mais inacessível, e a sua relação com a educação e o acesso a ela frustrante.

É importante refletirmos sobre esse modelo de educação que nos é imposto e reivindicar a liberdade de pensamento. Porque o que estamos presenciando nos dias atuais é uma tentativa de amordaçar essa liberdade, em que temas tidos como polêmicos, não sejam tratados em sala de aula, o que evidencia e fortalece essa perspectiva de formação precária, restritiva, fragmentada e moralista na qual a única questão que importa é ser funcional à máquina do capital.

CAPÍTULO 2: PROJETOS DE EDUCAÇÃO EM DISPUTA.

A educação se constitui legalmente como um direito universal de toda a sociedade brasileira, ou seja, todos podem e devem ter acesso a ela de alguma forma. Atualmente a obrigatoriedade de se iniciar na vida estudantil é a partir dos 4 anos de idade, ou seja, a partir desse momento da vida as crianças precisam ingressar em alguma escola, sendo assim o Estado tem o dever de ofertar as vagas e os pais a responsabilidade de matricular e acompanhar a frequência dos filhos. A educação é obrigatória somente dos 4 aos 17 anos, o que caracteriza o período da educação básica, no qual o Estado mantém a obrigatoriedade e a gratuidade, fica assegurado também a gratuidade a todos aqueles que não concluíram e/ou não conseguiram acesso à formação básica na idade ideal.

Evidente que o acesso à formação básica é de certo modo um avanço, pois assim todos podem ter algum tipo de educação, mas a questão que se estabelece com relação à educação no sistema do capital é que essa não é pensada para promover o bem comum do conjunto da sociedade, ou seja, não contempla o gênero humano de forma integral, para uma formação humanitária, para a emancipação humana. Isso quer dizer que as políticas voltadas à questão educacional são formuladas a partir de um interesse específico. SAVIANI (2017) no texto ‘Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro’ faz um resgate do surgimento da educação atrelado à democracia:

Em suma, a democracia se configura como um regime político baseado na soberania popular. Ou seja, nesse regime o soberano não é mais o rei, um monarca, mas o próprio povo que passa a deter a prerrogativa de escolher os governantes. Entretanto, para exercer a soberania, para se tornar governante ou, pelo menos, para ser capaz de escolher e controlar quem governa, os membros da população precisam ser educados. A escola surge, então, como o grande instrumento de construção da ordem democrática difundindo-se a ideia da “escola redentora da humanidade” sob cuja égide desencadeia-se a campanha pela escola pública, universal, obrigatória, gratuita e laica viabilizada, em cada país, pela organização do respectivo sistema nacional de ensino.

Nesse novo contexto a educação assume uma função explicitamente política. A escola passa a ser entendida como um instrumento para transformar os súditos em cidadãos, portanto, um instrumento de participação política, a via efetiva para se implantar a democracia. (SAVIANI, 2017, p. 654).

Como podemos perceber, a educação pública não surge de forma neutra ou como benevolência dos governantes, muito menos para o desenvolvimento do ser humano, mas é “criada” e pensada para favorecer com conjunto específico da sociedade, estamos nos referindo à classe burguesa. Evidente que como em todos os campos dos direitos sociais, a educação

também está em disputa, está inscrita na luta de classes pelos diferentes interesses das classes: burguesa e trabalhadora.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu- o seu todo- ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. (MÉSZÁROS, 2008, p.35).

A nossa sociedade através da organização dos seres humanos, tem a capacidade de se adaptar, transformar, evidentemente, que essas mudanças são ditadas pelo conjunto da sociedade organizada, sejam elas mudanças progressistas ou conservadoras, o que vai interferir em todas as esferas da vida, inclusive na educação. Almejamos uma formação que seja pública, gratuita e de qualidade para todos, porém precisamos estar atentos ao que isso quer dizer. De que tipo de formação estamos falando? O que almejamos com a educação? Podemos compreender que a educação está em disputa pelas diferentes classes sociais¹⁴. Pois cada classe possuiu seus próprios interesses. O que significa educação de qualidade para a classe trabalhadora? De acordo com um dos professores entrevistados:

A princípio a gente, da sociologia entende a educação como um instrumento de controle social né, ainda hoje conversava com os alunos do primeiros ano, sobre os conceitos de hegemonia e contra hegemonia e explicava um pouco sobre essa ideia que a hegemonia se dá por meio de um consenso baseado numa moralidade que as classes dominante, e/.. é... independendo das classes dominadas né, então a escola é uma dessas ideologias e tem-se a pretensão de fazer como um espaço de realização, mas na realidade a escola é um lugar de exclusão né a escola não inclui ninguém. O Próprio sistema de meritocracia já pressupõe isso. Então tem na escola tem o aluno bom o mediano e mais ou menos, esse sistema de reprovação na realidade vai criando hierarquias que depois se torna hierarquias sociais mesmo né, ainda que a escola tenha uma preocupação de inclusão, a escola é fundamentalmente um espaço de exclusão social. (PROFESSORS9).

O que podemos enfatizar é que não é esse modelo de educação que reivindicamos, mas uma educação que se alinhe aos interesses da classe trabalhadora, que esteja o mais próximo de uma educação emancipadora, não um espaço de exclusão social ou de falta de liberdade de pensamento.

¹⁴ “Para o marxismo, elas se definem a partir do lugar que os indivíduos ocupam nas relações de produção, mais precisamente pela posição perante os meios de produção (proprietários/não-proprietários). As classes, assim, são entendidas como um componente estrutural da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, como sujeitos coletivos que têm suas formas de consciência e de atuação determinadas pela dinâmica da sociedade.” (FREDERICO, 2009, p.1).

2.1 A reforma do ensino médio e a BNCC: O que muda?

A justificativa para a reforma do ensino médio, por parte do governo federal, é que a mesma é necessária para melhorar a qualidade do ensino no Brasil. Para torna-lo mais atrativo aos jovens e de forma que corresponda à sua realidade. A unificação do ensino se daria ao fato de que o sistema educacional estaria em crise. “A crise educacional do Brasil da qual tanto se fala não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos os frutos amanhã, falarão por si mesmos.” Essa frase foi dita por Darcy Ribeiro em 1977 e o que podemos verificar é que os frutos do qual o autor falava, estamos vivenciando cotidianamente, ou seja: a precarização da educação, pode ser entendida como um processo cuja tendência é se agravar ainda mais, e isso pode ser verificado pelos crescentes ataques à educação e à liberdade de pensamento e expressão destinados aos profissionais dessa área que sofrem retaliações por discutir determinados temas.

Esse discurso de crise vem no sentido de legitimar as mudanças que a política educacional sofrerá, no entanto, essas mudanças não atingem a raiz do problema, são apenas mudanças superficiais e que agravam ainda mais ‘a crise’ da educação. Precisamos ter a clareza de que estamos vivenciando uma crise estrutural do capital que atinge todas as esferas da vida humana e conseqüentemente atinge o sistema educacional. Ao citar Darcy Ribeiro queremos evidenciar que essa crise da educação é funcional ao sistema e é criada para que cada vez menos pessoas tenham acesso à formação de qualidade. A crise que Darcy cita é o projeto de educação do capital, que mascara a realidade, que não permite uma educação ampliada e crítica. Diante disso, é necessário compreender qual o sentido de ‘qualidade’ está posto na sociedade e é difundido por ela. Segundo o Presidente Jair Bolsonaro “Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece a aprender coisas que possam levá-las ao espaço no futuro” (Jovem Pam, 2019), essa frase foi proferida pelo presidente da república na posse do atual ministro da educação Abraham Weintraub. Consideramos que é uma frase que diz o que o atual presidente espera da política de educação do país e qual o papel que ela precisa desempenhar, ou seja, uma educação que forme para o mercado de trabalho e não forme sujeitos capazes de pensar e falar em política e outros temas da vida social.. No atual cenário político em que vivemos é necessário construir alternativas de resistência, pois o retrocesso está posto para a sociedade e a precarização da educação é algo alarmante.

[...] na filosofia política medieval, né que é a teocracia e depois avanço para a filosofia política moderna partindo do Maquiavel, trato das questões contratualistas com Hobbes, Rousseau, Locke e como acabei de falar não me sinto mais seguro para avançar até o Marx né, inclusive eu não utilizo mais a palavra Marx em sala de aula nem a palavra comunismo né, que são pontos importantes pra o debate e pra o esclarecimento político né, então esse sentido eu me fiz uma auto censura. (PROFESSORF7)

O relato acima do PROFESSORF7, quando indagado sobre o conteúdo programático da disciplina de filosofia, explicita que o mesmo não se sente mais seguro para falar sobre Karl Marx aos seus alunos, mesmo que não tenha sofrido nenhum tipo de censura, mas por causa do clima político, isto é, a partir da prevalência do conservadorismo e da ênfase e estímulo à perseguição a ‘professores doutrinadores’ ele não sente segurança em tratar determinados temas em sala de aula, o que se tornou desconfortável para esse professor, já que segundo ele “gosto de discutir todos os temas né, com liberdade, vejo que há uma receptividade por partes do alunos”. Tal contexto acaba sendo prejudicial aos alunos que acabam não tendo acesso à uma educação que visa a liberdade de pensamento, e também ao próprio professor, que precisa repensar sua metodologia de ensino visto que, por insegurança, “precisou” retirar um conteúdo importante para a compreensão da realidade. Reitera-se, diante desse relato que precisamos pensar e realizar uma educação que permita o indivíduo expressar seus pensamentos, seja o docente ou o estudante.

Gênero foi o que eu fiquei muito reticente, eu sinto medo até de lançar no diário. Eu sinto medo, mas eu lanço o tema, mas eu sinto um certo receio até de lançar no diário, porque enfim, é como acompanha o nosso trabalho, o diário eletrônico, e aí já, ... eu sinto realmente um certo receio, tanto que quando eu fiz os seminários eu pensei nisso, pra que eles pudessem pesquisa e apresentar e não só parecer que eu tô falando e tentando, né... impor alguma coisa. (PROFESSORS8)

Os professores que relataram ter algum receio/incomodo em discutir ou abordar algum tema, sofrem com isso. Não é uma escolha voluntária e aleatória o fato de não debaterem esses conteúdos, mas sim, algo que podemos considerar como pressões psicológicas, já que virou rotineiro vermos notícias de professores que sofreram censura devido aos temas trabalhados em sala de aula, e os impactos negativos que essa repressão e censura causam na carreira profissional do docente.

Eu ouvi relatos de outros profissionais que trabalharam em escolas particulares que... sobre a falta de liberdade de expressão, eles não podem falar aquilo que eles realmente acreditam porquê... de forma responsável é claro, sempre de forma responsável. Mas eu conheço pessoas que foram censuradas né, chamaram atenção e acabaram é né/... conheço um caso que a pessoa acabou desistindo do cargo, preferindo sair porque, é censura, então... Aconteceu também agora, que a apareceu na mídia um caso da escola é não sei se é Inácio de Loyola... é Inácio de Loyola, que é o Jesuíta né. Escola Jesuíta bastante famosa... tem em várias partes do país em nomes diferentes,

mas tem lá em BH em Belo Horizonte com o nome Inácio de Loyola uma escola de elite e surgiu numa prova uma questão sobre o Bolsonarismo e os pais é/... procuraram a escola pra... esclarecer o fato né, porque que tal questão apareceu, teria aparecido na prova... ou seja, uma forma de censura né... Então se determinadas questões de forma responsável não pode ser debatidas nessas escolas, então não posso dizer que essa escolas sejam realmente um ambiente de esclarecimento, pode ser apenas um ambiente onde as técnicas são muito bem trabalhadas, mas não é um ambiente onde a consciência social, política é realmente trabalhada em sua/... em seus pontos necessários, digamos assim, para que haja realmente uma conscientização daqueles que estão ali procurando se desenvolver. (PROFESSORF7)

O fato referenciado pelo entrevistado foi assim evidenciado em título de uma reportagem jornalística: “Colégio Loyola anula prova com texto crítico a Bolsonaro e alunos protestam” (CAMILO, 2019)¹⁵ Podemos verificar que o clima político é algo que interfere na cotidiano de vida dos professores, pois eles de certa forma são “podados” e o ambiente escolar é conformado e direcionado para que não se refute, não se questione o que está colocado como natural, localizando-se como um instrumento que contribua na aceitação pacífica e amorfa do que é imposto pelo governo e pela ideologia conservadora, sem que isto seja discutido e debatido.

Se analisarmos as leis que tratam sobre a educação, chegaremos à conclusão de que a educação é um caminho que visa a cidadania e o mercado de trabalho. De acordo com o artigo 22 da Lei 9.394, “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996), lembrando que a referida lei coloca como uma das finalidades do ensino médio a “preparação para o trabalho e a cidadania” (BRASIL, 1996). Por isso é comum se ouvir falar de uma educação cidadã ou educação cidadã crítica, porém temos que ter cuidado com essas expressões, pois elas são utilizadas recorrentemente no sentido de uma educação levaria automaticamente à liberdade dos seres humanos e ao seu desenvolvimento humano. Consideramos que para se alcançar esses ideais seria necessário a emancipação humana, algo que é impossível alcançar no capitalismo. Segundo Tonet (2005, p. 474) cidadania então pode ser entendida como parte da emancipação política¹⁶. Podemos compreender então, a cidadania como parte da organização do modo de produção capitalista, uma vez que ele proporcionou a emancipação política. Destacamos, porém, que mesmo se tratando de uma parte da emancipação política, a ampliação da cidadania

¹⁵ <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/colégio-loyola-anula-prova-com-texto-crítico-a-bolsonaro-e-alunos-protestam-1.748599>.

¹⁶ Sobre a categoria cidadania ver: Educar para a cidadania ou liberdade? De autoria do Ivo Tonet (2005).

e a sua garantia são de extrema importância para o cotidiano, uma vez que estamos vivenciando grandes perdas no âmbito dos direitos sociais. Enfatizamos ainda, que é necessário a organização da sociedade para garantir também a democracia, porém, compreendendo todos os limites que este âmbito porta na sociedade capitalista. Dito isso, torna-se explícito que a educação não é a resolução de todos os problemas da sociedade, mas sim, um aparato para a compreensão dela e para a busca de alternativas, por isso reivindicamos uma educação que seja pública, gratuita e de qualidade, que possa cumprir um papel para além da lógica de mercado, que possa se aproximar ao máximo de um mecanismo que leve à liberdade. Todavia o que estamos acompanhando é que a “liberdade” está cada dia mais ameaçada, isso falando da liberdade que o capitalismo coloca como um de seus valores. Não me refiro aqui a liberdade efetiva e plena. Assim, precisamos ter clareza que vivemos em uma sociedade de classe e que isso tem serias implicações.

Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o polo determinante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em consequência, a educação, quer formal, quer informal, sempre terá um caráter predominantemente conservador. (TONET, 2005, p. 478)

Ou seja, as reformas que são propostas pelos governos têm a tendência de favorecer ou defender os interesses da classe dominante e aprofundar a relação de dominação, aprofundando também a desigualdade social¹⁷. A Lei 13.415/2017, implantada no governo de Michel Temer, tem como proposta a reforma do ensino básico, no qual o ensino médio faz parte.

O ensino médio regular é um período de formação dos jovens, é a chegada da última fase obrigatória do ensino, pois sua formação é fortemente direcionada ao mercado de trabalho, cabido lembrar que a idade de conclusão dessa formação é entre os 17 e 18 anos, momento em que estão se tornando “maiores de idade”¹⁸, uma vez que a maioridade, compreendida pela maioridade penal é a partir dos 18 anos completos, é o momento também em que os jovens tem total “liberdade” de exercer qualquer função no mundo do trabalho. Pois Segundo o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 é proibido o “trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na

¹⁷ Desigualdade social não se constitui como uma anormalidade do sistema, o modo de produção capitalista, pela relação de capital e trabalho, ao se apropriar do trabalho alheio, produz e aprofunda as relações de desigualdade social, sendo que está não é um “problema” para o capital, mas necessária a ele, para assim poder manter a relação de dominação e sua hegemonia.

¹⁸ De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o ECA Lei 8.069/1990, as pessoas menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis.

condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”¹⁹. Com isso podemos perceber que a educação tem uma ligação direta na formação dos jovens e sua possível inserção no mercado de trabalho.

Segundo o Artigo 53 do ECA “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990). O trabalho é um elemento central nas políticas sociais públicas brasileiras, mesmo das que tratam da criança e adolescente, uma fase que a única preocupação deveria ser a do seu desenvolvimento humano. “Não é de se admirar que a educação, assim como todas as outras dimensões sociais estejam em crise” (TONET, 2006, p.27), porém essa crise na qual falamos se alinha com as formulações de Mészáros (2009), na qual o capital alcançou um patamar no seu desenvolvimento em que a crise perpassa por todas as esferas da vida humana, não há uma alternativa possível para solucionar essa crise por meio do próprio capital, já que de acordo com o autor, os limites colidem com os limites da própria existência humana, “a crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade” (MÉSZÁROS 2009, p.65).

A partir desse contexto, o que vemos é uma tentativa de mascarar todo esse processo que está em curso, fala-se em crise do sistema educacional, mas trata-se de uma crise que pode ser entendida como um projeto societário, uma vez que o sucateamento das escolas públicas, a formação de mão de obra (precarizada), a falta de conhecimento da realidade concreta, a falta de senso crítico, e conformação de consenso, são funcionais e necessários à máquina do sistema capitalista. Não se fala de uma crise vinculada ao sistema do capital, tal qual compreendemos a crise, ou seja, as explicações não alcançam o seu fundamento que é próprio do sistema do capital, mas ao contrário, mascaram toda a dinâmica do processo.

Então, diante desse cenário surgem ideias para mudanças na política de educação a partir do discurso de se tornar mais atrativa aos estudantes, algo que pense nas particularidades, mas que na verdade não passa de uma falácia, uma vez que, para haver mudanças, mesmo que no marco do capitalismo, é necessário que tenha um profundo debate acerca do tema e junto disso investimentos. No entanto, o que presenciamos são os crescentes cortes nas políticas públicas. A Emenda Constitucional- EC 95/2016, que congela os gastos públicos com as despesas primárias, considera a educação como despesa, em vez de ser vista como um investimento nas

¹⁹ É explícito que essas condições são em muitos casos colocada aos jovens, que pelos mais variados motivos tem que se inserir no mercado de trabalho e muitas vezes de forma extremamente precária.

pessoas. Indaga-se: Como pensar em mudanças, sem pensar na estrutura dessas mudanças? Para quem será benéfica essa mudança?

Sendo assim, é importante analisarmos a Lei 13.415/2017 e a BNCC proposta pelo governo de Michel Temer e que propõe reformas no ensino básico e divide opiniões acerca do assunto. Essa lei estabelece que o conteúdo do ensino será baseado na BNCC²⁰, e por itinerários formativos, na qual o aluno poderá escolher o que pretende cursar. A BNCC vai trazer que ao longo do ensino básico devem ser trabalhadas dez competências²¹. As competências gerais segundo a BNCC são:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

²⁰ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p.7)

²¹ Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018, p. 9-10)

São essas as competências que deverão ser contempladas na formação básica. Porém, questiona-se qual o direcionamento dessas ações, uma vez que vivenciamos um aprofundamento do conservadorismo, perspectiva que “dita as regras” de execução das políticas sociais, e com a educação não seria diferente, uma vez que o sistema capitalista não nos permite práticas de educação que busquem a emancipação humana. Assim, fica evidente que essa lei busca levar aos jovens a formação profissional, e não um conhecimento ampliado da realidade social que vive. “Outra reforma muito apreciada pelos burgueses é a educação e, particularmente, a educação profissional universal” (MARX; ENGELS, 2016, p.41). Indaga-se: qual é o efeito de uma formação profissional universal? Criar mão de obra para o mercado de trabalho cada vez mais precarizado, e quanto mais pessoas “qualificadas” para exercer uma mesma função, menores seriam os salários, já que se teriam muitas pessoas capacitadas e isso vai se configurar em um mecanismo para diminuir ainda mais o valor da força de trabalho.

O cenário decorrente dessa situação é que as pessoas que estão inseridas no mundo do trabalho possuem a qualificação técnica, quem está compondo o exército industrial de reserva²² também terá essa mesma formação, sendo assim, o capitalista tem em seu domínio o trabalhador. Esta é uma tendência geral e estruturante que servirá para atender aos interesses e acumulação cada vez mais ampliada do capital. Tal fato é complexo, uma vez que, conforme pode ser constatado, não há um consenso entre os professores entrevistados em relação à lei de reforma do ensino médio. Mesmo assumindo ideias progressistas, cada um faz a leitura dela a seu modo. Há também, a dúvida se é a lei que tira o ensino de filosofia e sociologia ou não, pois pelo que pude perceber alguns professores conhecem a lei, mas não a conhecem na íntegra.

Então essas leis são para atender a ideologia dominante assim, né, na realidade a gente sabe é que a escola é um mecanismo de controle social muito forte e que essa leis vão ao encontro desse tipo de coisa, esse modelo ainda bem ruim, as pessoas tudo sentado em sala de aula, um olhando pra

²² A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (MARX, 2017, p.705).

mesa do outro enfileirado uma pessoa na frente falando com o outro, naquela perspectiva de um ensina e outro aprende. Então a educação nossa ela precisa ser compreendida numa perspectiva muito mais transformadora do que essa que estão colocadas por esse grupo de notáveis né, que são os deputados, os não sei o que, porque o que eles tem encaminhado parece que os especialistas de educação mais sério não concordam. (PROFESSORS9)

Formação de alunos para serem técnicos – mão de obra. (PROFESSORS2)

Ah. Então eu acho que a gente vai tá indo. Eu acho que tá se repensando a educação exatamente de uma forma, como eu posso dizer, em vez de pensar a educação pra frente a gente tá pensando a educação meio que retrocedendo (PROFESSORS8)

Mais uma vez cai na questão da realidade e expectativa. É uma coisa muito bacana? Sim. Mas infelizmente, é... Assim como outras políticas públicas que já foram adotadas, ela morre, é uma ideia bacana, mas que infelizmente. ... Eu não acredito que vá surtir efeito justamente porque, exige recurso financeiro e o Estado quando fala em grana, não rola. (PROFESSORF10)

Apesar de na lei ficar estabelecida a obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia, conforme explicitado no Artigo 3, parágrafo 2º “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.” (BRASIL, 2017), de acordo com o mesmo artigo parágrafo 3º “O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas” (BRASIL, 2017), o que se explicita é que o estudo dessas referidas disciplinas não será obrigatório para os três anos do ensino médio. É nisso que se põe a grande questão a ser enfrentada: como serão incorporadas essas disciplinas quando de fato a lei for efetivada? Fica estabelecido na BNCC, porém não está claro como será a implementação da BNCC.

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I – linguagens e suas tecnologias;

II – matemática e suas tecnologias;

III – ciências da natureza e suas tecnologias;

IV – ciências humanas e sociais aplicadas;

V – formação técnica e profissional (LDB, Art. 36;

ênfases adicionadas). (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 475).

Com relação à BNCC, também é possível perceber uma diferença de opinião entre os professores:

Base Nacional Comum, é um projeto de homogeneização cultural pra meio de promoção da igualdade do meio, da... escola normal? Base Nacional é, ela deixa de passar pelas especificidades né e, quem mora lá no centro de Belo Horizonte tem as mesmas perspectivas educacionais de quem mora num distrito daqui de Mariana, ou quem mora lá na... ou mora la Juazeiro, né, no

interior da Bahia. A ideia de base nacional é super arbitrária né.
(PROFESSORS9)

É feio o que eu vou dizer, mas eu acredito assim, não tem como piorar o que já tá ruim. Então eu vejo que é sim uma boa estratégia, e vou voltar novamente nessa ideia tem que ter recurso pra poder investi... estimular a pesquisa, é, tudo isso que tá sendo colocado. Havendo esse recurso, sem dúvida alguma, cê colocaria a educação pública na esfera de uma educação privada.
(PROFESSORF10)

O que podemos verificar é que a BNCC vem com esse discurso de unificação do ensino, para que em todos os lugares e escolas se aprenda a mesma coisa, os itinerários formativos seriam as especificidades que cada aluno supostamente poderia escolher e o que o aproximaria às particularidades da sua região, local de estudo e residência, sua realidade cotidiana.

Os itinerários formativos – estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, pois possibilitam opções de escolha aos estudantes – podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas. (BRASIL, 2018, p.477).

Mesmo reconhecendo os limites dessa lei, sabemos que para ela ser implementada, minimamente será necessário que houvesse investimentos na área da educação, pois ela possuiu um conteúdo bem amplo para ser colocado em prática, e como já analisamos a estrutura da escola pública tal qual como se apresenta na atualidade, não dará conta de atender a essa demanda. Um dos primeiros pontos da Lei 13.415/2017 propõem a alteração da carga horária do ensino médio de oitocentas horas para mil e quatrocentas horas, tendo um prazo de cinco anos para alcançar no mínimo mil horas, diante disso, fica a grande questão: como será feita essa adaptação nas escolas? Muitas escolas funcionam nos três turnos ou em dois turnos, as salas estão cheias, não tem o mínimo de estrutura que atenda os estudantes e mesmo assim tem-se na letra da lei a tentativa de fazer um ensino médio profissionalizante/integrado. Segundo o artigo 3, parágrafo 8º

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:
I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (BRASIL, 2017)

Como dito pelos professores e já explicitado anteriormente, os recursos de mídia e tecnológico são escassos nas escolas, então o que seriam essas atividades on-line? Vai ser criado

um mínimo de estrutura para os alunos e alunas poderem executar, ou é uma forma de fazer parcialmente a distância atividades que deveriam ser feitas dentro da escola. Se a conformação assumida for de uma modalidade de ensino médio a distância, então não fica claro qual a real intenção dessa modalidade de atividades online: responsabilizar o estudante pelas demandas materiais e pedagógicas não supridas pelo ambiente e estrutura escolar.

Impactos positivos? Eu não vejo positivos não. Assim porque parte do ensino médio vai poder ser feito a distância... Né, outra parte o aluno não necessariamente fica numa escola que seria próximo da casa dele. A escola vai ter que se adequar digamos a um perfil né, se aqui for todo mundo mais exatas aí que não for muitos de exatas aí vai ter que ir pra uma outra escola e tal. Então eu vejo assim que tem muito mais negativo, assim além de tipo... o aluno aqui vai ter prioridade em português e matemática só, né, português e matemática e as outras disciplinas vão ser não nessec/. Vai basicamente ser optativas entre outras assim, então eu não,... não consigo vê lado positivo, eu só consigo pensar... negativo... O cara vai só aprender a ler, a escrever e fazer contas, assim, não diminuindo o português e matemática, mas eu acho que isso parte do/. Da questão política do quê que se espera aí. (PROFESSORS8)

Destacamos que também tem professores que veem essa lei por outro ângulo, a partir de uma perspectiva mais otimista e que conseguem visualizar impactos positivos:

Ah, tem vários impactos positivos né, tipo assim, ter uma maior liberdade e tal... Mas depende, eu fico me perguntando, qual dos pontos da lei que vão realmente ser efetivados? Essa é minha questão. Se alguns pontos forem efetivados, vai ser muito bom pros alunos, vão ganhar mais conhecimento, mais liberdade, mas se alguns não forem vai perder muito né, vai ter que dividir sala, encher mais turma, acaba perdendo também né. Depende de como vai ser implantado realmente a lei né. A implantação da lei que é um quesito importante. (PROFESSORS11)

Pra mim docente eu vejo que ela iria estimular o aluno que realmente quer essa área de atuação, pesquisa, a levar mais a sério, ter mais possibilidade de um contato maior com isso, com essa área do conhecimento, então esse seria o aspecto positivo. É, de contribuir pra um sujeito mais crítico, autônomo. Já direcionar para o mercado de trabalho. Porque a minha área de atuação é ensino médio, então já é uma preparação pra aquilo que ele vai vivenciar na, no curso superior e conseqüentemente no mercado de trabalho, então eu vejo como um aspecto positivo isso, sim. Agora o negativo, é que, assim como nós adultos, há um dilema será que é isso mesmo que eu quero? A falta de/... não diria certeza, mas, de uma noção se é realmente isso a área que a pessoa quer. (PROFESSORF10)

A leitura que fazemos é que vivemos uma conjuntura política complexa, então, analisar esse tipo de lei não é somente uma questão meramente de leitura, torna-se necessário fazê-la a partir de um referencial teórico que esteja alinhado aos reais interesses da classe a qual pertencemos e nesse sentido explicitamos a importância do marco teórico da TMD. Para realmente compreendermos os impactos que essa lei causará no conjunto da sociedade não podemos fazer uma análise descolada da realidade.

Art. 4º O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2017)

Ainda de acordo com o artigo citado acima:

§ 8º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

- I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;
- II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

§ 11º Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

- I - demonstração prática;
- II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;
- III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;
- IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;
- V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;
- VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (BRASIL, 2017)

Ou seja, o que podemos visualizar dessa lei, para os estudantes da classe trabalhadora, é que as possibilidades possíveis são de uma formação tecnicista, em que podemos até mesmo analisar e questionar que tipo de qualidade terá, uma vez que não se pensou nos investimentos para ter o mínimo de qualidade. Também, sabemos da incompatibilidade do Ensino a Distância (EaD) e o que tange a qualidade do ensino. Essa modalidade não dá conta de proporcionar os ensinamentos necessários, e também sabemos que os jovens no ensino médio ainda estão se desenvolvendo, estão em um processo de autoconstrução, então como será a formação desses jovens?

Hoje o que se explicita é que o Estado tem fortes tendências a destinar recursos públicos para as instituições privadas em detrimento do fortalecimento das políticas públicas, no caso da educação, às creches, às escolas e às universidades públicas, etc. Seria essa reforma mais uma forma de fomentar a rede privada de ensino? Aponta-se que sim, pois sabemos que para o EaD

o que importa são números, quanto mais matriculados mais lucros. A educação nessa conformação e nessa perspectiva mercadológica²³ que é difundida e fortemente propagada é configurada para que tenha poucos custos e maior facilidade de acesso pelo estudante, não importando se for de modo precário e sem qualidade.

Uma informação peculiar dessa lei é que ela revoga a Lei 11.161/2005, que dispõem sobre a língua espanhola e sua obrigatoriedade de oferta para o ensino médio, ficando facultativo ao aluno a matrícula. Percebemos que essa lei não chegou a ser implementada de forma universal e o que se tem como regra é que a língua inglesa seja obrigatória e a língua espanhola fica como optativa e caso tenha disponibilidade, ou seja, há uma valorização e determinação de que se deve aprender a língua inglesa que é o idioma falado no país que domina o globo terrestre, os Estados Unidos da América, em detrimento a língua espanhola que é falada nos países vizinhos ao Brasil.

Não estamos dizendo que não seja importante aprender o inglês enquanto idioma, mas por sermos latino-americanos, o espanhol deveria ter igual importância, já que precisamos nos compreender nesse contexto de capitalismo dependente em que a América Latina está inscrita e submetida historicamente. Então, fica evidenciado que a nossa cultura (de países dependentes, latino-americanos) fica subjugada à cultura de países de capitalismo central, a nossa é vista com menos importância, pois estudar uma determinada língua-idioma pressupõem estudar uma cultura, e a cultura que se reivindica é a cultura do grupo, classe social e países hegemônicos, e nesse sentido, de forma bem expressiva a dos Estados Unidos e Inglaterra, por isso o inglês acaba sendo a língua universal. O que fica perceptível é que essa lei traz consigo o discurso de

²³ [...] dois elementos marcantes revelam o caráter do ensino superior no país: 1) o ensino superior foi e ainda é pensado sob um viés elitista, na medida em que mantém-se a escolarização desigual. Para a classe trabalhadora e pauperizada fomenta-se um ensino desvinculado da universidade pública presencial, que é o locus privilegiado do tripé educacional de ensino, pesquisa e extensão, mesmo com todos os ataques de que tem sido alvo no país atualmente; 2) a política de educação está a serviço e responde aos interesses do grande capital, haja vista que, fazendo a análise da perspectiva do tipo de ensino ofertado em países da periferia do capitalismo, resta um ensino precário e sucateado, o qual tem o objetivo de favorecer a lucratividade dos grandes grupos educacionais, criando-se as condições da educação tornar-se um grande negócio. A lógica estruturante é transformar direitos conquistados pela classe trabalhadora em negócio. Sendo assim, a ampliação da oferta de ensino superior no âmbito privado responde ao processo de expansão dos nichos de acumulação capitalista. Destarte, o investimento público em IES privadas e EaD, nada mais expressa do que a diluição das barreiras entre o público e o privado. Também se expressa a mercantilização e privatização dos setores públicos, com vistas à manutenção do consenso e o desenvolvimento de uma consciência social passiva de que se está tendo acesso ao ensino superior, quando na realidade, acaba por ocorrer uma diferenciação nas formas deste acesso. (ANTUNES; LEMOS, 2018, p. 25). Atualmente as análises sobre o EaD se atenta fortemente ao ensino superior, uma vez que não se tem garantia de acesso a esse nível de formação, mas podemos inferir que essa tendência pode ser difundida para os outros níveis de educação. Por isso a necessidade de compreender o que seria/será esse ensino a distância para os jovens, uma vez que estão em processo de formação. Se já é complexo para o nível superior, compreendemos que para a educação básica, a tendência é de maior aprofundamento da precarização.

diversidade, o que na prática se torna uma falácia, pois não há espaço concreto para se trabalhar a diversidade e nem há compromisso com essa questão.

Isso de “educação popular a cargo do Estado” é completamente inadmissível. Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente, as matérias de ensino, etc. e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado, [...], e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! (MARX; ENGELS, 2016, p. 90-91)

O que se explicita é que o ensino público está extremamente sucateado, que mal consegue cumprir suas tarefas básicas, não tem o mínimo necessário para atender os alunos:

Que nem o caso dessa escola né, que ela não tem o dinheiro para o xerox, ela tem o xerox pra uma prova, só o simulado que eles dão o xerox. (PROFESSORS11)

Cê não tem como criar um bom trabalho sem gastar infelizmente, cê vai gastar, e cê não tem o que gastar, então cê sacrifica um trabalho que poderia ser bacana, por causa de falta de recurso financeiro que me permita por exemplo, criar um painel interativo, uma visita técnica é, tudo isso que eu falei por exemplo, uma fotografia, são generosamente os próprio alunos que vão, se dispõem a gastar a grana e trazer, mas isso por ser uma educação pública não é algo que o aluno deveria trazer, isso é era algo que eu, enquanto docente deveria ter acesso e não tenho. (PROFESSORF10)

Uma das expectativas com a referida lei é que a educação seja mais atrativa para os jovens, porém, entendemos que o modelo permanece o mesmo. Não se fala em uma mudança realmente estrutural, que modifique esse modelo retrogrado que está imposto, apenas se referenciam alterações que supostamente levariam esse jovem a ter mais ‘liberdade de escolha’, o que materialmente poderá não ocorrerá, uma vez que não se tem uma estrutura mínima necessária nem para esta restrita conformação de liberdade. Podemos concluir que se tratam de mudanças somente superficiais, que muitas ficaram somente no papel, e as que forem implementadas serão de forma precárias. O que verificamos, portanto, é que a escola não é um espaço em que a educação é desenvolvida. Há a necessidade de falar que os jovens estão estudando, estão matriculados, mas não há um maior e efetivo compromisso com a formação e futuro desses jovens.

*Então eu costumo falar pra eles:
-Vocês acham que a escola é um direito ou um dever?
-Eles falam é um direito.
-Eu: não, é um dever.
-Então você sabe a diferença de uma coisa e de outra? Direito é uma coisa que você quiser você vem se você quiser você não vem. Mas você tem direito de não estar aqui?
-Não!
-Então é um dever. Então é obrigado a vim, já repararam que o portão fica trancado, que o portão fica trancado para vocês não fugirem, se fosse um direito, tinha que ficar aberto né. (PROFESSORS9).*

Eu acho que a gente precisa repensar, primeiro a estrutura da sala de aula, porque, é algo que já não funciona totalmente, a gente tem esse modelo estrutural aqui, desde lá, acho que da segunda guerra e tal, e aí a gente continua mantendo os meninos numa situação que, não tem funcionado totalmente. Eu acho que a gente deveria repensar primeiro essa questão de infraestrutura, não é só o professor tentando muda a aula eu acho que a escola toda deveria repensar a questão do acolhimento do aluno, do diálogo. É a questão de um... psicólogos na escola eu acho que é fundamental e a gente não tem, assistente social, que são pessoas assim que faria toda a diferença dentro da, da escola, pra questão de violência, pra questão de outros problemas como a questão do suicídio, as vezes a gente passa uma atividade e não espera nem tanta coisa e a gente acaba descobrindo mais do que a gente imaginava né. Então assim, acho que hoje a política ela precisa ser repensada, de uma forma que deveria pensar nos alunos e nos professores dentro dessa educação. Mas acho que, o caminho que tá indo. O sistema de avaliação também, porque a gente tem um sistema, aqui em Mina né, a gente tem um sistema de avaliação que... meio que o aluno, é quase que empurrando o aluno pra que ele passe a diante, assim sem se preocupar com a qualidade desse aluno, sabe? Do aprendizado. Então assim, pouca estrutura, educação que a gente/ que o governo tenta forçar que de alguma forma a gente passe esse aluno sem né, os conhecimentos básicos. Eu acho que a educação tá caminhando para uma defasagem, além dos nossos salários, que a gente recebe parcelado e atrasado também. (PROFESSORS8)

Esse é um panorama geral da educação, de como ela está atualmente e da Lei 13.415/2017 e da BNCC. O que precisamos reivindicar é outro modelo de educação, não adianta somente fazer a crítica, é essencial que busquemos alternativas que de fato reflitam as necessidades reais da juventude e da sociedade como um todo. Já ficou compreendido, e por várias vezes repetimos ao longo desse estudo, que a função da educação, para o capital, é garantir o mínimo de aprendizagem para gerar força de trabalho, apenas.

Sendo assim, a educação precisa ser compreendida como um espaço de luta, que há divergência de interesses na sociedade, mas que necessitamos que ela se alinhe aos anseios das classes subalternas. Ou seja, uma educação que seja alinhada ao projeto de sociedade que visa a superação desse modo de produzir a vida, que elimine a exploração do homem pelo homem e a divisão de classes. Não tem como pensar em uma educação que de fato seja livre se ela não passar necessariamente pelos fundamentos da organização social, compreendo-os como construções humanas, e por isso mesmo que podem e devem ser transformados pelo conjunto da sociedade.

A educação, não estamos nos referindo a esse formato institucionalizado e ineficiente, tem um papel inquestionável para a formação de pessoas, para a sua autotransformação. “É necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 29). Alinhando-

nos com a ideias e propostas de Mészáros (2008) afirmamos que precisamos vislumbrar a “educação para além do capital”.

2.2 A importância da sociologia e filosofia para formação dos jovens em Marina/MG

Quando surgiu o debate da reforma do ensino médio inicialmente havia a intenção de retirar a obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia, o que gerou e ainda gera grandes confusões entre os professores e evidentemente que o clima que se estabeleceu após a propagação dessas notícias foi de dúvida entre os professores, pois mesmo que se tenha no texto da lei a obrigatoriedade da oferta dessas disciplinas, sabemos que elas estão sob ameaça de serem retiradas do currículo, isso porque são disciplinas de grande importância para a análise e compreensão da realidade social, ou seja, são disciplinas capazes de propor aos estudantes uma reflexão crítica, obviamente que depende do posicionamento teórico que o professor assumirá, se ele é conivente com o sistema do capital serão disciplinas construídas a partir de autores e um viés conservador, ou se ele se alia a um projeto de sociedade que visa questionar e desmistificar o que está posto tais disciplinas abordarão a realidade a partir de autores e teorias que vislumbrem a superação de tal condição. Sendo assim, não é por acaso que tais disciplinas estão na mira dos ataques. Quando indagados sobre a permanência das disciplinas de sociologia e filosofia no currículo, os professores manifestam suas angústias com relação ao tema, porque sabe-se que a qualquer momento pode ser elaborado algum outro documento que retire essas disciplinas

Voltaram atrás, mas continua a insegurança... inclusive não sei se no próximo ano vou trabalhar em sala de aula, porque já ouvi alguns comentários sobre é... a retirada da disciplina, então não dá para esperar nesse governo atual cê não tem como prever suas ações. (PROFESSORF7)

Em partes, mas sempre temos essa ameaça, por ser um pensamento que busca a revolução, que busca um pensamento crítico né. Que luta contra esse projeto de crise da educação. A sociologia luta por da consciência aos alunos, buscar a emancipação dos alunos né, em dar pra ele as forças que ele realmente tem nessa relação de poder né, não deixar eles com a cabeça baixa em aceitar tudo em poder reivindicar do querem aprender. (PROFESSORS11)

Como o interesse do governo é a formação de mão de obra, não justifica deixar no currículo disciplinas que formam um cidadão crítico, capaz de lutar pelos seus direitos, ou seja, cidadãos que vão contra aos anseios do governo. (PROFESSORS2)

Os professores já sinalizam certo receio com relação à retirada dessas disciplinas, pois a ameaça está posta e sabemos que a intenção não é formar pessoas com pensamento crítico, mas somente instrumentalizar essas pessoas. E é com isso que precisamos ter atenção, pois sabemos que o ensino já está extremamente fragilizado, principalmente o ensino público, sabemos também que essa conformação de escola não é algo atrativo para os alunos e o ensino médio é visto como o final de uma etapa na qual depois eles podem ser livres. Mas livres para o que? Para trabalhar, certamente. Por isso é necessário que a educação seja além de um instrumento para formação de consenso, que seja esclarecedora.

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consensos” quanto forma capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. [...] É por isso que também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais, elas devem ser essenciais”. Em outras palavras devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. (MÉSZÁROS, 2008, p. 45)

Sabemos que no espaço da escola desenvolver práticas educadoras que busquem a liberdade, a desmistificação e desnaturalização das relações sociais não é tarefa fácil e nem deve ser feita somente nesse espaço, é necessário articular também outros espaços de debate, sendo assim, o ideal é que seja algo feito em conjunto, para que se possa ter uma boa base de compreensão, reflexão e debate. Portanto, disciplinas como filosofia e sociologia contribuem de forma importantíssima para esse debate, uma vez que, seu estudo é pautado na organização da sociedade e compreensão dela. Evidentemente que não é função somente dessas disciplinas, como se fossem isoladas, mas reitero a importância delas para compreensão e transformação da sociedade.

Atualmente hoje, nas escolas públicas de Mariana/MG, cada turma tem somente uma aula, de cerca de cinquenta minutos, de filosofia e sociologia semanalmente, isso mostra que o professor não tem muito tempo com a turma e para ministrar as aulas, e além disso, destacamos que para o professor ter um cargo completo²⁴ precisa ter dezesseis turmas, o que evidencia que

²⁴ Em Minas Gerais, a carga horária completa (geralmente são os professores efetivos que conseguem) é de 24 horas semanais.

“Art. 8º - Conforme dispõe a Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, a carga horária semanal de trabalho correspondente a um cargo de Professor de Educação Básica com jornada de 24 (vinte e quatro) horas compreende:

I – 16 (dezesseis) horas semanais destinadas à docência;

II – 8 (oito) horas semanais destinadas a atividades extraclasse, observada a seguinte distribuição:

a) 4 (quatro) horas semanais em local de livre escolha do professor;

b) 4 (quatro) horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões.” (MINAS GERAIS, 2017)

esse professores tem uma relação e condição de trabalho muito precária, pois seu trabalho envolve um número expressivo de turmas, conseqüentemente uma grande quantidade de alunos e isso vai incidir diretamente na qualidade do trabalho desenvolvido e na organização das aulas.

Esse cenário para os professores que são contratados é pior ainda. Eles têm maior dificuldade de se estabelecerem em um cargo completo, precisando dar aulas em mais de uma escola para conseguir um número minimamente considerável de aulas e de remuneração que possibilite a sua sobrevivência. Destacamos que dar aulas em várias escolas também é uma condição vivenciada pelos professores efetivos, uma vez que os salários são baixos e além disso, não possuem nenhum benefício como auxílio-transporte ou alimentação.

Minha carga horária... Eu comecei no início do ano com 12 aulas e agora estou com 10. Houve uma redução no quadro aí, graças ao Governo. Foi duas reduções seguidas tá, uma redução logo no início do ano, e uma redução no meio do ano. Que eu perdi uma aula, e todas as duas aqui nesse colégio. (PROFESSORS11)

O relato acima é de um professor no qual seu contrato de trabalho é por designação e por isso não consegue um cargo fechado. Este precisa trabalhar em duas escolas que não são na mesma cidade. Conforme apontou em sua fala, ele foi diretamente impactado pelo processo de fechamento de turmas que aconteceu mais fortemente esse ano em que o governo não se preocupou com a dinâmica do trabalho docente e penalizou os professores e alunos via política de “contingenciamento”, de cortes de gastos, e que diante disso voltamos a enfatizar: a educação não pode ser vista como gasto, a educação deve ser vista como um investimento.

[...]quando você começa o ano, qualquer nível de estudo, você começa com um contingente a tendência é de reduzir uma porcentagem em determinado período a questão é que quando você começa com um número X de alunos, você admiti um número X de professor, e quando você reduz essa turmas, você demite os professores entendeu, e todo mundo sabe que num determinado período vai haver uma evasão, uma porcentagem de evasão, uma porcentagem de desistência. Entendeu?

A questão é que se você usar como critério de atribuição de aula o número de alunos que tem no meio do ano, você vai desconsiderar a proporção inicial com isso você vai dispensar profissionais, como se esses profissionais não tivessem assumido seus compromissos imaginando que teria aquele cargo, aquele salario, até o fim do ano, entendeu. Então essa redução é arbitraria esse sentido, quando você reduz uma turma da escola, você automaticamente tem que mexer ne toda a estrutura, em toda a distribuições de aula e redistribuir. E esse ano foi feito duas vezes. No primeiro semestre fecharam três turmas, e no segundo semestre duas turmas. [...] Na realidade tem a questão de espaço né, essa sala não comporta mais que 30 alunos, mas geralmente se põe 35. Que legalmente cada aluno tem que ter um metro quadrado padronizado, para respeitar ali o espaço com mínimo de conforto. No caso esse espaço não é respeitado não. (PROFESSORS9)

[...] quando fecharam as sala/ as quatro turmas, parte dessas turmas foram realocadas na maior sala que a gente tem, que hoje tem tipo 45 alunos. E a

sala apesar dela ser grande ela não tem uma boa como que eu posso, acústica, então pra gente falar ela não é muito legal assim, ela é escura né, e ela também fica na direção da rua, então tipo passa carro, tudo que passa acaba entrando pro, pro som da, da sala, e ai tudo isso com um bando de aluno e com o calor porque lá também é quente, acaba prejudicando nosso trabalho. Só que o Governo quando veio aqui fechar as turmas ele só se preocupou em vê o tamanho da sala, ele não se preocupou de saber que estrutura ele estaria ofertando. Então falta luminosidade, falta um tanto de coisa, mesmo a sala sendo grande, então é desconfortável pro docente e pro aluno. (PROFESSORS8)

O que visualizamos da educação, e do conjunto das políticas sociais, hoje é que as mudanças são na verdade uma imposição, não há diálogo com os sujeitos envolvidos e nem pretende ter. “Governo Zema ataca o ensino de Filosofia e de Sociologia no Ensino Médio em Minas Gerais” (Esquerda Diário, 2019), no dia 22 de novembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 4234/2019, que vai tratar da matriz curricular da educação básica, e a reportagem evidencia que essa medidas adotadas pelo atual Governo Estadual impacta diretamente nas disciplinas de sociologia e filosofia. De acordo com a referida resolução, as disciplinas de sociologia e filosofia não serão ofertadas nos três anos do ensino médio, terá outra organicidade, no primeiro ano do ensino médio será ofertada duas aulas de sociologia e nenhuma aula de filosofia, no segundo ano do ensino médio, inverte esse ordem, será ofertada duas aulas de filosofia e nenhuma aula de sociologia, somente no terceiro ano, que ofertará as duas disciplinas concomitantes. Do ponto de vista quantitativo, o número de aulas nesse nível da educação permanece o mesmo, porém, o que evidencia-se é uma precarização desse ensino, uma vez que não será um estudo constante, tendo interrupções nessas disciplinas, isso sem contar a organicidade dos professores que ministram essas aulas, essas alterações impactam também o trabalho docente e a forma na qual planeja suas aulas.²⁵

O professor, assim como qualquer outro trabalhador, se vê nessa relação de assalariamento e sob condições precárias de trabalho, o que impacta na sua dinâmica de vida, de trabalho e de sobrevivência. Pensar na importância dessas disciplinas (filosofia e sociologia) é também refletir sobre a condição do professor enquanto um sujeito que está inserido na sociedade e sofre cotidianamente as adversidades e os ataques desse sistema. Não é por acaso que a docência é uma profissão desvalorizada e sem muito reconhecimento, pois se trata justamente de um âmbito laboral que pode proporcionar um pensamento crítico aos sujeitos envolvidos enquanto professores e aos estudantes.

²⁵ A respeito dessa Resolução 4234/2019, ela não foi amplamente contemplada nesse trabalho, pois sua publicação foi no dia 22 de novembro de 2019, ou seja, devido ao tempo não foi possível fazer maiores análises da referida resolução.

Assim, é importante que vejamos a filosofia e a sociologia como uma parte importante da educação. Tanto é propagado a ideia de ‘escola cidadã’, porém o que vemos é uma tentativa de induzir os professores a limitarem os conhecimentos que são passados para os alunos. Os professores se veem reféns desse sistema, mas é necessário que se criem alternativas para esse modo de repressão, mesmo que as mais ocultas, porque não podemos considerar natural um professor se autocensurar ou ficar receoso de dialogar sobre conteúdos importantes para a compreensão da nossa sociabilidade. Isso é uma forma de repressão mesmo que aparentemente não seja compreendida assim. “Um professor deve aprender a pensar em termos de lutas de classes, mesmo que não seja marxista.” (FERNANDES, 2019, p. 76). Queremos dizer que não basta somente ter e ofertar as disciplinas de filosofia e sociologia, é necessário que esses profissionais compreendam seu papel no mundo e que sua atuação seja atrelada a um projeto de sociedade que refute o que está posto como certo e natural, que este professor se reconheça enquanto classe trabalhadora.

Mas tem que vê qual que é a do sociólogo né. Porque por exemplo a gente teve um presidente sociólogo que é o Fernando Henrique Cardoso né, que tem um cabedal intelectual inquestionável, acadêmico inquestionável, reconhecido mundialmente, mas enquanto presidente da república e... relacionado a classe, sociólogo, ele não fez nada para instituir a sociologia como ensino obrigatório, como obrigatório no ensino médio, fez absolutamente nada, ou seja, ele é um sociólogo que parece que não tem essa preocupação. Na/... então sociologia em si, não sei..... Ai por outro lado você pega o torneiro mecânico né, o operário dos partido dos trabalhadores ele que implemento a sociologia como uma disciplina obrigatória do ensino médio e inclusive, por incrível que pareça, foi ele quem fomentou o mercado de ensino superior abrindo e ampliando vagas né, então é contraditório né, você entender que um doutor em sociologia pela USP, umas das universidades é... que dispensa apresentação, não fez no mínimo o que o outro sujeito torneiro mecânico fez, então é por esse tipo de coisa que precisamos problematiza mais. Existem professores aqui que despertou a... perspectiva crítica dentro da escola com aulas de língua portuguesa, o estudo de literatura né, a literatura é um instrumento de contestação social muito importante né, que a sociologia pode dialogar. Então a geografia também, a geografia humana é uma geografia que questiona muito as desigualdades sociais, as diferenças de gêneros também, a forma como trabalha... e assim por diante né. (PROFESSORS9)

Segundo Florestan Fernandes (2019, p. 87-88)

[...] o educador tem uma liberdade muito grande. Pode identificar-se com uma classe ou com outra, pode identificar-se com a classe dominante, com as classes intermediárias ou com as classes subalternas. É claro que o educador, tendo liberdade de escolha, pode dispor de uma ampla margem de atuação política na sociedade. Para uma pessoa que está na minha posição, posso dizer que é lamentável que muitos professores usem essa liberdade para tornarem-se conservadores e até reacionários, inclusive, para fazerem listas de punição de colegas dos quais gostariam de se livrar por motivos ideológicos, políticos e, às vezes, até de competição intelectual.

Podemos dizer que não existe uma neutralidade nas ações que são desenvolvidas pelos seres humanos, existe um determinado propósito em cada ação já que somos dotados de racionalidade e planejamos nossa ação para alcançar um determinado fim. O professor antes de entrar em uma sala de aula necessariamente precisa ter planejado a aula, então ele carrega consigo sua intencionalidade e expectativas ao passar determinado conteúdo. O planejamento é uma ação humana, em que busca prever as alternativas e possibilidades, e assim tomar as decisões que melhor correspondem àquela situação e/ou interesse. Por ser perpassado por interesses distintos e contraditórios, que pode ou não favorecer uma classe ou outra, o planejamento não é somente uma ação técnico-operativa, mas uma ação política, que não é realizada de qualquer maneira, mas a partir da reflexão da realidade e das necessidades que precisam ser alcançadas.

Há uma tentativa de utilizar dessa informação de forma subversiva como se isso fosse utilizado para propagar uma determinada ideologia, de forma a influenciar os jovens, e disso decorrem os termos muito utilizados e propagados pela grande mídia e pelo âmbito conservador da sociedade como: ideologia de gênero, ideologia partidária, ideologias políticas etc., porém o que quero enfatizar é a importância desse planejamento para ser possível fazer o enfrentamento da realidade de forma concreta. Então, o professor/educador, de forma particular os professores de sociologia e filosofia, tem que lidar com essas situações frequentemente, uma vez que são ensinamentos que permitem um ensino que explique a nossa sociabilidade de forma a desnaturalizar aquilo que está posto como correto e inquestionável. Nas visões dos professores as disciplinas contribuem pois:

[...] É pra que a gente possa desconstruir muitas coisas. É o que eu digo a gente tem comportamentos, que eles parecem ser muito naturalizados, né, e eu acho que a sociologia ela vai fazer a gente refletir dentro do aspecto sociológico, porque ela também é diferente da psicologia. Então assim, quando a gente pensa, a gente tá pensando naqueles comportamentos que são da sociedade impondo nas nossa individualidades e aí eu acho que a sociologia ela contribui pra que a gente venha refletir coisas que parecem naturalizadas, mas que na verdade são de alguma forma essas construções sociais que a gente traz desde a infância né, que a cultura tá ali na nossa cabeça falando. (PROFESSORS8)

[...] é uma área de conhecimento que visa exatamente é... explorar esse ponto né, de conscientização aprofundamento em determinados temas, ampliação do ponto de vista, então é fundamental. (PROFESSORF7)

Com certeza, juntamente com a filosofia são as únicas matérias que tem a condição real de dar pensamento crítico para os jovens. Se houver retirada dessas matérias, não imposta a qualidade do ensino, a qualidade do

investimento, não haverá criação de pessoas com o pensamento crítico. Esse é o papel da sociologia e da filosofia. (PROFESSORS11)

[...] exatamente essa ideia de desnaturalizar, ou seja, de tentar problematizar aquilo que tá dado como natural, como, algo que, está estabelecida pela ordem divina né. (PROFESSORS9)

É por meio dessas disciplinas que o jovem pode compreender-se enquanto classe trabalhadora, autor de sua própria história e sujeito de transformação. Essas disciplinas e os jovens que as cursam podem levar esse debate para além da sala de aula, para outros espaços de formação e da vida cotidiana. São disciplinas que contribuem também para pensarmos em outros formatos de educação, que reflita sobre esse modelo hierarquizado que tem a figura do professor como a autoridade e os alunos numa relação de meros aprendizes e que estão naquele espaço somente para adquirir um diploma.

As disciplinas de filosofia e sociologia tem condições de pensar o jovem enquanto um sujeito que pode e deve contribuir para o debate em sala e como um companheiro de luta. É claro que para isso ocorrer é necessário que o professor se alinhe a esse ideal, de uma educação que seja pautada na efetiva e real qualidade do ensino. Não me refiro aqui à qualidade exigida pelo capital, visto que, por melhor que seja o ensino, por mais renomado que seja, sempre esbarra nos limites estruturais do próprio capital, na relação de dominação que é necessária ao funcionamento e manutenção do capitalismo. Educação de qualidade é aquela que tem no centro do debate a liberdade plena e a emancipação humana, e as disciplinas de filosofia e sociologia são capazes de promoverem esse debate.

Dito isso, torna-se evidente também apontar que o sistema de ensino precisa de reformas urgentes, mas não de forma superficial como as legislações enfatizadas anteriormente apontam, mas mudanças que proporcionem uma melhor prática educativa, que disponibilizem recursos e materiais necessários para os professores e alunos, que valorize os professores de sociologia e filosofia, aliás que valorize todos os professores, e que valorize o conteúdo das disciplinas.

São inúmeros os obstáculos vivenciados pelos professores, tais como: falta de recursos, restrito tempo em sala de aula - o que faz com que dificulte seu planejamento de aula e consequentemente, pensar outras abordagens de estudo. Essas questões não são de culpa individual do professor, são próprias da sociabilidade que suga seu tempo e que não vai permitir que faça um bom trabalho nesse aspecto.

ampliar a carga horaria é uma boa ideia, porque parece que a gente tendo mais tempo a gente consegue trabalhar mais, mas eu acho que tem um aspecto generalizado que afeta a sociologia como as outras disciplinas. É.. é de

maneira geral que é a precarização do trabalho, o sucateamento da escola pública né. A valorização do profissional, sem dúvida nenhuma, ela faz com que a disciplina melhore né, se a gente for levar em consideração no estado do Maranhão lá com seus.... com o governo do PCdoB, que ganham... que os professores ganham mais de 5.000 por mês [...] (PROFESSORS9)

O que melhoraria realmente é maior número de aulas, isso é uma luta que eu acredito que é válido... Nossa se eu tivesse duas, três horas aula eu ia explica o mundo pra essas crianças. Poderia exigir, você poderia ler um texto é... no original, na íntegra, pros alunos, isso é coisa que eu não posso fazer. Entendeu? Pegar um texto na internet (dá, entrega) isso aqui é Ângela Davis, isso aqui Foucault tá aqui! Senta aí e lê oh! Isso é Foucault, cê tá lendo Foucault, ele que tá falando, não o comentário de uma outra pessoa ou uma ideia qualquer. Poder aplicar o trem mesmo né, que demanda tempo. (PROFESSORS11)

O que percebemos é que mesmo nesse modelo formal de ensino, é que os professores têm ideias, propostas, mas não é permitido e possível avançar e concretizá-las, elas ficam em segundo plano na organização do ensino e o que se vê da gestão estadual das escolas é que ela simplesmente cumpre, de forma hierarquizada, o que lhe é solicitado. Diante disso é necessário que a própria gestão tenha mais autonomia e diálogo com os professores e alunos. Não se pode ou se consegue melhorar uma parte apenas, tem que ser de forma integral, conjunta entre os diferentes sujeitos presentes no âmbito escolar. Assim, pensar as disciplinas de filosofia e sociologia na cena contemporânea é pensar na sua importância na educação formal e inclusive dentro das estruturas organizativas das escolas.

2.3 Necessidade de um novo modelo educacional.

O que eu coloco como angústia da educação, além da questão do financiamento e da falta de recurso é a arrogância que eu já ponderei da questão da gestão. [...] É a falta de sensibilidade diante por exemplo da saúde mental do profissional. É... a gente muitas vezes é cobrado, cobrado. O meu grande problema e angústia dentro da sala de aula não é aluno, isso eu compartilho com bastante tranquilidade. Tanto é que foi objeto de conteúdo da minha conversa a minha satisfação profissional com aluno, então o que me angustia como profissional da educação, não é aluno, isso aí pra mim se eu não acreditasse no aluno, não taria aqui dentro, num viria pra escola, repensaria minha prática, a minha profissão, o que me angustia é justamente a gestão. A gestão direção, a gestão regional, a estadual, que não tem sensibilidade diante do outro, é o fazer por fazer. E que mata, mata o sonho do aluno, mata o meu sonho enquanto profissional, mas a gente ressignifica isso na prática, acreditando naquilo que tá aqui. Se eu não tivesse... a... Se eu não acreditasse no meu aluno, eu não entraria aqui dentro. Não acreditasse, por exemplo, que aqui dentro vai sair alguém, e como já saiu, por exemplo a gente tem situações de meninos que, foram ousados correram atrás dos sonhos e.... A nossa função enquanto educador é empurrar o menino pra frente. Acredita que ele vai dar certo, que ele vai conseguir, mesmo sabendo que ali na frente a gente não vai ser lembrado, não por ele, mas pela gestão. E a nossa

função não é essa, é... querer ser reconhecido. Mas ter o mínimo de estrutura adequada. Estrutura física, estrutura mental, porque muitas vezes a gente vive sob pressão e isso faz mal, adocece, a educação tá adoecida.
(PROFESSORF10).

Diante desse relato extremamente impactante, evidencia-se a necessidade urgente de se repensar toda a estrutura do ensino, não digo somente a estrutura física, da escola, mas mudanças estruturais na educação. Esse modelo que visa somente formação para o mercado de trabalho não tem condições de propiciar aos jovens uma formação humana, que deveria ter como valores centrais a liberdade plena.

Ocorre no discurso amplamente propagado que a sociedade capitalista é uma sociedade livre e de liberdade, porém qual forma de liberdade é essa? Uma liberdade limitada, restrita, revestida de no máximo poucos acessos pela via da emancipação política. A partir do exposto e da realidade vivenciada pelos professores de sociologia e filosofia, como podemos garantir e dizer que são livres, uma vez que não tem a liberdade de pensarem e agirem da forma que consideram correto? Como pensar a liberdade desses sujeitos uma vez que sofrem censuras por abordar determinados conteúdos? Então, não podemos dizer que eles são realmente livres. A liberdade plena consiste na real possibilidade de efetivação dessa premissa, não se trata somente de ser livre no plano das ideias. Um trabalhador, de forma geral, não é livre para escolher sua profissão, se ele precisa trabalhar, ele precisa necessariamente aceitar o emprego que lhe aparecer, quando tem a oportunidade de escolher ele precisa se mover para outros locais, cidades, é sempre uma escolha condicionada a alguma questão estrutural da ordem de sobrevivência, quando ele produz uma mercadoria não é pra ele, mas para enriquecer o patrão e ao final do mês quando lhe é pago o salário, não recebe o 'justo' e nem o necessário para a sua auto reprodução, por isso da necessidade da dupla e tripla jornadas de trabalho, no caso dos professores, da necessidade de dar aulas em várias escolas.

A liberdade plena no capitalismo é uma impossibilidade, não tem espaço para que se desenvolva e aconteça. Uma sociedade pautada na exploração do trabalho alheio não tem como ser livre. Por isso, não podemos pensar a educação isoladamente, mas como parte integrante de um movimento de manutenção ou de transformação societária. Assumimos o entendimento de que a educação precisa vislumbrar uma outra forma de organização da sociedade diferente desta em que vivemos. A educação como uma mediação sozinha, isolada, não produzirá os meios necessários para essa transformação, porém, ela consiste em um meio de ampliação desse ideal e para tanto precisa ser um processo que tenha princípios revolucionários, transformadores.

O caminho assumido e que o capitalismo está seguindo é o da barbárie, tendo o Estado enquanto mediação necessária para esta condição. Nesse sentido, localizamos e inscrevemos o Estado enquanto uma instituição em disputa, que busca em certa medida a conciliação de classes e o apaziguamento da luta, porém, por se tratar de um sistema de classe, sabemos que a classe hegemônica, a classe dominante, tem o “controle” do Estado e que as ações adotadas por ele são para garantir os privilégios desta. Então, a educação pública instituída pelo Estado necessariamente vai ser para atender as necessidades da burguesia e para manter a relação de dominação sobre a classe trabalhadora. Não é por acaso que a educação pública está fragilizada, é porque é uma forma de manter a hierarquia social. O contexto é de uma educação sucateada e precária que vai sugerir uma “igualdade” entre os jovens, mas que não possibilitará ao estudante do ensino público estar em condição e de forma igual àquele estudante do ensino privado. Podemos perceber que se trata de uma forma de alargar a desigualdade social e demarcar as diferenças sociais no sentido de indicar quem pode se formar e cursar um curso superior e quem deve concluir o ensino médio e ir direto para o mundo do trabalho ser superexplorado. “Parece-nos claro que a educação, sendo uma mediação para a reprodução social, terá, sendo esta uma sociedade de classes, suas funções voltadas predominantemente para a reprodução das relações dominantes desta forma de sociabilidade” (TONET, 2007, p. 9). E nesse sentido a educação não pode ficar à mercê dos interesses burgueses.

Temos de reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal a fim de instituir, também aí, uma reforma radical. Isto não pode ser feito sem desafiar as formas atualmente dominantes de internalização, fortemente consolidada a favor do capital pelo próprio sistema educacional formal [...] A principal função da educação formal é agir como um cão-de-guarda, ex-officio e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados meios de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2008, p.55)

A educação precisa ser vista como e a partir de uma perspectiva transformadora, mesmo que condicionada a esse sistema, sendo que são os seres humanos, organizados a partir da perspectiva de sua classe social, os responsáveis per essa transformação, de forma coletiva

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.” (FREIRE, 1987, s/p.)

A grande questão é que nessa ordem societária as mudanças vêm se estruturando de cima para baixo, não em conjunto com a sociedade de forma a integrá-la nessas mudanças, mas como imposição. Citamos como exemplo, a aprovação da “Escola sem Partido”²⁶ pela Câmara de Vereadores de Belo Horizonte-MG. Entendemos que não se trata de uma ‘escola sem partido’, mas sim, de cercear o pensamento do decente e permitir apenas a tomada de partido alinhada à ordem hegemônica vigente. Esse tipo de projeto tem um direcionamento muito claro.

A deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT-MG) conversou com a TV 247 sobre a aprovação do projeto Escola Sem Partido na Câmara Municipal em Belo Horizonte na última segunda-feira (14). Cercada de polêmicas, a votação entre os vereadores teve violência contra professor e a população foi barrada de participar. Beatriz Cerqueira afirmou que a sessão plenária não foi democrática. A deputada esclareceu que em Belo Horizonte ocorreu um processo de criminalização dos professores. “Na verdade, há uma estratégia de que esse projeto da mordaza (da criminalização da profissão docente) teve um movimento para que esses projetos fossem apresentados nas Câmaras Municipais e também Assembleias Legislativas. Foi exatamente o que ocorreu com Belo Horizonte, que optou por essa pauta de criminalização da profissão docente. (BRASIL247, 2019)

Fica explícito a partir de tais movimentações legislativas e normativas que a função requerida ao docente nessa sociabilidade é gerar consenso. Segundo Mauro IASI (2013, p. 69): “Parece-me que a categoria essencial para compreender o movimento da consciência da classe trabalhadora e seu atual momento de impasse é a categoria de ideologia”. Ou seja, a cotidianidade, os atos tomados de forma natural e imediata fazem com que sejamos meros reprodutores das ideias da classe dominante, sem fazer com que estas sejam questionadas. Por questão lógica, pois se trata de um sistema de classes, de dominação do homem pelo homem, a burguesia se incumbiu de expandir e disseminar os seus valores como referência dessa sociabilidade, como algo natural das relações sociais.

Romper com essa lógica é um processo que demanda a compreensão das bases e fundamentos do sistema do capital (propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado), o que não é uma tarefa fácil, uma vez que desde que nascemos e vivemos somos bombardeados pela (natural) imposição de valores e costumes do capitalismo, que são socialmente construídos, mas que aparecem como imutáveis, e portanto, o melhor a ser feito é aceitar. Então, quando se insubordina contra o sistema, isso é visto como anormal.

No processo ideológico assumimos como nossos os valores burgueses, pois estes são as expressões ideais das relações sociais de produção determinantes, nas quais nos inserimos necessariamente e independente de nossas vontades. Se esse é o mecanismo originário da consciência imediata e igualmente útil

²⁶ Aprovado em 1º turno.

para ideologia, ou seja, quando a ideologia dominante age sobre nós ela age sobre algo que a reconhece, não é uma mera imposição de fora, ela dialoga com as relações que são a sua própria base. (IASI, 2013, p. 76)

“Nós partimos da pressuposição de que, na perspectiva marxiana, a autoconstrução humana é um processo que tem como ponto de partida o trabalho.” (TONET, 2005, p.471). É o trabalho que diferencia o homem dos outros animais, e é por meio do trabalho que se produzem os bens necessários para sobrevivência humana, também é pelo trabalho que se criam as riquezas humanas, riqueza que é apropriada pela classe dominante. É por meio do trabalho que os homens estabelecem as relações entre si e com a natureza, também através do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas é que se criam as condições básicas para a superação das expressões da “questão social”, como a pobreza, a fome, a miséria, a falta de habitação, ou seja, o mínimo para a sobrevivência humana. Através do trabalho e do avanço das forças produtivas os homens e mulheres têm um vasto potencial de transformar a sociedade, porém, o que ocorre é uma expropriação mediante um “consenso” desse trabalho.

O modo de produção capitalista introduziu o trabalho assalariado²⁷ que aparece como uma forma “justa” de troca de equivalentes, mas reafirmamos, por sentir em nossa pele dia após dia que essa relação é de exploração e aprisiona os seres humanos. Lembremo-nos que no capítulo I dessa monografia enfatizamos a mercadoria força de trabalho como uma mercadoria peculiar e também nesse mesmo capítulo abordamos sobre a categoria trabalho, sendo assim, já compreendemos sua importância, localização e requisição sob a forma de trabalho assalariado para a manutenção desta ordem societária capitalista. Meu objetivo em retornar a essa categoria neste momento do estudo é justamente para que possamos compreender que o modelo de educação que buscamos e defendemos assume e localiza o trabalho enquanto uma categoria fundamental da vida humana, no entanto, de forma diferente da forma assalariada como a que experimentamos sob os marcos do capitalismo. Apontamos que o trabalho assim como a educação devem ser inscritos e conformados a partir da premissa de efetiva liberdade.

Partimos do entendimento que a liberdade plena, a emancipação humana, não pode ser vivenciada em sua totalidade no sistema capitalista justamente porque o trabalho aparece na forma de assalariamento e que o processo de trabalho se configura em um processo de alienação. Os trabalhadores não se veem no processo produtivo de criação dos bens, este se

²⁷ Trabalho assalariado é a forma que o trabalho assume no modo de produção capitalista, não podemos reduzir a categoria “Trabalho” à “Trabalho Assalariado”. Pois trabalho é a interação do homem com a natureza, o meio em que o homem se constitui enquanto ser humano, ser social, o que o diferencia dos outros animais, é a forma como interage com a sociedade e cria os bens essenciais para a vida. Trabalho Assalariado é a forma em que o capital se apropria do trabalho alheio, para manter a relação de dominação entre burguesia e proletariado.

torna alheio ao processo, produzem não para satisfazer suas necessidades, mas para gerar lucros que também não são para ele próprio, mas para o burguês. “Para Marx, o ato fundante da sociabilidade capitalista é o ato de compra e venda de força de trabalho. Este ato é, necessariamente, gerador de desigualdades sociais e de uma relação de subordinação do trabalho ao capital” (TONET, 2005, p. 474)

De fato, o sistema do capital não conseguiria sobreviver durante uma semana sem as suas mediações de segunda ordem: principalmente o Estado, a relação de troca orientada para o mercado, e o trabalho, em sua subordinação estrutural ao capital. [...] Em outras palavras, essas mediações de segunda ordem impõem a humanidade uma forma alienada de mediação. A alternativa concreta a essa forma de controlar a reprodução metabólica social só pode ser a automediação na sua inseparabilidade do autocontrole e do auto realização através da liberdade substantiva e da igualdade, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados. (MÉSZÁROS, 2008, p. 72-73)

A luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade necessariamente perpassa pela superação do trabalho assalariado e do modo de produção capitalista. Que tenha como horizonte societário a revolução, em que seja abolido o trabalho assalariado e que esse dê lugar ao trabalho associado. De acordo com Tonet (2005, p. 475) “o trabalho associado deveria ser o fundamento de uma sociabilidade plenamente emancipada”, ou seja, a forma de trabalho na qual a classe trabalhadora detém o controle do processo de trabalho, em que o trabalhador não seja mais visto apenas como uma mera mercadoria e que possa usufruir dos frutos dessa relação. Assim, a produção não seria de geração de riqueza para o capitalista (que não existiria mais enquanto classe social e personificação), mas uma produção que tivesse o ser humano como centro da criação e para satisfação das necessidades humanas, não mais as necessidades de mercado.

O trabalho associado, por sua vez, implica, em determinação recíproca, um grau muito elevado de desenvolvimento das forças produtivas, capaz de permitir a produção abundante da riqueza e uma grande diminuição do tempo de trabalho, proporcionando aos homens o tempo livre para a realização de atividades mais propriamente humanas. É sob esta forma de trabalho que o trabalho humano assumirá o seu grau máximo de liberdade possível. (TONET, 2005, p. 476).

Reitero que o princípio para uma educação pública e de qualidade, necessariamente, parte desse referencial teórico, temos a necessidade de usufruir e vivenciar uma educação transformadora. Evidentemente, precisamos lutar pela melhoria da educação e de espaços formativos na esfera política, pois a educação institucionalizada não pode ser vista somente como o espaço de formação de consenso, precisa ser inscrita como um espaço de luta, de busca por conhecimentos que atendam às necessidades dos trabalhadores, e pela liberdade de

pensamento e debates, precisa ser construído nas escolas esse chamado para lutar e construir a educação emancipadora.

[...] é decisivo que o educador volte a pensar em como fundir os seus papéis dentro da sala de aula, com os seus papéis dentro da sociedade, para que ele não veja no estudante alguém inferior a ele, para que se desprenda de uma vez de qualquer enlace com a dominação cultural e para que deixe de ser um instrumento das elites. (FERNANDES, 2019, p. 73)

“É essencial que a classe trabalhadora crie seus próprios espaços formativos”. (IASI, 2013, p. 79). Esses espaços formativos são fundamentais para orientar as lutas da classe trabalhadora, pois é necessário compreender a realidade para transformá-la, assim entendemos que a escola deve pautar uma educação que busque a liberdade e que seja construída a partir da união entre o educador e educandos, que seja substituída a relação de hierarquia por uma relação de cooperação e aprendizado mútuo.

[...] a educação é uma mediação para a reprodução social. E que, numa sociedade de classes, ela, necessariamente, contribuirá predominantemente para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Daí a impossibilidade de estruturar a educação, no seu conjunto, de modo a estar voltada para a emancipação humana. É por isso que entendemos não ser possível “uma educação emancipadora”, mas apenas a realização de “atividades educativas emancipadoras”. A nosso ver, é perda de tempo querer pensar uma educação emancipadora (conteúdos, métodos, técnicas, currículos, programas, formas de avaliação, etc.) como um conjunto sistematizado que possa se transformar em uma política educacional. Certamente, podem-se estabelecer políticas educacionais mais ou menos progressistas e, por isso, a luta nessa esfera não deve ser menosprezada. Porém, o conjunto da educação só poderá adquirir um caráter predominantemente emancipador na medida em que a matriz da sociabilidade emancipada – o trabalho associado – fizer pender a balança para o lado da efetiva superação da sociabilidade do capital. (TONET, 2016, p.38)

CAPÍTULO 3: UM LONGO CAMINHO: POSSIBILIDADES APÓS A CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO

A educação é uma importante mediação da sociedade, seja ela capitalista ou não. Evidentemente que o capital instaura seus valores e costumes em toda a forma de organização da sociedade, o que ocorre na educação também. Vivemos em uma sociedade capitalista, que se fundamenta no trabalho assalariado, na exploração do trabalho alheio para obtenção de lucro. Segundo TONET (2005, p. 471) o trabalho “é o ato fundante do ser social, porque é por meio dele que se dá o salto do ser natural ao ser social e são produzidos os bens materiais necessários à vida humana”. A partir do trabalho a sociedade interage entre si, para assim construir os bens necessários para sua sobrevivência, assim como desenvolver suas potencialidades, interagir com a natureza, criar mecanismos para melhorias da qualidade de vida, impulsionar os avanços tecnológicos e científicos, para que assim possa chegar a um determinado patamar de desenvolvimento. Porém essas conquistas socialmente construídas são capturadas pelo capital para o benefício dos capitalistas.

A análise do trabalho nos permite perceber que o homem se constrói como um ser essencialmente histórico, ativo, social, universal, consciente e livre. Mas, o trabalho não é tudo. Ele é apenas o fundamento. A partir dele, e como exigência da complexificação do ser social que dele decorre, surgem inúmeras outras dimensões da atividade humana, cada qual com uma natureza e uma função próprias na reprodução do ser social. (TONET, 2005, p.471).

É importante compreendermos que o processo de trabalho no capitalismo é um processo de alienação, pois vivemos em uma sociedade de produção de mercadorias, o que importa é a criação e a realização dessas mercadorias e por fim o que interessa é o lucro.

Nesse contexto, a educação é um dos meios de obtenção do conhecimento, e por isso se coloca como um campo de disputa. Nas palavras de MÉSZÁROS (2008, p. 27) “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.” Dito isso, e rumando para a finalização deste estudo, apontamos que é preciso refletir sobre a relação Universidade e mercado de trabalho, o que será feito no próximo item.

3.1 Universidade versus mercado de trabalho

As possibilidades que se colocam após a conclusão do ensino médio é a possibilidade de ingresso no ensino superior, ou seja, continuar com os estudos, ou se inserir no mercado de

trabalho. Ambas as possibilidades não são garantidas aos jovens, pois sabemos que a Universidade pública ainda é um espaço que tem limites de vagas e não é um âmbito de ensino garantido como uma obrigatoriedade de ser ofertado gratuitamente pelo Estado. Comprendemos também, que as mensalidades de universidades privadas não são acessíveis a todos. Por outro lado, o desemprego que assola principalmente as sociedades de capitalismo dependente é estrutural e cresce exponencialmente e isso se configura em um aumento da desigualdade social, da relação de dominação e aprofundamento da dependência.

[...] o desemprego, é, portanto, um processo estrutural, tendencial do sistema capitalista, jamais relacionado à precárias condições subjetivas do trabalhador. O desemprego, não é, na análise de Marx, resultado das carências pessoais do indivíduo, mas das próprias condições estruturais do desenvolvimento capitalista. (SIQUEIRA, 2013, p.173)

A falta de oportunidades para a juventude, não é por motivo pessoal, falta de vontade ou capacidade, mas por questões estruturais próprias do sistema capitalista. Sendo assim os jovens de Mariana/MG, estão inseridos nessa dinâmica, em uma cidade que tem sua base econômica pautada na mineração. Assim sendo, prioritariamente, o destino dos jovens é buscar emprego nesse setor extrativista minerário e nos comércios locais, ou tentar uma vaga na universidade. Destacamos a existência da universidade pública UFOP e de várias faculdades particulares que ofertam o ensino prioritariamente via modalidade EaD. Outros jovens tentam conciliar estudo e trabalho, o que não é uma tarefa fácil.

Sabemos que as escolas públicas de ensino básico, as escolas estaduais, são compostas majoritariamente de estudantes de baixa renda, em muitos casos moradores dos bairros periféricos, que carregam consigo os valores predominantes dessa sociabilidade, ou seja, pensam em se inserir o mais rápido possível no mercado de trabalho, então, o ensino médio é visto como o final de uma etapa, isso sem contar o número de evasão e de estudantes que já conciliam o estudo e trabalho ao longo do ensino médio.

Mesmo com a expansão universitária, que ocorreu pela expansão do o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)²⁸ que

²⁸ O REUNI, expandiu o acesso a Universidade e a ampliação de vagas, porém, não foi pensando uma ampliação e acesso de forma qualitativa. Como evidenciamos neste trabalho que o papel da educação é fornecer força de trabalho para o capital, o REUNI então se encontra nesta perspectiva. De acordo com Katia Lima (2009, p. 5) “A adesão das universidades federais ao REUNI implica diretamente dois níveis de precarização: a da formação profissional e do trabalho docente. A precarização da formação ocorre através do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa. Considerando a necessidade do cumprimento das metas de “expansão” indicadas no decreto, através do aumento do número de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação, a dinâmica de contratação de professores nas universidades está pautada no “banco de professores equivalentes”, precarizando ainda mais as condições de trabalho docente. (Ver Katia Lima.)

ampliou o acesso dos jovens e adultos ao ensino superior público, as vagas ainda não correspondem a um número que atenda a todos, e com os crescentes ataques às universidades públicas, com os cortes financeiros cotidianamente efetivados, a permanência e ingresso dos estudantes de baixa renda está fortemente ameaçada.

E aí eu acho que nos últimos anos o discurso mudou, a gente conseguiu, porque eu também venho da escola pública e tal. Então a gente conseguiu adentrar por exemplo a universidade que era muito elitizada, [...] Tipo eu consegui fazer graduação, mestrado com bolsa que eram políticas que se tinham, né, consegui cursa todo o mestrado com bolsa, consegui apresentar trabalho e tal, desisti do doutorado por uma opção pessoal e tal, mas se tinha um investimento até a pós-graduação. E hoje a gente tá vendo isso, retroceder, a gente tem congelamento aí de 20 anos para a educação, teve o contingenciamento – não sei a palavra- mas teve essa questão de reter os/ a questão dos... recursos de repasse para a universidade. Ano passado eu fiquei 6 meses, antes de me chamarem pro concurso aqui eu trabalhei 6 meses na universidade e eu vi aluno chorar porque não tinha como continuar, porque a família era de outra cidade ela tava fazendo a universidade não tinha ninguém, sozinha e perdeu a bolsa, e aí ela não tinha como manter aluguel, não tinha como manter nada, então eu vi muito aluno assim realmente passar por situação de quase fome dentro da universidade, sabe? (PROFESSORS8)

O interessante acerca da docência é que podemos considerar os professores como eternos estudantes, uma vez que a profissão, em certa medida exige isso deles, e sem contar que são pessoas que viveram cada qual a seu modo, em sua localidade seu processo de formação.

Compreendemos a importância da política de assistência estudantil, bem como das bolsas de pesquisa, extensão, monitoria, iniciação científica, etc. para a qualidade de ensino do aluno e sua permanência na universidade. É notório que muitos alunos só conseguem se manter na universidade em função dessa política de auxílio estudantil e de fomento ao ensino. Então, esses ataques destinados à educação pública, à universidade se constituem como ataques à classe trabalhadora, que vislumbrou no acesso à universidade uma opção de melhoria da sua condição de vida e de emprego. Restando-lhe, na impossibilidade de acesso a este espaço, apenas o trabalho como alternativa.

Para os estudantes eu vejo a grande questão, que eles estudam pra que né? Pra trabalhar. Pra trabalhar não tem trabalho. Se tiver trabalho é um trabalho precário que vai no máximo propor a eles uma sobrevivência né. Essa ideia de que a gente estuda pra ser alguém na vida e a gente vê cada vez mais a escola... O Estado forjando bases né, com promoções automáticas, né. E mecanismo de você empurrar o aluno é mais pra você atender dados estatísticos relacionados aos organismos internacionais como a UNESCO, pra dizer que o povo brasileiro está sendo educado, do que propriamente pra, pra educar né. E assim na nossa área por exemplo, eu fiz mestrado, poderia fazer doutorado em sociologia, só que não tem mercado pra trabalhar aqui não, como professor de qual universidade? Porque os espaços ficam reduzidos. Então o que tem pra gente? Infelizmente pro estudante tem muito pouco coisa, inclusive até o acesso a universidade já tá sendo questionado porque existe a ideia de que universidade não é pra todo mundo, então assim,

é um, mais um mecanismo de controle, do que propriamente um uma realização, obviamente ali existe suas ressalvas né.. (PROFESSORS9).

São alarmantes os relatos dos professores. Explicitam que o governo não tem nenhuma preocupação com a educação. Ao professor enquanto um profissional assalariado é exigido que se esforce e tenha melhores qualificações, porque é essa a ideia amplamente divulgada pelo capitalismo: que é necessário que nos qualifiquemos cada vez mais, para assim podermos ter vantagens no mercado de trabalho. Analisando a postura do atual presidente da república, que desqualifica o ensino de sociologia e filosofia em detrimento de outras áreas do saber, bem como ameaça acabar com os cursos universitários dessas áreas, perguntamos: quais as expectativas que esses profissionais terão? Como vai ser o seu processo de formação continuada? Isso mostra que o trabalho é condicionado e frustrante, uma vez que algumas áreas de atuação não são amplamente implementadas e nem sequer reconhecidas, valorizadas.

Eu comecei a fazer, mas por condições financeiras eu não pude continuar, entendeu. Antes eu trabalhava em outro setor né, no comercial, não me adaptei, fiquei lá dois anos, pagava uma pós-graduação, como não consegui mudar tive que sair do meu emprego anterior e vim pra esse, eu não tive condições, pelas baixas remunerações. (PROFESSORS11).

É um cenário complexo, pois as entrevistas aos professores demonstram a aproximação e semelhança da realidade deles com a dos seus alunos, evidente que cada um em seu tempo, e formação, mas as questões limitadoras e de caráter estrutural são muito parecidas. Além disso, podemos perceber como o professor é mal valorizado, tanto em sentido salarial, como no sentido profissional. O professor também se insere nessa lógica produtiva, de vendedor da força de trabalho, mesmo que a educação pública seja vista fora da lógica de mercado, e que nela não haja produção de mais-valor, principalmente no ensino básico, sendo assim a única funcionalidade que tem para o capital é formar trabalhadores.

O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor para o capitalista. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino ou, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. (MARX, 2017, p. 578).

É a partir dessa lógica que os jovens são chamados a produzir para o capital. Mesmo os que buscam o ensino superior fazem isso na intenção de terem melhores condições de trabalho, ou seja, um trabalho que lhe proporcione um salário que minimamente dê para suprir sua existência.

Mesmo no capitalismo a educação precisa ter um determinado grau e tipo de qualidade, obviamente que alinhada aos interesses hegemônicos. A educação dita como de qualidade para o capital será um espaço para os filhos da burguesia se prepararem para ocupar os melhores e mais altos escalões da organização das empresas. Também terão melhores condições de acesso a esta qualidade da educação os filhos da classe média, que é compreendida também como classe trabalhadora, mas que via processo ideológico tenta se desprender dessa condição e não se enxerga como tal. Já os filhos da classe trabalhadora dificilmente terão acesso.

Então, podemos compreender que tem um certo aspecto de educação de qualidade e investimento nesse formato de educação que prioriza a formação em profissões que movimentam o sistema do capital, em outras palavras, as profissões que geram lucro, que lhe são imprescindíveis. Compreendemos também, que para que o capitalismo funcione ele precisa manter seu exército industrial de reserva, o que ocorre fortemente com a classe trabalhadora minimamente qualificada. De acordo com Marx (2017, p. 707):

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional.

A tendência é que o exército industrial de reserva aumente exponencialmente, uma vez que ele é necessário para a acumulação capitalista e um dos mecanismos responsáveis pelo rebaixamento dos salários. Se o emprego fosse para todos uma questão de esforço, o capitalista seria obrigado a negociar os salários com os próprios funcionários, porém o salário já é pré-estabelecido antes mesmo de se contratar o trabalhador, então o desemprego é funcional e estrutural. Para o capitalismo alcançar os avanços científicos e tecnológicos que possui hoje foi necessário investimento no processo produtivo. A composição orgânica do capital é composta pelo capital constante (meios de produção, as máquinas) e capital variável (o que gera o lucro, a força-de-trabalho), a tendência é de sempre reinvestir no capital constante em detrimento do capital variável, assim o capitalista poderá produzir em grande escala e as máquinas passam a substituir os trabalhadores no processo produtivo, o que vai desencadear em mais desemprego.

Por isso a importância de superação do capitalismo, quando colocamos em pauta o trabalho associado é para que os jovens, bem como todos os indivíduos, possam ser livres dessa opressão e exploração próprias do capitalismo, pois a juventude em sua grande maioria irá em

algum momento, compor o exército industrial de reserva e para que possam vislumbrar uma educação que os incluam na sociedade.

A escola superior constitui uma instituição ultra-especializada, em termos funcionais. Formada para produzir profissionais liberais, operando dinamicamente apenas ao nível do saber relacionado com a qualificação técnica desses profissionais e interagindo com a sociedade somente através dos interesses das elites culturais, ela se converteu em caudatária das profissões liberais e de suas ramificações pelos diferentes papéis intelectuais organizados socialmente. (FERNANDES, 1975, p. 76)

A educação precisa ser pensada através de uma organicidade, em que não se tenha um fim absoluto desse âmbito na vida dos indivíduos, mas sim, uma continuação, em que o jovem ao completar o ensino médio possa vislumbrar a Universidade como um meio de ampliação e continuidade do acesso ao conhecimento. E que ele encontre nesse espaço as possibilidades de desenvolver suas potencialidades.

Hoje a educação superior pública é pautada no tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão, que são de extrema importância para a formação desses jovens no mundo contemporâneo. É necessário lutar pela permanência dessas dimensões na formação dos estudantes e que o conhecimento produzido seja para o conjunto da sociedade. Por isso, mesmo nesse meio conflituoso, precisamos lutar pela garantia da Universidade Pública, reivindicar a ampliação do acesso a vagas, porque mesmo com os limites estruturais, impostos pela sociabilidade capitalista a Universidade se constitui como um espaço amplo para o debate e reflexão de mundo. Então é necessário que seja um espaço em que a classe trabalhadora tenha acesso, para assim poder construir suas ferramentas de luta e resistência e pautar a superação desses âmbitos e seu caráter restritivo.

Atualmente os jovens têm sim vontade de ingressar no ensino superior, evidente que não são todos, alguns tem outros sonhos e vontades, mas também sabemos que muitos precisam trabalhar e que se optarem por continuar estudando terão que conciliar estas esferas, o que é um dificultador para esses jovens, já que o trabalho consome um tempo expressivo da vida. Disciplinas como a sociologia e a filosofia são importantes inclusive para debater esse dilema junto com o aluno, pois são áreas de estudo que perpassam pela vida e realidade dos estudantes.

Cê tem grupos de alunos que realmente querem, tem um desejo, uma honestidade intelectual, mas cê cai novamente num fator social, que é a questão de, infelizmente a educação é elitista, o aluno, infelizmente ele gostaria de ter tempo, e aí, cai novamente na questão de contingenciamento do Governo Federal por exemplo, em que o estudo é visto como um gasto e não como uma questão estímulo, de investimento pra um país, pra uma cidade, e, isso impacta na... na... nos sonhos do menino que tem realmente seu sonho cerceado, não por liberdade mas por condicionamento externo, que foge ao

controle dele. Então cê tem menino que quer? Tem. E tem alunos aqui que são alunos bons que por exemplo largaram a escola, foram transferidos pro noturno, não é por uma questão de escolha, mas por condicionamento, condicionamento, que é? Social. (PROFESSORF10)

Muitos pensam sim, em fazer graduação, mas a grande maioria é pra inserir no mercado de/... pra se inserir no mercado trabalho. ainda que precário, ainda que tenha outros desejos, mas eles num, parecem animados com ideia de estudar não, inclusive eles separam né, estudo do trabalho né, e a gente sabe que estudar é um trabalho, mas não é uma ocupação constante não. E aí os estudos não acabam ne, e ele entendem o ensino médio como acabei, porque como acabou a obrigatoriedade, acabou o.... Aí depois eles descobrem no mercado de trabalho que eles precisam estudar mais. (PROFESSORS9)

Grande parte que só entrar... Na faculdade, mas grande parte já trabalha, por necessidade e quer continuar, porque quer uma vida realmente melhor, ele sabe isso. (PROFESSORS11)

Eu vejo, né, uma, uma grande lacuna nesse ponto, nem eles mesmo sabem o que, o que, vai acontecer com eles, então alguns, acho que depende muito da família nesse momento né, então determinadas famílias, já existe ali no seio familiar, esse tipo de discussão e algumas famílias já tratam da.. continuidade do estudo né, de fazer uma faculdade, procurar uma universidade ou algum curso superior, as famílias, principalmente isso parte de famílias onde já existe pessoas que já cursaram faculdades né, as famílias que não tem essa... tradição né, inclusive grande parte da população brasileira, no ultimo governo, tiveram, as famílias tiveram seus primeiros entes né, se formando em cursos superiores né, então isso faz uma grande diferença, a família faz uma grande diferença, no entendimento dos alunos nesse momento né, do que que vai acontecer e quais são as... é as possibilidades desse aluno futuramente, então depende muito de como que a família se estrutura. É claro que a escola se a família não tem... não traz esse entendimento, não traz essa discussão pra dentro de casa, a escola tem uma obrigação de suprir essa carência, então a gente, sim, trata desse... eu procuro de vez enquanto falar pros alunos, tratar disso com eles né, o que eles pretendem fazer, da importância de continuar estudando, é claro que determinado/... em alguns casos há a impossibilidade financeira de prosseguir, do aluno prosseguir com seus estudos né, porque, ele chega a vida adulta, os pais, ai tem as regras do mercado de trabalho né, que é necessário, que se tenha os 18 anos para você ter uma carteira assinada, então uma boa parte dos alunos eu vejo que estão apenas esperando completar os 18 anos pra entrar no mercado de trabalho, no primeiro emprego que aparecer. Alguns outros vão entrar no mercado de trabalho e terão disposição, porque não é fácil, pra fazer as duas coisas né, trabalhar. Trabalhar e continuar estudando, somente uma parte pequena né, desse público das escolas públicas, vai ter a possibilidade de continuar seus estudos sem a necessidade de ao mesmo tempo trabalhar. (PROFESSORF7)

O modo de produção capitalista é um sistema que sustenta a ideia de meritocracia e com isso culpabiliza os jovens pelas falhas no ensino. Se o estudante ao concluir o ensino médio não conseguir passar na prova para se inserir na universidade, não conseguir se inserir em curso superior a culpa é única e exclusivamente dele, que não se esforçou e nem estudou o suficiente. Isso é uma maneira de afastar esses jovens da educação superior e de reafirmar e manter o caráter restritivo do acesso à universidade.

Cotidianamente é propagado ao jovem que após completar os 18 anos de idade, ele necessita ter uma ocupação, então se ele não continuar com os estudos ele tem que trabalhar, precisa ter uma ocupação. Para ser aceito e minimamente reconhecido na sociedade se estiver trabalhando já é o suficiente, e com isso a vontade e a perspectiva de entrar na universidade vai ficando de lado, sendo vista como menos importante, ou suprimida. Um movimento expressivamente realizado pelo jovem estudante trabalhador pela busca por formação universitária é via cursos EaD.

Explicita-se que tal modalidade apenas fomenta uma educação em massa e não oferece nenhuma qualidade de ensino aos alunos, mas que acaba sendo compreendida como a única oportunidade que ele vai ter. Nesse cenário o que se põe é que o capital, via empresas que ofertam a modalidade de ensino EaD se aproveita da falta e dificuldade de acesso à educação superior para expandir-se nas mais diversas áreas e dessa forma obter lucros expressivos.

Ao longo deste estudo buscamos demonstrar que há falta de pensamento crítico nas escolas e que a formação é para o mercado de trabalho. Na modalidade EaD se explicita que: tem como função formar um grande número de pessoas, que ao final do percurso formativo terão pouquíssimo conhecimento (oferecido pela faculdade), que serve para formar consensos sem ter um compromisso ético com a formação daquele aluno, e que pensa somente no lucro da iniciativa privada.

Então, pensar nas alternativas para os jovens nessa sociabilidade é ter como horizonte uma sucessão de dificuldades e obstáculos na vida. É urgente repensar esse modelo de sociedade e educação, que não nos permite fazer escolhas concretas e apenas nos proporciona um meio de subsistência, se tivermos sorte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ideal seria que se chegasse nesse momento com uma conclusão sobre o tema em estudo. Porém, o que temos continua sendo reflexões e inquietações sobre o tema. Em uma sociedade que está em constante mudança, se torna impossível ter uma conclusão definitiva sobre os fenômenos.

Mas vejamos, vivemos em um território historicamente saqueado, e isso foi sendo naturalizado através dos anos. E passados muitos anos, ainda achamos natural nossas riquezas serem expropriadas, o nosso solo devastado, a força de trabalho superexplorada, mas nos dizem e buscam nos convencer de que “se é para o desenvolvimento econômico, não há problema nisso”.

Quando voltamos nosso olhar para uma cidade relativamente pequena como Mariana/MG, visualizamos de forma devastadora toda a opressão, destruição e exploração que são causadas pelo modo de produção capitalista. Somos um território que produz uma grande riqueza, mas que não é vista na cidade. Onde vai parar toda essa riqueza? Ela gera um superlucro para o Capital, que em troca deixou um rastro de lama, destruição, desemprego, mortes e aumento da condição de dependência.

Dependência, categoria trabalhada-cunhada por Marini e Fernandes, que foi reivindicada nessa monografia para explicar os processos políticos, econômicos e sociais que vivenciamos na cidade, lócus de nosso estudo. Por aqui não há uma produção voltada para o ‘desenvolvimento’ da cidade e dos cidadãos, mas para exportar toneladas de minério de ferro, para enriquecer mais ainda as personificações do Capital, sendo permitido à população aqui residente no máximo um trabalho precário, que cotidianamente a adoce e suga todo o seu tempo.

O trabalho é o meio pelo qual produzimos os bens necessários para a vida. O trabalhador produz, mas não tem acesso ao produto final. Aqui, nesta parte do globo produzimos bens primários para que o centro do capitalismo possa desenvolver suas forças produtivas e conseqüentemente ampliar seu domínio sobre o continente latino-americano.

A educação que temos encontra-se moldada por essas necessidades e conformação do capital. Fala-se em reformas, mudanças, mas sabemos que não vão ao fundamento, permanecem na aparência sem qualquer alteração a favor da classe trabalhadora. É nesse lugar que está a reforma do ensino médio, a Lei 13.415/2017, que institui uma BNCC. Esta legislação vem no sentido de fomentar a formação técnica profissionalizante dos alunos, aparece e propaga o

discurso de maior liberdade aos jovens, mas já compreendemos que não há um mínimo de estrutura para a implantação efetiva dessa lei, mesmo sabendo que ela muito bem se insere e é requerida pelos moldes da sociabilidade capitalista. Sendo assim, é impossível que essa lei seja para os estudantes algo que lhes proporcionará maior liberdade, uma vez que é condicionada aos interesses do capital. A hipótese que assumimos no início deste estudo é que a Reforma do ensino médio e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) tendem a serem restritivas, com isso, a formação dos jovens marianenses nas escolas de educação públicas será diretamente afetada e tende a perder a referência da integralidade da formação dos indivíduos. E constatamos que está hipótese tende a ser efetivada, uma vez que a educação não é referenciada para satisfazer os interesses dos jovens, mas para formar consensos. Como foi evidenciado neste trabalho a educação pública em Mariana/MG encontra-se sucateada, e que não consegue atender aos anseios de uma educação minimamente qualificada, mas uma educação que forme mão-de-obra, força de trabalho para o Capital. Sendo assim a Reforma do ensino médio e BNCC, que aparece com o discurso de tornar o ensino mais atrativo na essência isso não ocorrerá, principalmente quando falamos de um país de capitalismo dependente, que tem seus interesses subordinados aos dos grandes capitais, a educação nesses locais não precisa de ser qualificada, uma vez que não “precisamos” produzir tecnologia, ciência. Mas é necessário que se mantenha a “ordem”. Enquanto a educação for vista como um gasto essas reformas/mudanças continuaram a restringir o acesso, pois não tem o investimento necessário para a efetivação de uma política educacional de qualidade. Com isso quem perde é o conjunto da classe trabalhadora.

A razão para o fracasso de todos os esforços anteriores, e que se destinavam a instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais lúcidas, reconciliadas com o ponto de vista do capital consistia – e ainda consiste – no fato de as determinações fundamentais do sistema do capital serem irreformáveis. [...] O capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é total incorrigível. [...] Consequentemente, em seus parâmetros estruturais fundamentais, o capital deve permanecer sempre incontestável. (MÉSZÁROS, 2008, p. 26-27)

Assim, a educação precisa ser pautada em uma perspectiva de transformação societária, que vislumbre uma sociedade humanamente livre. Precisamos defender a educação pública, gratuita e de qualidade em todos os âmbitos do ensino, mas é necessário ter em vista, nos termos de Mézszáros, (2008) ‘uma educação para além do capital’. Buscar alternativas educacionais que questionem esse modelo de sociabilidade.

[...] liberdade plena significa aquela forma de liberdade – o grau máximo de liberdade possível para o homem – que o indivíduo tem como integrante de

uma comunidade real, cujo fundamento é necessariamente o trabalho associado. O que significa, também, que nesta forma de sociabilidade há uma relação harmônica – embora não isenta de tensões – entre o indivíduo e a comunidade, ou seja, estão dadas as possibilidades para uma realização ampla das potencialidades humanas de todos os indivíduos; que já não há mais cisão entre o momento real e o momento formal, entre o público e o privado; que os homens já não são dominados por forças estranhas, mas que eles são – porque estão dadas as condições objetivas e subjetivas – efetivamente senhores do seu destino. Em síntese, a essência da emancipação humana está no domínio consciente e coletivo dos homens sobre o seu processo de autoconstrução, sobre o conjunto do processo histórico. (TONET, 2016, p. 66)

As transformações societárias estruturais só podem ocorrer pelo movimento do conjunto da sociedade. A educação é uma importante mediação para o conhecimento da realidade. O ensino médio é uma importante fase da formação de vida dos jovens, por isso, é necessário que ao encerrar esta etapa dos estudos, ele consiga refletir sobre a realidade social, compreendendo a importância da educação, como um processo de formação continuada. Não pode ser propagada a ideia de que o ensino médio é o fim e depois disso o que resta é o trabalho assalariado, superexplorado, mas que se tem um longo caminho pela frente.

Por isso a importância das disciplinas de filosofia e sociologia, pois elas permitem que sejam pautadas essas questões em sala de aula, contribuindo para uma formação que pense o ser humano, porém, é necessário que esses profissionais tenham um compromisso ético com os estudantes e que os vejam como peça fundamental da educação. É necessário buscar como referencial a teoria marxista.

A luta pela garantia e ampliação das políticas educacionais é urgente, pois, essa é uma área que o atual governo federal e estadual absolutamente não prioriza, pelo contrário, realizam cotidianamente fortes ataques à educação e às políticas sociais de forma geral. Vivemos em um tempo histórico de profundo retrocesso e em uma sociedade polarizada, que não consegue sequer dialogar. As reflexões sobre a sociedade não podem ser dialogadas, realizadas porque não há um consenso hegemônico que não permite tensionamento e transforma o que está posto e instituído como algo imutável.

Em posição teórica e política distinta dessa concepção conservadora, compreendemos a história e a vida social como resultado da construção humana, a partir das ações dos homens, no entanto, que requer enfrentamento cada vez mais exigente pois a ideologia dominante está se fortalecendo e se enraizando em todos os âmbitos cada vez.

Nesse contexto, o Estado aparece como conivente e apoiador da manutenção da ordem, inclusive, toma as medidas que forem necessárias para garantir os privilégios e lucros à burguesia. Apoiar a economia pautada na exploração do trabalho alheio e na sua intensificação.

Os caminhos não são fáceis, e não podemos esperar que pelo atual Governo Federal ou do estado de Minas Gerais surjam propostas que beneficiem a classe trabalhadora e seus filhos, pois estamos nos referindo a governos ultraconservadores, que assumem e agem a partir das ideais da classe dominante.

É por isso que se torna importante a luta pela educação institucionalizada, pelas possibilidade de se estudar e refletir sobre e a partir da sociologia e da filosofia enquanto áreas do conhecimento, obviamente que sem perder de vista o horizonte societário que vislumbramos, verdadeiramente livre e emancipado, de pleno acesso aos bens e riquezas socialmente produzidas por todos e a todos. Essa luta se insere na necessidade de organização de espaços de formação da classe trabalhadora, de forma conjunta e socialmente referenciada, e não apenas para superexploração força de trabalho minimamente qualificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, A. E. M.; LEMOS, E. L. S. **A contrarreforma no ensino superior brasileiro: determinantes históricos.** Brasília. Temporalis. n. 35. 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/veron/Downloads/17922-Texto%20do%20artigo-58971-1-10-20180630.pdf>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2019.

BASILIO, A. L. Por que os cursos de Filosofia e Sociologia incomodam Bolsonaro? 26 de abril de 2019. **Carta Capital.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-que-os-cursos-de-filosofia-e-sociologia-incomodam-bolsonaro/>>. Acesso em 05 de setembro de 2019.

BERTOLLO, K. **Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BRASIL247. Aprovação do Escola Sem Partido em BH não foi democrática, diz deputada. 19 de outubro de 2019. **TV247.** Disponível em: <<https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/aprovacao-do-escola-sem-partido-em-bh-nao-foi-democratica-diz-deputada>>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum. Brasília.** 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 de abril de 2019.

_____. **Emenda Constitucional nº 45, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2019

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 10 de abril de 2019.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em 10 de abril de 2019.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em 10 de abril de 2019.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

_____. **Lei nº 13.845, de 18 de junho de 2019.** Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação

básica. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13845.htm>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

BRAZ, M.; NETTO, J. P. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo, Cortez, 2002. p. 145

CAMILO, V.C. Colégio Loyola anula prova com texto crítico a Bolsonaro e alunos protestam. 10 de outubro de 2019. **Hoje em dia**. Disponível em: < <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/col%C3%A9gio-loyola-anula-prova-com-texto-cr%C3%ADtico-a-bolsonaro-e-alunos-protestam-1.748599>>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

CARAM, B. PEC de Guedes desobriga poder público de construir escolas. 14 de novembro de 2019. **Folha de São Paulo**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/pec-de-bolsonaro-e-guedes-desobriga-poder-publico-de-construir-escolas.shtml>> Acesso em 14 de novembro de 2019.

ESQUERDA DIÁRIO. Governo Zema ataca o ensino de Filosofia e de Sociologia no Ensino Médio em Minas Gerais. **Esquerda Diário**. 2019. Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/Governo-Zema-ataca-o-ensino-de-Filosofia-e-de-Sociologia-no-Ensino-Medio-em-Minas-Gerais>> Acesso em: 06 de dezembro de 2019.

FERNANDES, F. **A Formação política e trabalho do professor**. Marília. Lutas anticapitalista. 2019.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociologia**. 5ª edição. São Paulo. Globo. 2005.

_____. **A universidade brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo. Alfa-Ômega. 1975.

FREDERICO, Celso. **Classes e lutas sociais. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS;CEAD/UNB, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Disponível em: <[https://copyfight.noblogs.org/gallery/5220/Veias_Abertas_da_Am%C3%83%C2%A9rica_Latina\(EduardoGaleano\).pdf](https://copyfight.noblogs.org/gallery/5220/Veias_Abertas_da_Am%C3%83%C2%A9rica_Latina(EduardoGaleano).pdf)> Acesso em: 17 de julho de 2018.

GALEANO, E. “Os Ninguéns”, por Eduardo Galeano. 15 de março de 2016. **Galedés**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/os-ninguens-por-eduardo-galeano/>>. Acesso em 18 de agosto de 2019.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 19 de abril de 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

IASI, M. L. **Educação e consciência de classe: desafios estratégicos**. Florianópolis. Revista Perspectiva. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2013v31n1p67/25650>>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

JOVENPAN. Bolsonaro: ‘Queremos uma garotada que não se interesse por política, mas possa ir ao espaço’. 09 de abril de 2019. **Joven Pan**. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-nao-se-interesse-por-politica-mas-possa-ir-ao-espaco.html>>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

JUNIOR, C. P; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo. Expressão Popular. 2005.

LIMA, K. R. S. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. Brasília Universidade e Sociedade. 2009. Disponível em: <https://cassmariaclenilda.files.wordpress.com/2013/04/20090917_contra-reforma.pdf> Acesso em: 06 de dezembro de 2019.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de valorização do capital**. 2ª ed. São Paulo. Boitempo. 2017.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. – São Paulo. Boitempo. 2007.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo. Boitempo. 2005.

_____. (Antologia). **Educação, ensino e marxismo**. São Paulo. Iskra. 2016.

MARTINS, C. E. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.) **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013.p.15-48. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desenvolvimento_dependencia.pdf> Acesso em 06 de dezembro de 2019

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo, 2008.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo. Boitempo. 2016.

_____. A necessidade do controle social. In: **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo. Boitempo, 2009.

MINAS GERAIS. **RESOLUÇÃO SEE Nº 3.660, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017**. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação a partir de 2018 e dá outras providências. Belo Horizonte. 2017.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, 2001. Disponível em: <http://cressmt.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/08/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf>.

PROFESSORF10. **Entrevista concedida à Verônica Cristina Campos**. Mariana. 01 de novembro de 2019.

PROFESSORF4. **Questionário enviado para Verônica Cristina Campos.** Mariana. 01 de novembro de 2019.

PROFESSORF7. **Entrevista concedida à Verônica Cristina Campos.** Mariana. 21 de outubro de 2019.

PROFESSORS11. **Entrevista concedida à Verônica Cristina Campos.** Mariana. 01 de novembro de 2019.

PROFESSORS2. **Questionário enviado à Verônica Cristina Campos.** Mariana. 01 de novembro de 2019.

PROFESSORS8. **Entrevista concedida à Verônica Cristina Campos.** Mariana. 08 de novembro de 2019.

PROFESSORS9. **Entrevista concedida à Verônica Cristina Campos.** Mariana. 22 de outubro de 2019.

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio.** Marília. Lutas Anticapitalistas. 2019

SALVADOR, E. **Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil.** Londrina. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/veron/Downloads/12263-54920-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

SANTOS, T. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República.** Petrópolis. Vozes. 1994.

SAVIANI, D. **Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro.** São Paulo. Psicologia Escolar e Educacional, vol. 21, nº 3. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n3/2175-3539-pee-21-03-653.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Resolução SEE nº 4234/2019.** Dispõe sobre as matrizes curriculares das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2019. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4234-19-r%20-%20Public.%2023-11-19.pdf.> Acesso em 07 de dezembro de 2019.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social** – Diferentes Concepções e Compromissos Políticos. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TONET, I. **A crise das ciências sociais**. 2007. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/a_crise_das_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2019.

_____. **A propósito da retirada da filosofia e da sociologia do ensino médio**. 2019. Disponível em <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/A_PROPOSITO_DA_RETIRADA_DA_FILOSOFIA_E_D_A_SOCIOLOGIA.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2019.

_____. **Educação contra o capital**. São Paulo. Instituto Lukács, 2016. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/educacao_contra_o_capital_-_3a_ed.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

_____. **Educação de qualidade em perspectiva de classe**. 2019. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/EDUCACAO_DE_QUALIDADE_EM_PERSPECTIVA_D_E_CLASSE.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2019.

_____. **Educar para a cidadania ou para a liberdade?** Florianópolis. Perspectiva vol. 23, nº 02. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9809/9044>>. Acesso em 05 de setembro de 2019

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que abordará como tema a Reforma do ensino médio e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) em Mariana/ MG. Essa pesquisa propõe aprofundar-se sobre a realidade da educação pública do ensino médio e dos jovens que estão inseridos nela em Mariana/MG, tendo como objetivo geral: analisar os impactos da Reforma do ensino médio e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) nas escolas de educação pública de Mariana/ MG afim de compreender como estas alterações incidem na formação dos jovens marianenses.

Sua participação nesta pesquisa será através de respostas às perguntas realizadas por meio de aplicação de uma entrevista semiestruturada, para conhecermos a seu posicionamento e opinião frente a educação pública em Mariana/MG. A pesquisa em questão não oferece riscos maiores aos envolvidos do que os existentes na vida cotidiana e respeita os princípios éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais conforme resolução 510 CONEP. Dentre os riscos existentes podemos destacar de marcar a entrevista em dia que a pessoa não se sinta bem fisicamente ou emocionalmente, o que acarretar em uma remarcação da entrevista. Pelo grande número de perguntas e possíveis respostas detalhadas, a entrevista pode se tornar cansativa para o entrevistado, pode ocorrer também insegurança, medo ou constrangimento em responder algumas questões, mas enfatizo que o participante tem total liberdade para não responder às questões que lhes causarem incômodo assim como se recusar a participar da entrevista.

A sua participação no projeto contribuirá significativamente para a construção do conhecimento e compreensão da realidade da educação pública, especificamente das disciplinas de sociologia e filosofia e quais seus desafios, ajudando a entender qual o público que se destina. Dentre os benefícios da pesquisa podemos destacar: produção de conhecimento novo para a área do Serviço Social e da Educação; produção de conhecimento e potencialização de debates acerca da realidade local ao que se refere à reforma do ensino médio, perfil do jovem estudante marianense; compreensão da realidade local enfatizando quem são esses sujeitos; evidenciar a relevância da educação para a formação dos jovens; enfatizar a importância das disciplinas de sociologia e filosofia.

Ressaltamos que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento e que sua participação é voluntária e sua identidade não será revelada.

O desenvolvimento desta pesquisa se atentará ao que se refere ao sigilo. As entrevistas serão gravadas e transcritas – ressaltando que se trata de gravação somente de voz, para que assim tenha mais confiabilidade na coleta de dados e o entrevistado antes de iniciar a entrevista deverá assinar uma autorização permitindo a gravação.- Terá acesso às gravações, além da estudante entrevistadora, apenas a professora orientadora (Kathiuça Bertollo). Após a coleta, tratamento e organização dos dados, a publicação dos mesmos irá compor o trabalho no formato de citação ao longo do estudo (TCC). A identificação das citações se dará por letra e números, utilizando as letras: F e S para sinalizar que a fala é de um professor(a) de filosofia ou sociologia respectivamente, e os números serão sorteados no momento da entrevista, sendo assim não será possível a identificação das pessoas entrevistadas, garantindo a oficialidade e preservando o sigilo das informações, uma vez que não este trabalho orienta-se pelas questões éticas de realização de pesquisa com seres humanos, pois não tem como objetivo a exposição individual, mas sim, a análise ampla das informações coletadas a fim de produzir novo conhecimento acerca da temática educação, educação de nível médio e reforma do ensino médio em Mariana-MG.

A realização dos procedimentos e a utilização dos dados da presente pesquisa serão utilizados para fins didáticos, pesquisa acadêmica e de divulgação científicas, onde o sigilo e privacidade dos envolvidos serão primordialmente garantidos. Garante-se esclarecimentos de quaisquer dúvidas acerca da metodologia apresentada, possíveis riscos e benefícios relacionados à pesquisa de acordo com as normas das legislações vigentes. Ressaltamos também que o CEP pode ser consultado para esclarecimentos de questões éticas via telefone: (31) 3559-1368, (31) 3559-1368 e mails: <http://comitedeetica.ufop.br/>, cep@propp.ufop.br, cep.propp@ufop.edu.br.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone da pesquisadora principal e da Professora Orientadora dessa pesquisa, podendo esclarecer suas dúvidas sobre sua participação a qualquer momento. O responsável pela guarda dos dados por período de 05 anos será a professora orientadora. O material ficará arquivado em pasta lacrada em armário com chave e após esse período serão destruídos.

Obrigada por sua colaboração.

Verônica Cristina Campos

Estudante responsável pela pesquisa

Profª Dra. Kathiúça Bertollo

Professora Orientadora

Departamento de Serviço Social – DECSO Fone: (31) 3558-2275/ Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Fone: (31) 3557-3835

Aluna Verônica Cristina Campos – Fone: (31) 98524-9906

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Declaro também que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ter e esclarecer as minhas dúvidas.

Mariana MG _____ de _____ de 2019

Entrevistado

Departamento de Serviço Social – DECSO Campos Universitário Mariana. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA, Rua do Catete nº 166, Centro – Mariana-MG CEP: 35420-000.

Telefone Geral: (31) 3557-3835

E-mail Geral: diretoria@icsa.ufop.br Site: www.icsa.ufop.br

APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada: Formação socio histórica brasileira e a precarização da educação - uma relação diretamente proporcional: Análise da educação do ensino médio no município de Mariana/MG, poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, autorizo, por meio deste termo, a pesquisadora Verônica Cristina Campos, estudante do curso de Serviço Social da UFOP a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta autorização foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

- poderei ler a transcrição de minha gravação;
- os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
- minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
- qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
- os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora orientadora da pesquisa Kathiúça Bertholo e após esse período, serão destruídos e,
- serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Mariana/MG _____/_____/_____

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Assinatura da professora orientadora

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS/AS PROFESSORES/AS DE FILOSOFIA.

Bloco I – Identificação

- 1) Nome: _____ (apenas para fins de manuseio dos materiais pela entrevistadora e orientadora) () Prefiro Não Responder
- 2) Escola que atua: _____ () Prefiro Não Responder
- 3) Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro Não Responder
- 4) Qual a sua idade? () Prefiro Não Responder
- 5) Trabalha em escola de área:
() Urbana () Rural () Ambas () Prefiro Não Responder
- 6) Qual tipo de contrato de trabalho que possui?
() Designação
() Contrato Temporário
() Contrato Efetivo
() Outros. Qual _____
() Prefiro Não Responder
- 7) Qual sua carga horaria de trabalho? () Prefiro Não Responder
- 8) Trabalha em outro lugar – escola? () sim () não
Se sim, aonde? _____
() Prefiro Não Responder
- 9) Qual sua formação em nível de graduação? () Prefiro Não Responder
- 10) Em qual Instituição você se graduou? () Prefiro Não Responder
- 11) Você possui pós-graduação? Qual? () Prefiro Não Responder
- 12) Há quanto tempo você leciona essa disciplina? () Prefiro Não Responder
- 13) Qual a sua faixa salarial, remuneração pela atividade de docência na rede pública enquanto professor de filosofia? () 1 a 3 Salários Mínimos () 3 a 5 Salários Mínimos () outra _____
() Prefiro Não Responder

Bloco II – Estrutura da escola.

- 14) Você considera a infraestrutura da escola satisfatória para atender ao número de alunos/as matriculados ao que se refere às salas de aula, banheiros, espaço externo, etc.?
() sim () não

Justifique sua resposta: _____

Prefiro Não Responder

15) Na escola que atua há biblioteca e laboratórios que atendam a demanda dos alunos/as e professores? sim não

Justifique sua resposta: _____

Prefiro Não Responder

16) Como você considera e avalia a política de educação no Brasil? Prefiro Não Responder

17) Você conhece a lei 13.415/2017 que propõe a reforma do ensino médio? sim

não Prefiro Não Responder

17.1 Qual a sua opinião sobre essa lei? Prefiro Não Responder

17.2 Na sua avaliação, qual a real possibilidade de efetivação dela? Prefiro Não Responder

17.3 Na sua avaliação, quais os impactos positivos e negativos dessa lei para você docente?

Prefiro Não Responder

17.4 Na sua avaliação, quais os impactos positivos e negativos dessa lei para os estudantes?

Prefiro Não Responder

17.5 Na sua avaliação, quais os impactos positivos e negativos dessa lei para a gestão da educação em nível escolar (esfera estadual e municipal)? Prefiro Não Responder

18) Você considera que a BNCC (Base Nacional Curricular Comum) vai melhorar ou piorar a educação no Brasil? Prefiro Não Responder

18.1 Justifique a sua resposta: _____

19) Em relação à realidade de Mariana-MG: Você acha que o número de escolas públicas atende toda demanda do município? sim não Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

20) Na sua opinião, qual o maior “problema” da educação no município de Mariana-MG?

Prefiro Não Responder

21) Na sua opinião, qual o maior “problema” da educação em nível de gestão estadual?

Prefiro Não Responder

Bloco III -Conteúdo.

22) Qual a ementa (conteúdo programático) da disciplina de filosofia para o ensino médio?

Prefiro Não Responder

- 23) Qual a metodologia que você utiliza para a realização das aulas? () Prefiro Não Responder
- 24) Quais os autores que mais utiliza para ministrar a disciplina de filosofia? () Prefiro Não Responder
- 25) Quantas aulas de filosofia você leciona semanalmente? () Prefiro Não Responder
- 26) As aulas são na mesma escola? () sim () não () Prefiro Não Responder
Justifique a sua resposta: _____
- 27) Você tem medo, receio de discutir algum tema em sala de aula por possível perseguição () sim () não () Prefiro Não Responder
Justifique a sua resposta: _____
- 28) Tem alguma temática que você se sente desconfortável em discutir? () sim () não () Prefiro Não Responder
Justifique a sua resposta: _____
- 29) Você acha que o estudo da filosofia contribui para a formação do pensamento crítico dos alunos/as? () sim () não () Prefiro Não Responder
Justifique a sua resposta: _____
- 30) Você acha que a permanência da disciplina de filosofia no currículo escolar está ameaçada? () sim () não () Prefiro Não Responder
Justifique a sua resposta: _____
- 31) Na sua opinião, qual o maior desafio dos professores de filosofia nos dias atuais? () Prefiro Não Responder Justifique a sua resposta: _____
- 32) Na sua opinião, como o ensino de filosofia pode ser melhorado? () Prefiro Não Responder
Justifique a sua resposta: _____

Bloco IV - Disciplina e Realidade social dos estudantes

- 33) Qual o perfil (econômico, social, cultural, político) dos jovens dessa escola? () Prefiro Não Responder
- 34) Como é o aproveitamento dos alunos e alunas na disciplina que você leciona? () Prefiro Não Responder
Justifique a sua resposta: _____
- 35) Como você considera e avalia que os alunos e alunas adquirem um bom entendimento da disciplina que você leciona? () Prefiro Não Responder

36) Como você considera a participação dos estudantes na disciplina que você leciona?

Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

37) Você considera que os jovens entendem a importância da disciplina de filosofia para a compreensão da sociedade? sim não em parte Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

38) Nas suas aulas, você dá oportunidade para os estudantes refletirem sobre a realidade do Brasil e de Mariana-MG? sim não Prefiro Não Responder

Se sim, como é feita essa reflexão?

39) Nas suas aulas, os alunos e alunas levam questões, indagações, reflexões, inquietações acerca do cenário político econômico do Brasil e de Mariana-MG?

Prefiro Não Responder

40) Os alunos e alunas debatem sobre a sua realidade social em consonância com a disciplina de filosofia? sim não Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

41) Os estudantes conversam, expõem em sala de aula sobre suas perspectivas e expectativas futuras após a conclusão do ensino médio? sim não Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

42) Você considera, pelo seu contato ao longo do ano com os alunos, que prioritariamente eles:

a) têm perspectivas de após a conclusão do ensino médio cursarem o ensino superior

b) manifestam buscar se inserir no mercado de trabalho e abandonar os estudos?

c) manifestam buscar conciliar a continuidade de estudos no ensino superior com a inserção no mercado de trabalho?

d) Prefiro Não Responder

43) Sabe se algum de seus alunos em nível de ensino médio já conciliam estudo e emprego?

sim não Prefiro Não Responder

44) Como é o rendimento desses alunos que conciliam estudo e emprego em relação àqueles que somente dedicam-se ao estudo? Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA OS/AS PROFESSORES/AS DE SOCIOLOGIA.

Bloco I – Identificação

- 1) Nome: _____ (apenas para fins de manuseio dos materiais pela entrevistadora e orientadora) () Prefiro Não Responder
- 2) Escola que atua: _____ () Prefiro Não Responder
- 3) Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro Não Responder
- 4) Qual a sua idade? () Prefiro Não Responder
- 5) Trabalha em escola de área:
() Urbana () Rural () Ambas () Prefiro Não Responder
- 6) Qual tipo de contrato de trabalho que possui?
() Designação
() Contrato Temporário
() Contrato Efetivo
() Outros. Qual _____
() Prefiro Não Responder
- 7) Qual sua carga horaria de trabalho? () Prefiro Não Responder
- 8) Trabalha em outro lugar – escola? () sim () não
Se sim, aonde? _____
() Prefiro Não Responder
- 9) Qual sua formação em nível de graduação? () Prefiro Não Responder
- 10) Em qual Instituição você se graduou? () Prefiro Não Responder
- 11) Você possui pós-graduação? Qual? () Prefiro Não Responder
- 12) Há quanto tempo você leciona essa disciplina? () Prefiro Não Responder
- 13) Qual a sua faixa salarial, remuneração pela atividade de docência na rede pública enquanto professor de Sociologia? () 1 a 3 Salários Mínimos () 3 a 5 Salários Mínimos () outra _____
() Prefiro Não Responder

Bloco II – Estrutura da escola.

- 14) Você considera a infraestrutura da escola satisfatória para atender ao número de alunos/as matriculados ao que se refere às salas de aula, banheiros, espaço externo, etc.?
() sim () não
Justifique sua resposta: _____
() Prefiro Não Responder
- 15) Na escola que atua há biblioteca e laboratórios que atendam a demanda dos alunos/as e professores? () sim () não
Justifique sua resposta: _____
() Prefiro Não Responder
- 16) Como você considera e avalia a política de educação no Brasil? () Prefiro Não Responder
- 17) Você conhece a lei 13.415/2017 que propõe a reforma do ensino médio? () sim
() não () Prefiro Não Responder
- 17.1 Qual a sua opinião sobre essa lei? () Prefiro Não Responder
- 17.2 Na sua avaliação, qual a real possibilidade de efetivação dela? () Prefiro Não Responder
- 17.3 Na sua avaliação, quais os impactos positivos e negativos dessa lei para você docente?
() Prefiro Não Responder
- 17.4 Na sua avaliação, quais os impactos positivos e negativos dessa lei para os estudantes?
() Prefiro Não Responder
- 17.5 Na sua avaliação, quais os impactos positivos e negativos dessa lei para a gestão da educação em nível escolar (esfera estadual e municipal)? () Prefiro Não Responder
- 18) Você considera que a BNCC (Base Nacional Curricular Comum) vai melhorar ou piorar a educação no Brasil? () Prefiro Não Responder
- 18.1 Justifique a sua resposta: _____
- 19) Em relação à realidade de Mariana-MG: Você acha que o número de escolas públicas atende toda demanda do município? () sim () não () Prefiro Não Responder
Justifique a sua resposta: _____
- 20) Na sua opinião, qual o maior “problema” da educação no município de Mariana-MG?
() Prefiro Não Responder
- 21) Na sua opinião, qual o maior “problema” da educação em nível de gestão estadual?
() Prefiro Não Responder

Bloco III -Conteúdo.

22) Qual a ementa (conteúdo programático) da disciplina de Sociologia para o ensino médio?

() Prefiro Não Responder

23) Qual a metodologia que você utiliza para a realização das aulas? () Prefiro Não Responder

24) Quais os autores que mais utiliza para ministrar a disciplina de Sociologia? () Prefiro Não Responder

25) Quantas aulas de Sociologia você leciona semanalmente? () Prefiro Não Responder

26) As aulas são na mesma escola? () sim () não () Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

27) Você tem medo, receio de discutir algum tema em sala de aula por possível perseguição

() sim () não () Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

28) Tem alguma temática que você se sente desconfortável em discutir? () sim () não

() Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

29) Você acha que o estudo da Sociologia contribui para a formação do pensamento crítico dos alunos/as? () sim () não () Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

30) Você acha que a permanência da disciplina de Sociologia no currículo escolar está ameaçada? () sim () não () Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

31) Na sua opinião, qual o maior desafio dos professores de Sociologia nos dias atuais?

() Prefiro Não Responder Justifique a sua resposta: _____

32) Na sua opinião, como o ensino de Sociologia pode ser melhorado? () Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

Bloco IV - Disciplina e Realidade social dos estudantes

33) Qual o perfil (econômico, social, cultural, político) dos jovens dessa escola? () Prefiro Não Responder

34) Como é o aproveitamento dos alunos e alunas na disciplina que você leciona? () Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

35) Como você considera e avalia que os alunos e alunas adquirem um bom entendimento da disciplina que você leciona? () Prefiro Não Responder

36) Como você considera a participação dos estudantes na disciplina que você leciona? () Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

37) Você considera que os jovens entendem a importância da disciplina de Sociologia para a compreensão da sociedade? () sim () não () em parte () Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____

38) Nas suas aulas, você dá oportunidade para os estudantes refletirem sobre a realidade do Brasil e de Mariana-MG? () sim () não () Prefiro Não Responder
Se sim, como é feita essa reflexão?

39) Nas suas aulas, os alunos e alunas levam questões, indagações, reflexões, inquietações acerca do cenário político econômico do Brasil e de Mariana-MG? () Prefiro Não Responder

40) Os alunos e alunas debatem sobre a sua realidade social em consonância com a disciplina de Sociologia? () sim () não () Prefiro Não Responder
Justifique a sua resposta: _____

41) Os estudantes conversam, expõem em sala de aula sobre suas perspectivas e expectativas futuras após a conclusão do ensino médio? () sim () não () Prefiro Não Responder
Justifique a sua resposta: _____

42) Você considera, pelo seu contato ao longo do ano com os alunos, que prioritariamente eles:

a) têm perspectivas de após a conclusão do ensino médio cursarem o ensino superior

b) manifestam buscar se inserir no mercado de trabalho e abandonar os estudos?

c) manifestam buscar conciliar a continuidade de estudos no ensino superior com a inserção no mercado de trabalho?

d) () Prefiro Não Responder

43) Sabe se algum de seus alunos em nível de ensino médio já conciliam estudo e emprego? () sim () não () Prefiro Não Responder

44) Como é o rendimento desses alunos que conciliam estudo e emprego em relação àqueles que somente dedicam-se ao estudo? () Prefiro Não Responder

Justifique a sua resposta: _____